

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

PAULO CESAR SILVANO

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL NUMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MINAS
GERAIS: DESAFIOS DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR**

JUIZ DE FORA

2018

PAULO CESAR SILVANO

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL NUMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MINAS
GERAIS: DESAFIOS DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Elisabeth
Gonçalves de Sousa

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silvano, Paulo Cesar.

O processo de implementação do Programa Educação Integral em Tempo Integral numa escola da Rede Estadual de Minas Gerais: desafios da ampliação do tempo escolar / Paulo Cesar Silvano. -- 2018.

158 f.

Orientadora: Elisabeth Gonçalves de Souza

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Educação Integral. 2. Abandono escolar. 3. Educação democrática. I. Souza, Elisabeth Gonçalves de , orient. II. Título.

PAULO CESAR SILVANO

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL NUMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MINAS
GERAIS: DESAFIOS DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR**

Orientadora: Prof. Dra. Elisabeth Gonçalves de Sousa

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº: Dr(a). Orientador(a)

Membro da banca

Membro da banca

Aos meus pais Irineu Silvano e Maria José, que com sua simplicidade e amor não mediram esforços para que minha educação fosse a melhor; à minha esposa Vanuza Júlia, companheira dedicada que sempre torceu por mim; e aos meus amores, meus queridos filhos Pedro Mathias, Caíque Emanuel e Maria Rita, luz do caminho e razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé e fonte de inspiração em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, com sua humildade, Irineu Silvano da Conceição e Maria José Jacó, por me ensinarem o valor da responsabilidade, da dedicação, do trabalho e do respeito, me fazendo ver que sucesso é uma conquista diária. Devo tudo a vocês.

À minha amada esposa Vanuza Júlia de Oliveira Silvano, pelo amor e paciência, por estar ausente mesmo estando perto. Em todas as lutas é com você que quero estar.

Aos meus filhos Pedro Mathias de Oliveira Silvano, Caíque Emanuel de Oliveira Silvano e Maria Rita de Oliveira Silvano, por quem sempre me esforcei em ser um bom exemplo. Vocês são a razão dos meus dias.

Aos meus irmãos José Maria (in memoriam), Antônio Silvano, Sebastião Nilson, João César (in memoriam) e Geraldo Wilsom. Essa é a vitória de nossa família.

Aos meus queridos sobrinhos e sobrinhas. Vocês são a eternização de nossa família. Amo muito vocês.

À minha querida vice-diretora Edilma Aparecida, obrigado pela compreensão e pelo apoio em todos os momentos.

À secretária da escola, Marli Maria da Silva. Amigos se fazem na necessidade. Obrigado por me incentivar e ajudar tanto.

Aos meus colegas professores e funcionários da Escola Estadual Antônio Atanásio, que sempre torceram por meu sucesso. Um obrigado é pouco. Gratidão eterna!

À minha querida comunidade de Quininos. Vamos em frente, o futuro nos espera...

À cidade de Juiz de Fora. Sua lembrança estará sempre em minha mente com um sabor de pipoca com queijo. Esta passagem por aqui será inesquecível

Aos amigos e colegas do mestrado. Vocês foram o que há de melhor. Obrigado pela amizade na árdua caminhada do mestrado.

À tutora Amanda Quiossa. Obrigado pela dedicação e competência, pela visão apurada, dicas preciosas e paciência em todos os momentos. Deus a abençoe. Muito sucesso.

À minha orientadora, professora Doutora Elisabeth Gonçalves de Sousa, pela competência com que dirigiu este trabalho, pela forma simples de fazer intervenções. Obrigado.

À UFJF pelo carinho, pela receptividade, pela provocação e pelos momentos de evolução. Valeu muito.

O Tempo

A vida é o dever que nós trouxemos para
fazer em casa.
Quando se vê, já são seis horas!
Quando se vê, já é sexta-feira!
Quando se vê, já é natal...
Quando se vê, já terminou o ano...
Quando se vê perdemos o amor da nossa
vida.
Quando se vê passaram 50 anos!
Agora é tarde demais para ser
reprovado...
Se me fosse dado um dia, outra
oportunidade, eu nem olhava o relógio.
Seguiria sempre em frente e iria jogando
pelo caminho a casca dourada e inútil das
horas...
Seguraria o amor que está a minha frente
e diria que eu o amo...
E tem mais: não deixe de fazer algo de
que gosta devido à falta de tempo.
Não deixe de ter pessoas ao seu lado por
puro medo de ser feliz.
A única falta que terá será a desse tempo
que, infelizmente, nunca mais voltará.
Mário Quintana

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá analisar o processo de implementação do programa de Educação Integral em Tempo Integral numa escola da rede estadual de Minas Gerais: desafios da ampliação do tempo escolar. A análise foi estruturada tendo como referência a Escola Estadual Antônio Atanásio, no município de Carmo do Paranaíba, distrito de Quintinos, estado de Minas Gerais, e os possíveis desafios nesse processo. A justificativa desse estudo baseia-se nas expectativas do pesquisador sobre as possibilidades de transformação social que a educação pode trazer para a sociedade brasileira. Ele ainda poderá contribuir para análise crítica a respeito das políticas públicas voltadas para o Tempo Integral nas escolas do país, uma vez que os espaços educativos poderão ter uma grande influência na formação dos alunos, trazendo a estes um mundo de oportunidades através de novos espaços formativos oferecidos pela Educação Integral. Diante do grande número de desistências dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e da preocupação da equipe gestora, este trabalho terá como foco responder à pergunta: “Como aprimorar as ações da escola com vistas a reduzir o abandono dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental nas ações de tempo ampliado na escola? Os objetivos definidos para este estudo foram analisar e descrever o processo de efetivação dessa política pública no nosso país ao longo da história. Ainda, é objetivo da pesquisa analisar a implantação da política pública de Educação Integral na Escola Estadual Antônio Atanásio, e, através dela, compreender os fatores intraescolares e extraescolares que acarretam esse abandono. Por fim, apresentar uma proposta de intervenção na busca de soluções para esse problema. Assumimos como hipóteses que o que leva os alunos ao abandono é a falta de inovação pedagógica com atividades diferenciadas dentro e fora do espaço da sala de aula, quadro curricular com repetição das atividades do turno regular e a falta de um PPP cuja centralidade seja a promoção do desenvolvimento pleno do aluno através de um planejamento coletivo com envolvimento docente e discente, ampliando o universo de participação na tomada de decisão. Ainda foi discutido o importante papel da cidade na formação do aluno, com a inclusão de outros espaços na formação do estudante. Sobre os pais, acreditamos faltar esclarecimentos sobre o real funcionamento do programa e o tipo de formação oferecida por ele. Como referencial teórico, este estudo foi baseado nas reflexões de autores como Anísio Teixeira (1959), Antônio Sérgio Gonçalves (2006), Ana Maria Cavaliere (2002), Isa Maria Guará (2009), Jaqueline Moll (2012), Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (2012), Miguel Arroyo (2012) e Valter Pegorer (2014). Para a realização da pesquisa, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, com o emprego de questionários, aplicados aos alunos que abandonaram o contraturno, e entrevistas com os professores que atuam na escola nessa modalidade e com o professor coordenador.

Palavras-chave: Educação Integral; Abandono escolar; Educação democrática.

ABSTRACT

The present dissertation was developed within the scope of the *Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP)* of the *Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)*. The management case to be studied will analyze the implementation process of the Full-Time Holistic Education program in a state school in Minas Gerais: challenges of extending school time. The analysis was structured with reference to the Antônio Atanásio State School, in the city of Carmo do Parnaíba, district of Quintinos, Minas Gerais state, and the possible challenges in this process. The justification for this study is based on the researcher's belief in the possibilities of social transformation that this kind of education can bring to the Brazilian society, contributing in the critical analysis regarding the public policies directed to Full-Time in the schools of the country, once the educational spaces can have a great influence in the formation of the students, bringing to them a world of opportunities through new formative spaces offered by Integral Education. In view of the large number of dropouts of students in the final years of Elementary School and the concern of the management team, this work will focus on answering the question: "Why do students in the final years of junior High Years drop out of the Integral Education Project?". The objectives defined for this study were to analyze and describe the process of effecting this public policy in our country throughout history. Also, another objective of the research is to analyze the implementation of the public policy of Integral Education at the Antônio Atanásio State School and, through it, to understand the intraschool and extracurricular factors that lead to this abandonment. Finally, to present a proposal for intervention in the search for solutions to this problem. We hypothesize that what drives students to drop out is the lack of pedagogical innovation with differentiated activities inside and outside classroom space, curricular framework with repetition of regular shift activities and the lack of a Political Pedagogical Project (PPP) whose centrality is the promotion of the student's full development through a collective planning with teaching and student involvement, expanding the universe of participation in decision making. It was also discussed the important role of the city in the formation of the student, with the inclusion of other spaces in the formation of the student. Regarding the parents, we believe that there is a lack of clarification about the actual operation of the program and the kind of training offered by it. As a theoretical reference this study was based on the reflections of authors as Anísio Teixeira (1959), Antônio Sérgio Gonçalves (2006), Ana Maria Cavaliere (2002), Isa Maria Guará (2009), Jaqueline Moll (2012), Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (2012), Miguel Arroyo (2012) e Valter Pegorer (2014). For the accomplishment of the research, we will use as methodology the bibliographical research and the field research, with the use of questionnaires applied to the students who abandoned the counter shift, and interviews with the teachers who work in the school in this modality.

Keywords: Integral Education; School abandonment; Democratic Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares	47
Figura 2 - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de oficinas desenvolvidas, profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e local de desenvolvimento na EEAA	56
Quadro 2 - Roteiro quantitativo de entrevistas.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 4: Resumo da matriz curricular de 2008 até 2017.....	97
Quadro 5 –Resumo dos diários de registros de frequência e atividades desenvolvidas nas turmas de Educação Integral na EEAA.....	98
Quadro 6 – Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise.....	105
Quadro 7 – Plano de Ação Educacional (PAE).....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa, segundo a duração do turno de escolarização - Brasil - 2008/2014

.....**Erro!**

Indicador não definido.

Tabela 2 - Resumo das Reuniões Pedagógicas da EEAA.....**Erro! Indicador não definido.**

Tabela 3 - Situação do financiamento da Educação Integral na EEAA.....**Erro! Indicador não definido.**

Tabela 4 - Resumo das capacitações dos professores da Educação Integral na EEAA

.....**Erro!**

Indicador não definido.

Tabela 5 - Relação entre matrícula inicial e permanência dos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental no contraturno na EEAA.....**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAICs	Centros de Atenção Integral à Criança
CECR	Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEUs	Centros Educacionais Unificados
CIACs	Centros Integrados de Atendimento a Criança e ao Adolescente
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CF	Constituição Federal
EEAA	Escola Estadual Antônio Atanásio
EVCA	Projeto Escola Viva Comunidade Ativa
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	Programas Especiais de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PATI	Projeto Aluno de Tempo Integral
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
PROETI	Programa Escola de Tempo Integral
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG)
SER	Superintendência Regional de Ensino
	SEE Secretaria de Estado de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL ..	25
1.1 Anísio Teixeira, o precursor do pensamento de Educação Integral.....	25
1.2 Experiências de Educação Integral nos anos 1980 e Pós Constituição de 1988.....	30
1.3 O Programa Mais Educação	33
1.4 O Programa Novo Mais Educação	34
1.5 A Educação Integral no Plano Nacional de Educação (2014-2024)	36
1.6 A aposta na Educação de Tempo Integral como via de solução dos problemas da educação no Brasil	38
1.6.1 A educação integral em Minas Gerais.....	42
1.6.2 A educação integral na regional de Patos de Minas	45
1.6.3 A educação integral no município de Carmo do Paranaíba	45
1.6.4 A educação integral na EEAA	48
2 O PROCESSO DE GESTÃO E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EEAA- QUINTINOS/MG	59
2.1 O olhar sobre a teoria e a prática na EEAA	63
2.1.1 A relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos.....	65
2.1.2 A utilização do tempo e do espaço na Educação Integral: a práxis pedagógica	72
2.1.3 O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar	75
2.2 Caminhos metodológicos	78
2.2.1 A realização da pesquisa e análise de dados - o olhar dos alunos	81
2.2.2 A realização da pesquisa e a análise de dados – A Educação Integral em Tempo Integral na visão dos agentes escolares	84
2.2.3 A Educação Integral em Tempo Integral e a cidade educadora.....	93
2.3 O PPP e a participação da equipe gestora no desenvolvimento da educação integral em tempo integral	98
2.3.1 O desenvolvimento de projetos interdisciplinares	102
2.3.2 Monitoramento da frequência escolar e apoio das famílias.....	105
2.3.3 O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar	109

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	113
3.1 Propostas de intervenção.....	116
3.2 Detalhamento da proposta do PAE.....	125
3.2.1 A relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos.....	125
3.2.1.1 Estudo das diretrizes nacionais para a Educação Integral e do documento orientador que direciona as ações de Educação Integral em Tempo Integral em Minas Gerais.....	126
3.2.1.2 Readequação do PPP da escola para o desenvolvimento da proposta de Escola Integral de tempo Integral.....	127
3.2.1.3 Criação de grupos de trabalho responsáveis pela elaboração de projetos coletivos com vistas à integração da escola.....	129
3.2.1.4 Fortalecimento do protagonismo estudantil.....	130
3.2.1.5 Utilizar instrumentos de controle de frequência por meio do registro diário da frequência e atividades desenvolvidas.....	131
3.2.1.6 Envolvimento das famílias com as atividades da escola, de modo a garantir o protagonismos familiar na escola.....	132
3.2.2 A utilização do tempo e espaço na Educação Integral: a práxis pedagógica.	133
3.2.2.1 Planejamento de atividades diferenciadas para todas as áreas do conhecimento.....	133
3.2.2.2 Estabelecimento de parcerias com empresas privadas, entidades públicas e filantrópicas, prefeitura, igrejas, clubes de serviços e ONGs.....	134
3.2.2.3 Estudo do entorno da escola para determinação de espaços a serem utilizados.....	135
3.2.2.4 Reorganização dos espaços existentes dentro da escola como biblioteca, laboratório de informática, quadro de esportes e pátio da escola.....	136
3.2.3 O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar.....	137
3.2.3.1 Garantir o acompanhamento do desenvolvimento do planejamento na sala de aula.....	138
3.2.3.2 Inovação curricular como forma de garantir a participação e atrair o interesse dos alunos.....	138
3.2.3.3 Possibilitar ao aluno ter aulas em outros espaços como clubes, praças, museus, cidades históricas e outros espaços da cidade.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142

REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICE A	152
APÊNDICE B	154
APÊNDICE C	156

INTRODUÇÃO

A Educação Integral no Brasil, nos moldes que se busca hoje, teve início com o educador Anísio Teixeira como figura de destaque no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932. Teixeira, a essa época, já pensava em uma educação para a integralidade do cidadão que fosse capaz de abrir oportunidades a todos os estudantes, inserindo-os em um universo em que houvesse espaço para o desenvolvimento de suas potencialidades, rompendo com um modelo de fragmentação ao qual os alunos se encontravam submetidos. Ele já pregava e lutava por uma educação emancipadora e integralizada, e compreendia que a educação deveria garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais, em que o ser humano fosse pensado como ser social intelectual em todos os momentos da vida.

As iniciativas em um modelo de Educação Integral no Brasil conquistaram, nos últimos anos, destaque nas agendas de políticas públicas. O Plano Nacional de Educação, de 2001, apresentou o Tempo Integral e a ampliação da jornada escolar como uma de suas principais diretrizes:

A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. O turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência. (BRASIL, 2001)

A proposta do Plano Nacional de Educação previa que metade das escolas públicas brasileiras oferecesse a Educação Integral aos seus alunos por meio da ampliação da jornada, firmando, portanto, a necessidade de que a escola atendesse em Tempo Integral. Tal articulação está descrita na meta 6 – oferecer educação em Tempo Integral em 50% das escolas públicas de educação básica – do referido

Plano, e prevista em diversos documentos legais, como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), o atual Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), a Portaria nº 1144 do MEC (2016) e, também, nos planos de educação dos estados e municípios brasileiros.

Essa modalidade de ensino de tempo estendido, o que é muitas vezes denominado Tempo Integral, tem sido compreendida como um garantidor de qualidade da educação, pois os governos acreditam que, ampliando o tempo de permanência dos alunos na escola, todos os problemas da educação nacional estariam resolvidos com a Educação em Tempo Integral ou Escola de Tempo Integral nas escolas, que ampliariam a jornada escolar de seus estudantes, trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar. Esperava-se que as unidades de ensino que adotavam o modelo de Educação Integral em Tempo Integral programassem a extensão do tempo em turno e contraturno escolar (durante metade de um dia letivo, os estudantes estudam as disciplinas do currículo básico, como Português e Matemática, e o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes ou esportes). Esse modelo, em que o contraturno é utilizado para outras atividades, que não as acadêmicas e curriculares, se aproxima mais do modelo de Educação Integral, como o preconizado por Anísio Teixeira.

Já a utilização do contraturno para reforçar o que foi trabalhado no turno se aproxima mais de um modelo de Educação de Tempo Integral de aumento da jornada, com o objetivo específico de melhorar o aproveitamento das disciplinas curriculares, sem necessariamente oferecer outras atividades voltadas para a formação integral do sujeito. Esse modelo de Educação Integral em Tempo Integral vem sendo utilizado apenas para melhorar os resultados educacionais de estudantes em avaliações de larga escala, buscando no contraturno reforçar o que foi trabalhado no turno, através do reforço escolar. Este, por sua vez, sobrecarrega os alunos, levando apenas mais do mesmo, sem pensar na integralidade do ser humano e na necessidade de uma formação ampla a ser oferecida aos estudantes, esperando apenas a melhoria de resultados através de dados estatísticos. Essa modalidade não funciona, assim, como espaço e tempo novos, capazes de garantir a formação integral que possibilite uma melhoria na qualidade de vida do aluno, uma vez que o foco das atividades do contraturno está voltado para o reforço escolar, sendo esse tempo extra apenas para reforçar as atividades do currículo regular.

O conceito de Educação Integral e em tempo integral que pretendemos construir ao longo deste texto é o defendido por Angela Antunes e Paulo Roberto Padilha, no texto Educação Cidadã, Educação Integral, em que os autores se referem à Educação Integral como a possibilidade educacional capaz de construir uma nova cidadania, onde a escola é transformada em um pouco capaz de trazer para a sociedade as mudanças sociais tão necessárias à construção de uma nova sociedade, em que o espaço escolar é repensado de modo a estabelecer uma relação entre o mundo intelecto

Educação Integral não é a mesma coisa que tempo integral ou horário integral. Ela também não se refere apenas a determinados espaços ou tempos de aprendizagem, como se a educação tivesse que acontecer apenas dentro dos calendários fixos, seriados ou ciclados, e, menos ainda, apenas no âmbito da escola. Quando nos referimos à Educação Integral, além das dimensões da formação humana citadas acima, estamos tratando de abrir a mente e o coração para as diferentes possibilidades de ensino e de aprendizagem que formos capazes de realizar. (ANTUNES e PADILHA, 2010, p.18).

Na realidade, as discussões que aqui queremos apresentar propõem discutir com o nosso leitor a necessidade de construirmos um tempo escolar ampliado, em que o aluno é o centro da atenção da escola, e que a esse possam ser oferecidas amplas possibilidades de desenvolvimento, através de um conjunto de ações que irão possibilitar novas oportunidades através da ampliação do tempo de permanência na escola. Inspiramo-nos no pensamento de Antunes e Padilha, em que a busca da escola se dá no interesse em promover um desenvolvimento amplo, articulando um conjunto de saberes, com a finalidade de promover, através da ampliação do tempo escolar do aluno, uma formação integral, juntando os saberes da escola e da comunidade:

Trata-se de articularmos saberes a partir de projetos integrados e integradores, de ações e parcerias intersetores e interculturais. A Educação Integral é, na verdade, fundamento do Tempo Integral, pois é a partir do estudo dos seus princípios e diretrizes que melhor podemos desenvolver uma experiência escolar ou comunitária de horário ou de tempo integral, aumentando a jornada de permanência dos alunos nas instituições educacionais onde elas estudam ou desenvolvem atividades diversas – culturais, esportivas, de lazer etc. (ANTUNES e PADILHA, 2010, p.18).

A experiência da Educação Integral em Minas Gerais iniciou-se em 2005, a partir do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. Em 2007, como um projeto estruturador, visava atender, com prioridade, as crianças e jovens que viviam em áreas de risco, bem como aquelas com baixo desempenho escolar.

Esse projeto era voltado para o fortalecimento de escolas em áreas urbanas, com população de vulnerabilidade social e sujeitas a índices expressivos de violência. Procurava proporcionar a tranquilidade e as condições básicas de educabilidade no ambiente escolar para que o processo de ensino e de aprendizagem acontecesse. O desafio do projeto consistia em repensar a escola, tornando-a mais aberta à participação da comunidade e mais inclusiva.

Nas escolas participantes, foram realizados investimentos na infraestrutura física, na aquisição de recursos didáticos e na informatização da escola. As instituições desenvolveram ações de caráter pedagógico, cultural, esportivo e artístico. Inicialmente, participaram do projeto 503 escolas. Iniciado na capital em 2003, rapidamente se estendeu para a região metropolitana de Belo Horizonte. No interior, Uberaba foi a primeira cidade a ter o projeto implantado, em 13 escolas. Em 2007, houve a expansão do projeto de 189 para 503 instituições de ensino participantes, levando o Escola Viva para todas as regiões do estado, atendendo 480 mil alunos em 102 dos maiores municípios mineiros. Ao analisar a proposta inicial do Escola Viva, foi possível observar o desejo de implantação de uma Educação em Tempo Integral sem a preocupação com a Educação Integral, pois a finalidade principal do projeto era a melhoria de dados estatísticos de resultados educacionais que, lamentavelmente, não traduziam a real melhoria da educação.

Em 2008, em Minas Gerais, o Escola Viva deu lugar ao Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI). Embora tivesse a nomenclatura alterada, os objetivos continuavam os mesmos, permanecendo com essa denominação de 2007 até 2012, sendo utilizado como ampliação do tempo de permanência do aluno com foco na melhoria dos resultados educacionais. De 2012 a 2014, a nomenclatura mudou, passando a se chamar de Escola de Tempo Integral. No ano de 2015 e 2016, mais uma vez a nomenclatura mudou e passou a ser Educação Integral. Já em 2017 e 2018, novamente a nomenclatura sofreu alteração e passou a ser Educação Integral Integrada.

A Educação em Tempo Integral teve início na Escola Estadual Antônio Atanásio (EEAA), localizada no Distrito de Quintinos, em 2008, com o Programa

Escola de Tempo Integral (PROETI), que era mantido pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) de Minas Gerais. Foram abertas matrículas apenas para os alunos dos anos iniciais. As matrículas para os anos finais foram autorizadas na escola no ano de 2012, para uma única turma.

Desde que o PROETI teve início, apareceu o problema do abandono dos alunos dessa etapa de ensino, que formalizavam sua matrícula, frequentavam por um tempo e em seguida abandonavam as atividades oferecidas no contraturno, o que vem, desde então, chamando a atenção da gestão da escola. Os índices de abandono foram crescentes por três anos e, em 2016, houve uma queda nesses números: em 2015, o índice de abandono era de 60% e, em 2016, passou a ser de 24%. Mesmo com uma queda significativa, o índice de 24% ainda é alto quando se considera a evasão escolar em uma escola que, nesse mesmo ano, teve em seu turno regular de ensino uma evasão de 1,0%. É possível perceber que a queda na evasão foi significativa sob a perspectiva de redução no número de alunos que abandonaram o programa, mas longe de ser o ideal, uma vez que se trata de alunos adolescentes em situação de risco e porque a meta da escola é de ter uma evasão zero ou com baixos índices. Isso permite dizer que o problema da evasão ainda é latente e motivo de preocupação para a gestão, cujos esforços devem centrar a reduzir drasticamente esses números na impossibilidade de extingui-los.

Nesta pesquisa atribuímos a redução no índice de abandono de 60% para 24% ao formato utilizado na execução do programa, pois a escola passou no ano de 2016 a contar com a atuação dos monitores do Programa Mais Educação, que eram pessoas da comunidade trazendo inovação nas atividades desenvolvidas na escola. Esses monitores realizavam um trabalho voluntário dentro da escola, cada um dentro de sua área de atuação, como canto, fotografia, caratê, fanfarra, dentre outras. Isso pode ter influenciado o interesse dos alunos, que passaram a ter uma maior participação nas atividades da escola, uma vez que houve uma agregação de atividades diferenciadas ao currículo oficial, trazendo uma nova proposta de ensino, na qual os conteúdos curriculares foram modificados e passaram a ser mais interessante.

Ao analisar o fenômeno que se dá do ano de 2015 para o ano de 2016, é possível perceber que a única ação desenvolvida pela escola foi a inovação nas

atividades—desenvolvidas pelos monitores do Programa Mais Educação¹, que embora não tenham resolvido os problemas de abandono na escola, contribuíram para uma redução significativa. Isso nos permitiu entender que uma das linhas de ação no combate à evasão viria por meio da inovação das atividades a serem oferecidas aos alunos dentro do programa. Com as determinações e investimento do Mais Educação, a escola passou a ter atividades voltadas para a formação geral dos alunos, aproximando o Tempo Integral da Educação Integral, cujos eixos de formação saíram do foco tradicional, que é a Língua Portuguesa e a Matemática. Embora permanecesse com a maioria da carga horária semanal do contraturno, o aluno passou a ter aulas, no caso específico da escola, de fotografia, karatê, fanfarra, informática e canto. Essas aulas ocupavam uma outra lógica na formação do aluno, além de gerar maior interesse, pois se tratava de uma inovação curricular. Nessa perspectiva, observou-se uma diminuição no abandono, mas ainda não foi possível resolver o problema, sendo necessário repensar a proposta de trabalho a ser apresentada aos alunos, de forma a garantir uma melhor adesão e frequência. Para isso, é necessário que as atividades do contraturno possam contribuir para uma formação geral do aluno buscando dar centralidade a suas áreas de interesse, como esporte, cultura, artes etc., de forma a garantir um maior envolvimento nas atividades que sejam realizadas no contraturno, tornando esse tempo ampliado prazeroso aos estudantes.

A dissertação aqui apresentada aborda a seguinte questão: “Que ações a escola pode desenvolver para ampliar a permanência dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Educação Integral Integrada da EEAA nas atividades no Tempo Integral?” Nossa hipótese é que a diversificação de atividades para além do reforço curricular pode contribuir para a permanência dos alunos no programa e, por conseguinte, contribuir para o processo de aprendizagem dos educandos.

Para tanto, elegemos como objetivo geral investigar o processo de implementação do projeto de Educação Integral em Tempo Integral na EEAA, que está localizada no Distrito de Quintinos, município de Carmo do Paranaíba (MG). Como objetivos específicos, elegemos analisar os fatores que contribuíram para o abandono dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, estudar os desafios

¹ Monitores do Mais Educação: pessoas da comunidade com notório saber ou formação específica em uma área do conhecimento, que atuaram em 2016 como voluntárias nas escolas com tempo integral. Na EEAA, foram desenvolvidas oficinas de canto, fotografia, caratê e fanfarra.

da ampliação do tempo escolar e propor um plano de ação que possa melhorar a qualidade da ação educacional, tendo como meta diminuir a evasão dos alunos através de uma prática pedagógica diferenciada e eficiente, com inovação curricular e melhor utilização dos espaços escolares, visando à implementação de uma proposta pedagógica que atenda as demandas dos estudantes, buscando oferecer ao aluno oportunidades diferenciadas de aprendizagem em espaços diferenciados, trazendo-lhe a garantia de uma formação integral e buscando efetivar as garantias de direitos, com uma educação de qualidade e com equidade.

A busca pela compreensão dos fatores que levam os alunos à evasão tem como foco resolver os problemas detectados, evidenciando dessa forma o desejo de reduzir as taxas de abandono a níveis mais satisfatórios. Acreditamos que este estudo poderá contribuir com o desenvolvimento da proposta de Educação Integral na escola estudada, bem como auxiliar na construção da qualidade em educação e propor alternativas para combater o abandono de programas de Educação Integral. A escolha da escola está ligada ao fato de que o pesquisador é o seu gestor desde 2004, tendo acompanhado todo o processo de implementação da proposta de Educação Integral, a qual se encontra em funcionamento até o momento. É possível perceber que o investimento em ampliação do tempo de permanência do estudante só terá sentido se a ele for acrescida a ampliação dos horizontes de formação, evitando assim o massacre do aluno com o aumento da carga horária.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo envolve uma abordagem qualitativa, com a adoção do estudo de caso. Foram utilizadas para a coleta de dados, além da entrevista com os professores que atuam nessa etapa de escolarização, um questionário para os alunos que abandonaram o projeto, mas que continuam frequentando a escola no turno regular, e uma entrevista com os pais dos alunos que deixaram de frequentar o contraturno.

O referencial teórico foi construído a partir de autores como Anísio Teixeira (1959), Antônio Sérgio Gonçalves (2006), Ana Maria Cavaliere (2002), Isa Maria Guará (2009), Jaqueline Moll (2012), Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (2012), Miguel Arroyo (2012) e Valter Pegorer (2014), entre outros.

Jaqueline Moll escreve sobre a necessidade da construção de uma nova escola, pois vivemos numa sociedade onde os saberes vão se tornando cada vez mais complexos, assim como os artefatos tecnológicos, e a escola é o espaço onde esses saberes precisam ser apropriados pelos sujeitos. Além disso, é necessário

que as pessoas aprendam a conviver e a viver juntas. A autora fala da necessidade de mais tempo na escola para trabalhar uma pauta formativa que busca trabalhar essa multidimensionalidade do desenvolvimento humano.

A autora ainda destaca a necessidade de a escola ser garantidora dos direitos básicos. Aponta que a ampliação do tempo não pode ser mais do mesmo e indica a necessidade do tempo ser organizado na escola. A autora ainda defende a importância de trazer para dentro da escola os saberes da comunidade.

Miguel Arroyo defende que a função da escola é garantir o pleno desenvolvimento humano dos educandos, sobretudo aquelas infâncias e adolescências que a sociedade trata de maneira tão injusta, tão dura, tão cruel. O autor ainda enfatiza a necessidade de mais tempo na escola, mas não do mesmo tempo, e aponta a necessidade da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, mas com atividades diferenciadas, não podendo ser uma mera repetição turno regular.

Ana Maria Cavallieri defende a necessidade que a Educação Integral tem de mais tempo, mais espaços e atividades diferenciadas. Para ela, a Educação Integral é uma concepção de educação escolar multidimensional.

A ampliação das funções da escola, de forma a melhor cumprir um papel sócio-integrador, vem ocorrendo por urgente imposição da realidade, e não por uma escolha político-educacional deliberada.

Valter Aparecido Pegorer é ex-prefeito que implantou a Educação Integral no município de Apucarana, no Paraná. Sua obra fala da importância do envolvimento de toda a gestão com a educação. Apresenta a necessidade de estabelecer uma parceria entre as escolas e a cidade, abordando principalmente o papel da cidade educadora no desenvolvimento da Educação Integral no país, apontando essa dimensão como uma das soluções para a falta de espaço existente na rede educacional.

Assim, este estudo estrutura-se da seguinte maneira: o Capítulo 1 constitui-se na apresentação do caso e é organizado em seções que abordam bases legais da proposta de Educação em Tempo Integral no país e as orientações do Projeto Escola de Tempo Integral no estado de Minas Gerais, na Superintendência Regional de Ensino de Patos de Minas, no município de Carmo do Paranaíba e na realidade escolar estudada. O Capítulo 2 aborda os dados coletados. A análise desses dados,

à luz do referencial teórico, buscou responder algumas questões de pesquisas feitas a partir da revisão bibliográfica. O Capítulo 3 apresenta uma proposta de intervenção na realidade estudada, que poderá ser estendida a todas as escolas da jurisdição da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Patos de Minas que desenvolvem o projeto, considerando as características locais. Para tanto, esse capítulo está organizado em três seções. Na primeira, são retomadas de maneira sucinta as principais considerações sobre o estudo realizado. Na segunda, a proposta é apresentada, e, por fim, na terceira seção são determinadas as ações a serem desenvolvidas.

1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Este capítulo apresenta o caso de gestão em estudo e faz uma apresentação da Educação Integral no Brasil desde o pensamento de Anísio Teixeira (1950) – com idealização, construção e inauguração da Escola Parque – até a portaria 1144/2016 do MEC, trazendo uma retrospectiva que aponta os avanços da legislação educacional no sentido de ampliar os direitos de crianças e adolescentes, visando ao desenvolvimento de ações que têm como foco a garantia de direitos e a melhoria das condições de aprendizagem. Ademais, o capítulo enfoca as ações que buscam ofertar aos alunos de nosso país uma educação que seja capaz de propiciar ao cidadão o desenvolvimento de habilidades que poderão lhe garantir um desenvolvimento pleno, possibilitando-o exercer com dignidade sua cidadania.

As discussões sobre processos de implantação da Educação Integral no Brasil não são recentes. Essa modalidade ultimamente vem sendo defendida com muita ênfase por políticos, gestores, educadores e especialistas como um caminho para a melhoria da educação brasileira, sendo que cada vez mais vêm ocorrendo adesões de governos municipais e estaduais à escola de Tempo Integral. Para entender essa trajetória, é preciso refletir sobre o movimento da legislação nacional no sentido de construir uma educação de qualidade e cidadã, em que o papel da escola é fomentar e desenvolver o potencial da criança, do adolescente e do jovem na ampliação de suas virtudes e habilidades, na busca da oferta de uma educação cidadã.

1.1 Anísio Teixeira, o precursor do pensamento de educação integral

A cada dia, maiores têm sido os desafios encontrados na oferta de uma educação básica de qualidade à população brasileira. Tem-se, por um lado, a busca da melhoria da qualidade de atendimento da escola, e, por outro, a procura por alcance de resultados que justifiquem os investimentos feitos em educação. Assim, tem se justificado o surgimento de Políticas Públicas como a Educação Integral, as avaliações em larga escala e a reestruturação do currículo através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais todos os alunos, dentre outras ações.

Nesse contexto de redimensionamento do papel da escola pública, a questão da qualidade parece emergir como elemento da democratização do saber. Não basta colocar todos na escola, mas, sim, discutir e procurar formas qualitativas de atender à expansão da escolarização. Sobre essa mudança no papel da escola, Cavaliere (2002) escreve que:

A ampliação das funções da escola, de forma a melhor cumprir um papel sócio-integrador, vem ocorrendo por urgente imposição da realidade, e não por uma escolha político-educacional deliberada. Entretanto, a institucionalização do fenômeno pelos sistemas educacionais [...] envolverá escolhas, isto é, envolverá concepções e decisões políticas. Tanto poderão ser desenvolvidos os aspectos inovadores e transformadores embutidos numa prática escolar rica e multidimensional, como poderão ser exacerbados os aspectos reguladores e conservadores inerentes às instituições em geral. (CAVALIERE, 2002, p.250)

Nesse contexto, as experiências de Educação Integral no Brasil surgem como uma oportunidade de pensar a mudança no papel social da escola, como uma alternativa para garantir que essa instituição tenha condição de cumprir esse novo papel. Pode-se buscar a gênese da escolarização em turno integral no Brasil junto ao movimento escolanovista, influenciado pelo pragmatismo e pelo pensamento de John Dewey (1859-1952).

O nome de Anísio Teixeira aparece como um aporte da história da educação. Defender “políticas educacionais que objetivem a escolarização em Tempo Integral vem de sua estreita vinculação com os princípios do escolanovismo, sendo, inclusive, por sua projeção histórica até os dias atuais” (ESQUINSANI, 2008, p. 2). Nesse sentido, nosso modelo de Educação Integral tem como base o pensamento de Anísio Teixeira, considerado “o maior educador brasileiro participante do movimento renovador da educação nacional”. (PINTO, 1986, p. 89). Além disso, ele foi o primeiro educador a discutir e concretizar a possibilidade de escolas públicas em turno integral para educar a população brasileira.

Para melhor entender o pensamento e o desenvolvimento da Educação Integral, procurou-se traçar um breve histórico da vida e da obra do educador baiano precursor do pensamento de Educação Integral, relatando brevemente sua participação teórica e prática na área, ação na política e luta em defesa de dias melhores para o Brasil. Apontamos o educador como um dos mais importantes expoentes nacionais na construção dos caminhos dessa modalidade no país, tendo

sido um dos primeiros que atuou na área de fato, servindo de inspiração para outros estudiosos que vieram depois dele.

Anísio Teixeira (1900-1971) nasceu na Bahia e cursou os ensinos primário e secundário em colégios jesuítas. Após concluir o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1922, foi convidado, em 1924, pelo governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon, para atuar como Inspetor Geral do ensino no estado.

Em 1924, publicou o artigo intitulado “A propósito da Escola Única”. Nele, teceu importantes comentários sobre o papel universal da escola em oferecer uma formação integral ao ser humano, alegando que todo homem tem direito a que a sociedade lhe forneça meios para desenvolver plenamente as suas faculdades. Uma "escola única", obrigatória para todos, ministrando ensino de um modo integral e uniforme, seria o aparelho mágico destinado a dar a todos os homens o pleno desenvolvimento de suas faculdades (TEIXEIRA, 1924, p. 01).

Ele defendia a necessidade de ensinamentos diferenciados, de acordo com a realidade de cada aluno, buscando diversificar as oportunidades de conhecimento e adaptá-las às necessidades de cada educando, depositando na escola a obrigação de variar seus ensinamentos e buscar ser parte integrante dos anseios de cada aluno, de modo a inseri-lo no mundo escolar. Sobre isso, ele escreve: “atirá-lo à Educação Integral onde ele e o intelectual requintado recebem num mesmo método um idêntico ensino é desenraizá-lo e inutilizá-lo” (TEIXEIRA, 1924, p. 02). Assim, a Educação Integral deveria trabalhar de forma a contemplar de forma equânime as diversidades e todos os espaços de atuação da sociedade. Outro ponto importante da reflexão, que o autor buscava apontar em suas discussões, era a necessidade da articulação entre os níveis diferentes de ensino, de forma a garantir a existência da escola única.

Ao pensar em uma educação completa para os alunos, respeitando o modo de vida de cada um, suas particularidades, buscando estabelecer uma relação entre o que se ensina na escola e o que o aluno vivencia em seu dia a dia, podemos afirmar que Anísio descreveu os princípios de uma **Educação Integral**: uma educação que primasse pelo desenvolvimento completo do educando e de suas potencialidades, por meio de um ensino gratuito, obrigatório e laico, ou seja, uma educação ampla e que contemple todos os sentidos da vida humana. Assim, em seus primeiros escritos sobre educação, já apontava seus ideais educacionais pelo

viés de uma educação completa, ou seja, integral, como é a Educação Integral defendida nos dias atuais.

Em 1927, Anísio viajou para os Estados Unidos e, em 1928, retornou ao Brasil com grande influência de John Dewey. Após seu retorno, escreveu um relatório sobre a educação americana, que tinha importantes contribuições para a brasileira. No relatório “Aspectos Americanos de Educação”, ele apontava a importância dos prédios apropriados, pois, até o momento no Brasil, os prédios eram todos improvisados. Anísio percebeu naquela viagem a importância da arquitetura na aprendizagem dos alunos: era um espaço diferente, cheio de alegria, na qual havia possibilidades de felicidade para aqueles que dela faziam uso. Compreendeu, também, a importância dos métodos de ensino, da flexibilidade do currículo e a heterogeneidade dos estudantes. Quando retornou dos Estados Unidos, não conseguiu se entender com o governador, demitindo-se do cargo de inspetor de ensino, e começou a lecionar na Escola Normal de Salvador. O entusiasmo pela obra de Dewey fez com que publicasse, em 1930, um ensaio intitulado “Vida e Educação”, primeira tradução nacional da obra do escritor americano. Nesse mesmo ano, publicou o artigo “Por que Escola Nova?”, no qual levantou questões sobre a necessária renovação da escola tradicional:

Eu me proponho a discutir, hoje, aqui, o seguinte problema: por que escola nova? Por que toda essa agitação transformadora, e tão custosa, de práticas e hábitos já tão queridos e que vinham dando os seus resultados? Por que não satisfaz, nem pode satisfazer a “escola velha?”. (TEIXEIRA, 1930, p.2)

Anísio Teixeira pensava a escola como um espaço de possibilidades para mudar o futuro da nação e do mundo. Via no ato de educar a oportunidade de construir um mundo diferente, desde que a escola se prestasse ao papel de ofertar uma educação significativa e ligada ao mundo dos alunos, onde de forma democrática se respeitassem as particularidades de cada um em sua essência, sem desprestigiar a ciência.

Nesse contexto, Teixeira pressupunha que a escola deveria acompanhar as mudanças da sociedade e se transformar, e apontou dois pontos centrais à transformação da escola: “(a) precisamos preparar o homem para indagar e resolver por si os seus problemas; (b) temos que construir a nossa escola, não como

preparação para um futuro conhecido, mas para um futuro rigorosamente imprevisível” (TEIXEIRA, 1930 p. 05).

Teixeira ressaltou a importância da autonomia do aluno, e atribuía à escola o papel de capacitá-lo para lidar com suas questões individuais e sociais. Além disso, a escolarização deveria preparar o aluno para a complexa vida diária. Assim, “esse novo homem, independente e responsável, é o que a nova escola deve vir preparar”. (TEIXEIRA, 1930, p. 04).

O educador via a escola tradicional desconectada da realidade do aluno, os ensinamentos oferecidos por ela não eram utilizados por eles em suas vidas práticas. Assim, Anísio pensava que a escola deveria preparar seus alunos para a vida e ser capaz de atender às suas necessidades individuais e coletivas. Nas palavras do autor, sua justificativa:

Não seriam, pois, precisas outras razões que as da profunda modificação social porque vamos passando, para justificar a alteração profunda da velha escola tradicional – preparatória e suplementar – para a escola nova de educação integral. (TEIXEIRA, 1930 p. 07).

Dessa forma, a escola precisava ser um local que pudesse oportunizar aos alunos um ambiente para o seu pleno desenvolvimento, onde pudessem vivenciar, de forma integrada, as oportunidades da vida moderna:

A nova escola precisa dar à criança não somente um mundo de informações singularmente maior do que o da velha escola – só absoluta necessidade de ensinar ciência era bastante para transformá-la – como ainda lhe cabe o dever de aparelhar a criança para ter uma atitude crítica de inteligência: para saber julgar e pesar as coisas, com hospitalidade mas sem credulidade excessiva; para saber discernir na formidável complexidade da integração industrial moderna as tendências dominadoras, discernimento que lhe habituará a não perder sua individualidade e a ter consciência do que vai passando sobre ela pelo mundo afora: e ainda, para sentir, com lúcida objetividade, a interdependência geral do planeta e a necessidade de conciliar o nacionalismo com a concepção mais vigorosa da unidade economia e social de todo o mundo. (TEIXEIRA, 1930, p. 09)

Para o educador, a escola precisava seguir o movimento da sociedade e alinhar seus ensinamentos às suas necessidades de mudanças, sendo estas a origem da melhoria na qualidade de vida dos alunos. Para ele, a finalidade da escola

era “ajudar os jovens, em um meio social liberal, a resolver seus problemas morais e humanos” (p. 10). Para ele, a escola nova precisava rever seus projetos de ensino. Os professores deveriam rever seus métodos de forma a garantir novas aprendizagens, buscando vivenciar a democracia e a liberdade. A função da escola seria acompanhar, corrigir e harmonizar a Educação Integral do indivíduo. O autor propõe que:

[...] a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare realmente a criança para a sua civilização – esta tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. (TEIXEIRA, 1959, p.83)

O autor afirma, ainda, que a finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida, ou seja, que a escola deve existir para preparar o aluno para viver dignamente, e que escola e vida têm que estar entrelaçadas, completando-se. Na realidade, a escola traz em sua linha intencional de ação a preparação para a vida, procurando oferecer a oportunidade de crescer e progredir como pessoa e como cidadão.

Sobre o início da Educação Integral no Brasil, Pegorer (2014, p. 27) escreve que, em 1950, Anísio Teixeira colocou em prática o seu modelo de ensino no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais conhecido como Escola Parque, em Salvador, que trazia em sua gênese a proposta revolucionária de educação profissionalizante e em Tempo Integral. O autor ainda escreve que, em 1960, surge um modelo mais revolucionário de Educação Integral, inspirado em uma experiência de Brasília. O então presidente Juscelino Kubitschek convoca os educadores Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Cyro dos Anjos para criar o “Plano Humano” de Brasília. Essa equipe criou o Sistema Educacional de Brasília para que viesse a ser modelo para o Brasil. Tratava-se de um centro educacional popular em nível primário, que propunha suas atividades em Tempo Integral.

1.2 Experiências de educação integral nos anos 1980 e pós constituição de 1988

Sobre as experiências em Educação Integral no Brasil, Pergorer (2014, p. 29) nos mostra que, na década de 1980, no estado do Rio de Janeiro e durante o

governo Leonel Brizola, surgem os Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro, os CIEPs, concebidos por Darcy Ribeiro e inspirados na experiência da Escola Parque de Anísio Teixeira. Foram construídos aproximadamente 500 prédios escolares arquitetados por Oscar Niemeyer, para abrigar o que se denominava como ‘Escola Integral em Horário Integral’, inspirados no modelo idealizado por Anísio Teixeira .

Com o advento da Constituição Federal de 1988, muitas mudanças foram trazidas ao cenário brasileiro. Dentre elas, podem-se apontar mudanças significativas na educação nacional. A chamada ‘Constituição cidadã’ aponta a educação como direito social e traz no artigo 6º a ideia de Educação Integral, embora não adotando o termo.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Já no artigo 205, o conceito de Educação Integral fica mais claro, quando se prescreve a “educação como um direito capaz de conduzir ao pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988, s/p). Na realidade, a Constituição de 1988 expressava ali um clamor de décadas, como uma forma de resolver os problemas das desigualdades deixados pela ditadura, em que os ricos desfrutavam de escolas boas, e os pobres, muitas vezes, nem acesso a elas tinham. A Carta Magna representava uma luz no fim do túnel e a busca da solução de diversos problemas brasileiros, dentre eles a pouca qualidade da educação.

Em seus escritos, Pergorer (2014, p.31) ainda nos mostra que na década de 1990 – no Governo Fernando Collor de Melo, continuado pelo governo Itamar Franco – criaram-se os Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACs). Segundo Ferreira (2007), esses centros se propunham a atender creche, pré-escola e ensino de primeiro grau e a fazer um atendimento social integrado em um mesmo local. Esse projeto tinha o nome de “Minha Gente” e focava em desenvolver ações integradas de saúde, educação, assistência e promoção social. Em 1991, foi criado em Brasília o primeiro CIAC, que era inspirado nos projetos de Educação Integral de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Em 1992, com

a mudança de governo, o CIAC passou a ser denominado de CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), cujo objetivo é oferecer à criança e ao adolescente educação fundamental em Tempo Integral.

Em 1996, com a aprovação da nova LDB Nacional 9394/96 (LDB), a intenção de se fazer uma Educação Integral já aparece no corpo do texto. O artigo 34 menciona:

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. (BRASIL,1996, p. 14).

Em seguida, o parágrafo 2º do mesmo artigo aborda: “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em Tempo Integral a critério do sistema de ensino”. A nova LDB trouxe, então, avanços significativos para a educação nacional, especificamente no que concerne à Educação Integral. Instituiu também a década da educação e avançou no sentido de universalizar o acesso e a permanência do aluno na escola. A escolarização que, durante décadas, foi de 6 a 14 anos de idade, com a Emenda Constitucional 59 foi ampliada para 4 a 17 anos. Além disso, consta na Constituição a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que incentiva a ampliação do tempo de permanência na escola, possibilitando aos pobres o acesso a uma escola de ricos, camada privilegiada da sociedade que já tinha esse tipo de educação desde o Brasil República.

A partir da publicação da LDB/1996, a temática da Educação Integral em jornada ampliada recebeu respaldo legal para sua implementação, uma vez que determinou que o “ensino fundamental fosse ministrado progressivamente em Tempo Integral, a critério dos sistemas de ensino” (art. 34, § 2). No Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007), vem a proposta do Mais Educação, que é um programa de incentivo à proposta de Educação Integral e de Tempo Integral. Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, realizado em parceria entre órgãos do governo e de livre adesão das escolas através de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), esse programa era a iniciativa de fomento de uma escola de Tempo Integral, em que se traçava a linha de ação que as instituições deveriam seguir, de forma a não oferecerem mais do mesmo, impondo o

caminho a ser seguido, não permitindo que a escola fizesse a escolha dos caminhos na construção da Educação Integral. O programa foi iniciado em 2008, em 1380 escolas públicas, em 25 estados da federação e no Distrito Federal, tendo sido ampliado, em 2009, para 5004 escolas, e, em 2010, para 10026 instituições, mostrando o compromisso do MEC com a agenda da Educação Integral.

1.3 O Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi criado em 2007 pelo governo federal. Constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de Educação Integral nas redes estaduais e municipais de ensino, pois amplia a jornada escolar nas escolas públicas para no mínimo 7 horas diária por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. De acordo com o projeto educativo em curso na escola, são escolhidas seis atividades, a cada ano, no universo de possibilidades ofertadas. Uma dessas atividades obrigatoriamente deve compor o macrocampo² acompanhamento pedagógico.

As escolas participantes do Programa foram definidas inicialmente, em caráter prioritário, entre as que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. As atividades tiveram início em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios dos 25 estados e no Distrito Federal, atendendo 386 mil estudantes. Em 2009, houve a ampliação para 5 mil escolas, 126 municípios, de todos os estados e no Distrito Federal, com atendimento a 1,5 milhão de estudantes, inscritos pelas escolas e suas respectivas redes de ensino. Em 2010, o Programa foi implementado em 389 municípios, atendendo cerca de 10 mil escolas e beneficiando 2,3 milhões de alunos a partir dos seguintes critérios: escolas contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola/Integral(PDDE/Integral) no ano de 2008 e 2009; escolas com baixo IDEB e/ou localizadas em zonas de vulnerabilidade social; escolas

² Macrocampo: campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional.

situadas nas capitais e nas cidades das nove regiões metropolitanas, bem como aquelas com mais de 90 mil habitantes.

Em 27 de janeiro de 2010, o Brasil avança mais no sentido de implementar no país uma Educação Integral por meio do Decreto Presidencial, firmando, a partir daí, as finalidades do Programa Mais Educação. O decreto nº 7083, que implementa o Programa, apresenta as finalidades deste, entre as quais destacamos: “Contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante a oferta de educação básica de Tempo Integral” (art.1º). O artigo 3º do decreto descreve os objetivos do programa Mais Educação:

- I - formular política nacional de educação básica em Tempo Integral;
- II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;
- III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;
- IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e
- V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Esse artigo mostra a necessidade das parcerias para o funcionamento do programa, bem como a necessidade de fazer diferente, contando com o envolvimento de toda a comunidade para que ele possa cumprir seu papel.

1.4 O Programa Novo Mais Educação

Em 2016, através da Portaria do MEC nº 1144/2016, regulamentada pela Resolução FNDE nº 5/2016, o governo reformula o programa Mais Educação, que passa a ser chamado de “Novo Mais Educação³”. Ele figura como uma estratégia do Ministério da Educação, que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, através do acompanhamento pedagógico e do

³ Novo Mais Educação - O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

desenvolvimento de outras atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer no Ensino Fundamental, utilizando a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Entre outros objetivos do programa, fica clara a preocupação com a alfabetização e o letramento por meio do acompanhamento pedagógico, que busca reduzir as taxas de reprovação e de abandono escolar, bem como a correção da distorção idade-série e a melhoria dos resultados de aprendizagem, através da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola.

Em 2018, o Programa foi implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em 5 ou 15 horas semanais no turno e contraturno escolar. O programa tem por finalidade contribuir para a:

- I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.
- IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

Quando analisamos a finalidade do Novo Mais Educação, entendemos que trata de uma proposta que busca melhorar os resultados das disciplinas comuns, e percebemos o quanto houve de retrocesso na proposta em relação ao Mais Educação, que vinha com uma proposta de atividades diferenciadas, uma vez que as quatro finalidades do programa estão ligadas diretamente à melhoria de dados estatísticos, apontando a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, a melhoria de resultados e até mesmo a correção de fluxo. Ao analisar as condições para que as escolas possam aderir ao Programa, mais uma vez fica clara a intencionalidade de ser um complemento das atividades cotidianas do currículo comum, quando um dos requisitos é ser “escolas que obtiveram baixo desempenho

no IDEB⁴. Ao considerar as opções de ampliação do tempo de permanência que o programa dá para as escolas, percebe-se que o foco do programa mais uma vez é mais tempo do mesmo, uma vez que a escola que optar por ampliar em 5 horas semanais o tempo de permanência do aluno ofertará 2h30min de Língua Portuguesa e 2h30min de Matemática, e as escolas que optarem por uma ampliação de 15 horas semanais terão 8 horas desse tempo dedicadas às duas disciplinas, ou seja, busca-se através do Novo Mais Educação mais do mesmo.

1.5 A Educação Integral no Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Através da aprovação da lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, o PNE 2014-2024, no campo da Educação Integral, traz em sua meta 6: “Oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”. Essa meta vem com nove estratégias determinadas, com foco na ampliação do tempo de permanência do aluno progressivamente, além daquelas que determinam outras ações, como o estabelecimento de relações com a comunidade na qual a escola está inserida, de maneira a garantir a utilização de espaços diferenciados nas práticas cotidianas da instituição. Dessa forma, busca-se oferecer ao aluno um tempo diferenciado do turno do ensino regular, de maneira a permitir que os saberes da comunidade sejam levados para dentro da escola, trazendo para o estudante uma formação cidadã que lhe seja útil em suas relações com a comunidade. Ao refletirmos sobre as estratégias da meta 6, percebemos também que além da Educação Integral defendida por Anísio Teixeira e outros, ainda temos a perspectiva de atendimento dessa modalidade às camadas menos favorecidas de nossa sociedade através da escola de Tempo Integral, buscando efetivar a oferta de uma educação cidadã e de qualidade.

Em 2016, as autoridades mais uma vez reconheceram o papel primordial da Educação Integral na mudança da educação nacional, quando o Ministério da

⁴ IDEB- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

Educação propôs, ainda que de maneira impositiva, a reforma do Ensino Médio, indicando que a solução das carências educacionais passa por uma escola de tempo Integral, reconhecendo essa necessidade de modo a favorecer o amplo desenvolvimento do aluno. Para que essa reforma proposta aconteça, serão imprescindíveis muitos investimentos, uma vez que o tempo de permanência diária do aluno na escola será ampliado, sendo necessários mais espaços, servidores, professores, alimentação, investimentos em tecnologias etc.

Diante desses fatos, cabe o questionamento: como universalizar essa oferta de Educação Integral em um cenário tão conturbado, quando se propõe um congelamento nos investimentos na área de educação, se as escolas brasileiras não estão dotadas de infraestrutura capaz de atender toda a demanda? Estamos mais uma vez correndo o risco de ver implantada em nosso país uma política pública seletiva, onde poucos serão atendidos e os outros, talvez os mais necessitados, fiquem à margem, prevalecendo a política da exclusão dos mais necessitados, voltando ao cenário da escola de poucos.

A lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou o artigo 24 da LDB, propõe a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, mostrando, mais uma vez, que o governo investe nessa área como caminho para a solução dos problemas da educação, principalmente como forma de garantir a melhoria dos índices educacionais. Deixa evidente, assim, a preocupação dos órgãos superiores com os números e não com a aprendizagem, incluindo a seguinte redação no texto deste artigo:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do **caput** deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Percebe-se aqui – ainda que não baseada em um debate aberto com os interessados – um reconhecimento de que a solução dos problemas educacionais viria pela via da Educação Integral, mais uma vez apontada como principal linha de ação do governo no combate às fragilidades do sistema educacional. É possível notar que nos moldes em que foi proposta a reforma, sem participação popular, sem a efetiva contribuição de educadores e alunos e sem envolvimento da sociedade civil, que o que está proposto nas entrelinhas do projeto é mais tempo da mesma

educação, uma vez que a reforma do Ensino Médio vem junto com um decreto presidencial que limita os investimentos e os congela por 20 anos. Tal situação contraria o pensamento de Anísio Teixeira e outros, que defendiam a Educação Integral como oportunidade de formação cidadã, e não como forma de corrigir distorções deixadas por um sistema educacional falho pela falta de investimentos na área educacional, uma vez que, sem investimentos, não é possível ampliar e melhorar a qualidade do ensino.

1.6 A aposta na educação de tempo integral como via de solução dos problemas da educação no Brasil

É preciso entender que o desenvolvimento de todas as potencialidades dos alunos não deve ser o foco apenas da escola de turno ampliado, mas de qualquer tipo de escola, uma vez que sua missão deve ser o desenvolvimento amplo do cidadão, fazendo com que a Educação Integral ocorra mesmo na escola que não tem a ampliação do tempo. Nesse sentido, o desenvolvimento das potencialidades deve permitir a compreensão de que o aumento da jornada do aluno na escola possa não significar a ocorrência de Educação Integral, possibilitando-nos entender que aumento do tempo de permanência do aluno na escola não garante qualidade – escola de Tempo Integral e Educação Integral não são sinônimos, uma vez que a proposta de Educação Integral depende de um conjunto de ações pedagógicas e administrativas que não estão ligadas ao tempo de permanência dos alunos na escola, mas a como se utiliza esse tempo.

A Tabela 1 apresenta os dados das matrículas na educação básica no Brasil, em que fica evidenciada a evolução do número de matrículas no Tempo Integral, e deixa claro o investimento dos governos nessa modalidade de educação. O crescimento no número de matrículas no Tempo Integral vem acompanhado da queda das matrículas na escola regular, mostrando que o tempo de permanência do aluno na escola tem crescido significativamente no intervalo de dois anos, como apresentado.

Tabela 1 - Evolução do número de matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa, segundo a duração do turno de escolarização - Brasil - 2008/2014

Ano	Ensino Fundamental regular					
	Total geral		Pública		Privada	
	Total	Tempo integral	Total	Tempo integral	Total	Tempo integral
2008	32.086.700	767.492	28.468.696	722.830	3.618.004	44.662
2010	31.005.341	1.327.129	27.064.103	1.264.309	3.941.238	63.120
2012	29.702.498	2.184.079	25.431.566	2.101.735	4.270.932	82.344
2014	28.459.667	4.477.113	23.982.657	4.371.298	4.477.010	105.815
□%						
2008/2014	-11,3	483,3	-15,8	504,7	23,7	136,9

Fonte: MEC/Inep/DEED.

É possível perceber, pela análise dessa tabela, que o Tempo Integral vem crescendo a cada ano a altas taxas, tanto na rede pública como na privada, estando, porém, distante do cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que é de 25% dos alunos matriculados em Tempo Integral até 2024. De acordo com os dados do observatório do PNE em 2016, apenas 11,5% dos estudantes brasileiros se encontram matriculados na escola de tempo Integral, sendo necessário esclarecer também que isso significa uma ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, mas não significando que a Educação Integral está acontecendo, sendo uma proposta diferente da outra.

Uma proposta de Educação Integral precisa ser bem estruturada e organizada. Caso contrário, corre o risco de representar mais uma sobrecarga de trabalho para os profissionais da escola e também uma atividade cansativa para os alunos, construindo, segundo Arroyo (2012), “mais educação do mesmo tipo de educação”.

Ofertar Educação Integral exige o envolvimento de todo o corpo escolar, mas também da comunidade escolar e do governo em suas diversas frentes, visando organização e preparação para enfrentar os desafios apresentados, pois “Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente o projeto

pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação”. (BRASIL, 2009, p. 5)

Essa oferta deve pautar-se na perspectiva de relacionar as atividades do currículo da escola com as atividades propostas na Educação Integral, propiciando ao aluno uma verdadeira jornada ampliada, constituindo, assim, um tempo de formação para o exercício da cidadania. Para tal, faz-se necessário conhecer o trabalho proposto, suas fundamentações e implicações, para que se possa discutir e acompanhar o processo de implantação, sugerindo, dessa forma, alterações que objetivem aperfeiçoar o trabalho desenvolvido.

Quando se pensa em Educação Integral em Tempo Integral, é preciso refletir sobre a linha de ação da escola nessa ampliação do tempo. Também é necessário pensar sobre os espaços escolares e extraescolares que são utilizados nessa oferta, se mais tempo significa um tempo diferente, com diferentes oportunidades de aprendizagem, o que irá possibilitar ao aluno uma formação mais ampliada, e com enfoques diferenciados, levando em consideração a formação cidadã que o prepara para o exercício da cidadania.

A Educação Integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões, não sendo possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, e pela complexidade das relações que se estabelecem entre todos os elementos que habitam a terra, e convivem amplamente com as dimensões ambientais e planetárias, em um novo desenho das relações humanas e sociais. Vista dessa forma, a educação requer que estejam integrados e sejam ampliados, de forma qualitativa, espaços, tempos, saberes e conteúdos.

Segundo Minasi (2014) em seu texto intitulado a “Educação Integral ou a Escola de Tempo Integral”, como processo pedagógico, a Educação Integral prevê práticas não dicotomizadas, que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, valorizam os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e fazem de todos nós sujeitos históricos e sociais. O entendimento de Educação Integral não se pode resumir à ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Apesar desse fator ser importante para a melhoria na qualidade da educação, não é só isso que dará conta de tal papel.

Associados à proposta de ampliação de tempo, visamos, ainda, à ressignificação e ampliação de espaços e tempos escolares, de modo a oportunizar a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da sustentabilidade humana, da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

Só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de Tempo Integral, se considerarmos uma concepção de Educação Integral em que a perspectiva de horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras. Mais que isso, é preciso que tal ação possa tornar a progressão do estudante no sistema de ensino exitosa. Requer um aumento quantitativo e qualitativo. Quantitativo porque considera um número maior de horas, em que os espaços e as atividades propiciadas têm intencionalmente caráter educativo; qualitativo porque essas 4 horas não devem ser apenas suplementares, mas entendidas como todo o período escolar, uma oportunidade em que os conteúdos propostos devem ser ressignificados, possibilitando aos alunos um desenvolvimento amplo.

É fundamental que a escola estabeleça relações entre as atividades de Educação Integral e as atividades curriculares em jornada ampliada, de tal forma a garantir que a ampliação do tempo possa realmente significar a oferta de uma Educação Integral capaz de promover as transformações sociais desejadas, garantindo o cumprimento fiel do que é proposto no PPP da Escola, que é a promoção da formação cidadã. Ressaltamos o papel da escola de pensar em uma formação para cidadania e em ofertar ao aluno espaços e tempos para a vivência democrática, em que a democracia seja o princípio norteador de toda ação e intencionalidade.

1.6.1 A educação integral em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a política de Educação Integral inicia-se em 2003, com o começo do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa, que era voltado para escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social, selecionadas com base num levantamento das ocorrências policiais na comunidade onde fica localizada a instituição. O projeto começou em julho de 2003 com a participação de 81 escolas em Belo Horizonte. Na realidade, ele foi criado como estratégia do governo de Minas

Gerais para enfrentar as desigualdades sociais, em função da grande diversidade do estado.

Em 2005, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais implanta o Projeto Aluno de Tempo Integral como um dos componentes do Escola Viva, Comunidade Ativa, selecionando alunos das escolas participantes do projeto, aumentando a carga horária diária desses alunos e ampliando o currículo com atividades artísticas, culturais e esportivas, de modo que a escola passasse a atender esse aluno em Tempo Integral. Em 2006, o projeto já contava com 20 mil alunos do Ensino Fundamental, em 171 escolas de 14 municípios mineiros.

O Projeto Aluno de Tempo Integral foi formulado com o objetivo de:

[...] criar oportunidades reais para que o aluno possa desenvolver-se como pessoa e cidadão; para que a escola efetivamente garanta ao aluno melhor aprendizagem; e que ele possa progredir nos estudos, superando obstáculos e enfrentando desafios. (ESTADO DE MINAS GERAIS, SEE/MG, 2009, p. 07)

Ainda em 2004, ano de sua implantação em algumas escolas mineiras, foi definido pela gerência central do Projeto Aluno de Tempo Integral o escopo do projeto, que previa, dentre outras ações:

- Aumento da permanência diária dos alunos nas escolas mineiras do ensino básico com a implantação progressiva de turmas nas escolas, adoção de plano curricular de tempo integral, com prioridade para escolas que atendam crianças e jovens em áreas de maior vulnerabilidade social.
- Capacitação de professores e alfabetizadores para as atividades de tempo integral. Oferecimento de alimentação escolar aos alunos de turmas de tempo integral.
- Aquisição de material permanente e de consumo para as atividades de tempo integral. (ESTADO DE MINAS GERAIS, SEE/MG, 2013, p.4)

Em 2007, o estado de Minas Gerais inicia o PROETI, baseado na experiência do Projeto Aluno de Tempo Integral. O critério de seleção das escolas passa a ser o mesmo do Escola Viva, Comunidade Ativa, que seria a localização da escola em uma área de risco, com algumas diferenças: enquanto no Escola Viva, Comunidade Ativa as oficinas eram desenvolvidas poricineiros da comunidade, no PROETI as oficinas passaram a ser desenvolvidas por professores alfabetizadores regentes de

turmas e por professores de Educação Física; além disso, deixaram de ser três vezes por semana, passando a cinco dias.

Assim, definida a distribuição dos módulos de atividades por professor, o próprio manual da política destacava suas atribuições:

- Desenvolver atividades de diagnóstico do desempenho do aluno. Participar dos cursos de capacitação promovidos pela SRE e SEE/MG, visando eliminar dificuldades dos alunos.
- Apresentar relatório qualitativo dos resultados de aprendizagem ao final de cada bimestre. Fazer parceria com professores de outras áreas para trabalho colaborativo e articular-se com os professores do turno regular.
- Utilizar procedimentos metodológicos diversificados com vistas à melhoria do processo ensino/aprendizagem
- Estabelecer uma rotina de trabalho, pautado em um trabalho interdisciplinar.
- Elaborar plano de intervenção para o bimestre. (ESTADO DE MINAS GERAIS, SEE/MG, 2009, p.15)

A ampliação do PROETI foi uma das principais ações do governo de Minas em 2009, atendendo a 110 mil alunos das escolas estaduais em mais de 560 municípios, como forma de criar oportunidades para que o estudante pudesse se desenvolver como pessoa e cidadão e, também, para que a escola melhorasse a qualidade de ensino, possibilitando ao aluno progredir nos estudos. O Programa durou de 2007 a 2013, figurando como um dos principais programas da Escola de Tempo Integral, tendo sido transformado em 2014 em Projeto de Educação Integral em Minas Gerais. Nesse ano, já estava sendo financiado pelo Mais Educação e recursos do governo mineiro. Em todo o estado, nesse ano, foram atendidos 141.260 alunos em 2.076 escolas.

Em 2015, as orientações para implementação da Educação Integral seguiram a Resolução nº 2749 da SEE, de 1 de abril de 2015. Segundo essa resolução, todas as orientações para a organização e funcionamento das escolas que fossem ofertar a Educação Integral deveriam seguir o Manual de Orientações do Mais Educação, conforme o parágrafo único do artigo 1º:

Parágrafo único. As escolas que desejarem iniciar e/ou ampliar o atendimento das ações de Educação Integral deverão encaminhar solicitação à Secretaria de Estado de Educação, conforme documento orientador. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015)

Esse parágrafo define que as ações de educação devem seguir o documento orientador do MEC, que traça as diretrizes para o país. Determina, também, o currículo a ser seguido pelas escolas, conforme o artigo 2º dessa resolução:

Art. 2º As ações de Educação Integral deverão contemplar, no mínimo, quatro dos seguintes eixos formativos: acompanhamento pedagógico/ orientação de estudos (obrigatório); esporte e lazer; memória, cultura e artes; história das comunidades tradicionais e sustentabilidade; educação em direitos humanos; promoção da saúde; educação ambiental, educação econômica, economia solidária e criativa; comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica; agroecologia e iniciação científica. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015)

O artigo 2º mostra que a Política de Educação Integral no estado de Minas Gerais está afinada com a política do Mais Educação, que é o programa de fomento das ações de Educação Integral no País, em que a escola escolhe os macrocampos de acordo com as suas necessidades ou de acordo com a disponibilidade de servidores. Além disso, a escola passa a ter os monitores, que são pessoas da comunidade com habilidades específicas para atuar no Mais Educação, recebendo um valor em dinheiro para cobrir as despesas com deslocamento e alimentação para ir à escola ministrar as oficinas.

Em 2016, as diretrizes a serem seguidas foram as mesmas, mudando apenas no que diz respeito aos monitores, que foram transformados em professores da rede estadual de Minas Gerais. Eles recebiam pela quantidade de aulas que ministravam, porém eram mantidos pelo SEE/MG e com recursos do estado de Minas Gerais. Os recursos do Mais Educação passaram a ser utilizados apenas para aquisição de materiais e manutenção do projeto.

Nesse ponto, percebemos que o que tínhamos era mais do mesmo, situação em que as escolas passaram a usar os professores excedentes para atuar, tendo que escolher profissionais para trabalhar nas oficinas. Eles acabavam repetindo no contraturno o mesmo tipo de aula do turno, e o aluno acabava desinteressando do projeto por não ser atraente e nem oferecer uma formação diferenciada. Além disso, um dia inteiro de sala de aula (às vezes da mesma aula) era desgastante para os estudantes.

Em 2017, a Educação Integral Integrada em Minas Gerais foi direcionada através do documento orientador do MEC para o programa Novo Mais Educação,

sendo definidos como linha do trabalho pedagógico na escola os professores mediadores de aprendizagem, que são os responsáveis pelo acompanhamento pedagógico, com foco no trabalho com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. As horas restantes são destinadas às atividades complementares a cargo dos facilitadores de aprendizagem, que atuam em áreas ligadas ao campo das artes, cultura, esporte e lazer.

1.6.2 A educação integral na regional de Patos de Minas

A Superintendência Regional de Ensino de Patos de Minas é uma das 47 regionais de ensino de Minas de Gerais e atende a 14 Municípios, 64 escolas estaduais e um Colégio Tiradentes, sendo responsável pelo atendimento direto de 19.528 alunos nos municípios de sua abrangência e pelos alunos vinculados à rede municipal dos municípios que não têm sistema de ensino próprio. Fica a cargo da Regional de Ensino orientar e acompanhar o cumprimento da legislação educacional estadual nesses municípios.

Em relação à Educação Integral, a Regional segue as diretrizes do estado, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Ela iniciou as ações de Educação Integral em 2004, através da implantação do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa em uma escola da jurisdição. Atendia a 50 alunos, número que foi expandido com o Projeto Aluno de Tempo Integral (PATI). Dos anos seguintes até hoje, a SRE segue as orientações da SEE/MG, sendo reproduzidas em todas as escolas as orientações que são repassadas para todo o estado.

1.6.3 A educação integral no município de Carmo do Paranaíba

O Município de Carmo do Paranaíba fica localizado na região do Alto Paranaíba e tem uma área de 1.307.862 km². Foi fundado no ano de 1873, tem 29.494 habitantes, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,705, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, com 3,2 % da população vivendo em extrema pobreza.

O município iniciou as atividades voltadas para as ações de implantação da Educação Integral em 2007, com o programa da Secretaria Nacional de Esportes Educacional do Ministério dos Esportes, em que a Secretaria Municipal de

Educação, Cultura, Esporte e Lazer atendia a 200 crianças e adolescentes diariamente, nos ginásios de esportes e campo de futebol da cidade. Nesse programa, o critério de seleção era estar em situação de risco. Era oferecido um lanche diário. Havia, também, treinadores que cuidavam do programa.

Além disso, ainda existe no município o Programa Curumim, criado em 1986, com o objetivo de atender crianças das camadas mais pobres da população, na faixa etária de 6 a 14 anos, que viviam na periferia das cidades, em situação de risco social. Normalmente, são recebidos no projeto Curumim crianças abandonadas pelas famílias ou filhos de usuários de drogas, atendidas na instituição no contraturno, recebendo alimentação, reforço escolar e atividades esportivas.

Em 2013, o município recebeu pela primeira vez recursos do programa Mais Educação e passou a desenvolver nas escolas atividades no contraturno, conforme previsto no documento orientador do MEC. Em 2014, foi aprovado o Plano Municipal de Educação (PME) 2014-2024, cuja meta 6, a exemplo do Plano Nacional, traz o seguinte texto:

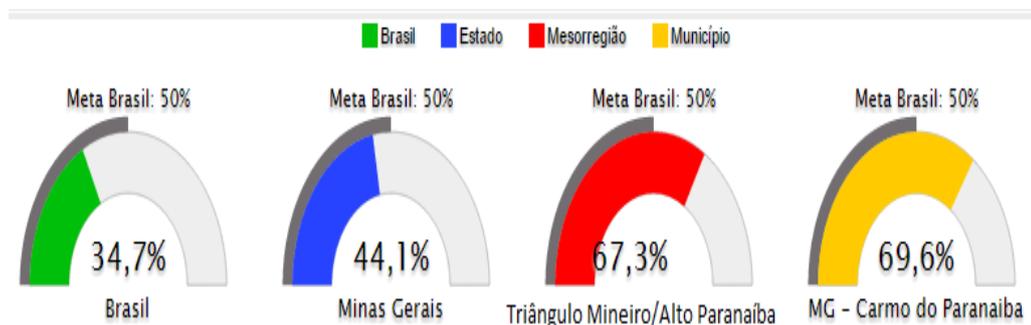
Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARNAÍBA, 2015 - PME 2014-2024)

O município de Carmo do Paranaíba tem avançado no sentido de construir uma Educação Integral de qualidade, e vem tentando ampliar a oferta no município. O Plano Municipal de Educação (PME 2014-2024) sinaliza isso. O município ainda estabeleceu nove estratégias e assumiu o compromisso expresso no documento de que em 50% das escolas do município será oferecida a Educação Integral a pelo menos 25% dos alunos matriculados na rede, sendo necessários, para isso, investimentos significativos na educação, conforme previsto na estratégia 6.2 do documento:

6.2) adequar as unidades escolares com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em bairros com crianças em situação de vulnerabilidade social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARNAÍBA, 2015 - PME 2014-2024)

A Figura 1 mostra como está o atendimento em Educação Integral nas escolas do município de Carmo do Paranaíba, que hoje oferece essa modalidade em 69,6% das escolas, apresentando o maior índice quanto aos aspectos medidos, o que reforça que a administração está comprometida com a execução do PME. A Meta 6 do respectivo plano deixa explícito o compromisso de oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

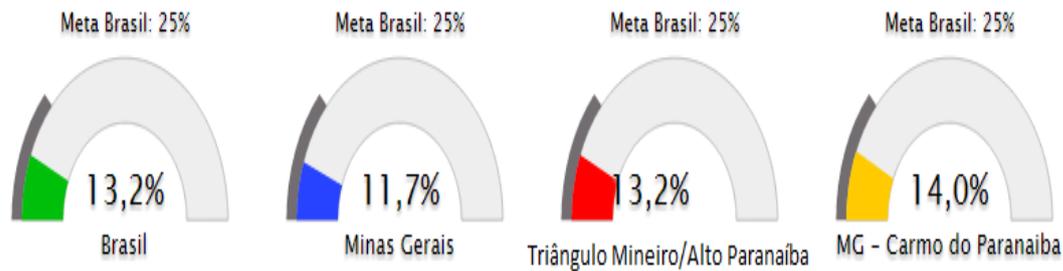
Figura 1 - Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares



Fonte: INEP/ Censo Escolar da Educação Básica/ 2013.

É possível perceber, conforme exposto na figura 2, que, em relação ao percentual de alunos atendidos na Educação Integral, o município ainda precisa intensificar as ações de modo a garantir o cumprimento das metas, precisando elevar em 11% a quantidade de alunos atendidos. Esse compromisso é assumido no PME. Será necessário, para tanto, muito investimento, muito empenho e vontade política, de modo a garantir o alcance da meta traçada, conforme apresentado na figura abaixo. É importante lembrar que o cenário de 2013 não seria o mesmo em 2018 com a aprovação do Novo Mais Educação, pois a maioria das escolas da rede municipal de ensino tem IDEB acima do esperado, e a condição para permanência no programa é a escola ter um IDEB abaixo da meta. Logo, a maioria das escolas da rede municipal de ensino de Carmo do Paranaíba foram excluídas do programa.

Figura 2 - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares



Fonte:

INEP/ Censo Escolar da Educação Básica/ 2013.

Muitas ações já vêm sendo implementadas no sentido de alcançar a meta, mas há um longo caminho a ser percorrido, pois o município de Carmo do Paranaíba precisa dobrar a oferta da Educação Integral, sendo necessários muitos investimentos na área educacional. Contudo, esses investimentos foram vetados pela Lei do Teto dos Gastos, que limita as despesas públicas. Assim, e com a implementação do programa Novo Mais Educação, o município de Carmo do Paranaíba foi penalizado, uma vez que, de todas as escolas de sua rede, apenas uma pôde fazer a adesão ao programa, pois apresentou IDEB abaixo do esperado.

1.6.4 A educação integral na EEAA

O projeto de Educação Integral foi implementado na EEAA pela primeira vez em 2008, com base nas orientações do PROETI. Inicialmente, o projeto abrangeu somente os anos iniciais do Ensino Fundamental. O Programa foi criado com o objetivo de aproveitar professores excedentes do quadro de servidores efetivos da escola, embora a legislação citasse outras finalidades, conforme recorte da Resolução da SEE nº 416/2003:

- [...] dar respostas efetivas e urgentes ao fenômeno crescente da violência que tem afetado parte das escolas públicas;
- . implementar políticas diferenciadas destinadas a apoiar as escolas que atendem à parcela mais carente da população;
 - . promover o desenvolvimento pedagógico e institucional das escolas instaladas nas áreas de maior vulnerabilidade social;
 - . tornar a escola mais integrada à vida da comunidade a que serve, mais sintonizada com os seus anseios e características e melhor preparada para atender às suas demandas e expectativas;

. propiciar condições necessárias para que o processo educativo possa se realizar com maior proveito para os alunos que dele participam. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2003)

A escola só foi autorizada a iniciar o projeto atendendo 40 alunos, distribuídos em duas turmas, de maio a dezembro de 2008, com aulas de reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática e aulas de Educação Física, desenvolvidas no mesmo formato do ensino regular. O professor atuava na sala trabalhando a revisão dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse sentido, é possível afirmar que as atividades do contraturno eram uma repetição das aulas do turno regular e não correspondiam a uma perspectiva de Educação Integral, mas a um reforço escolar, com objetivos de formação acadêmica, não de formação global dos alunos.

Em 2009, o projeto ainda seguiu as mesmas orientações e objetivos do ano anterior, tendo início em abril e indo até dezembro. A única alteração se deu no número de vagas, que foi ampliado para 60 alunos, pois, devido à redução de turmas do ensino regular, a escola passou a ter mais professores efetivos excedentes para serem aproveitados nessa modalidade de ensino, possibilitando, assim, uma ampliação na oferta da Educação Integral. Esses professores eram responsáveis pela oferta dessa modalidade de ensino, que acontecia no contraturno do aluno, porém esse era o mesmo profissional do ensino regular. Muitas vezes desmotivado e sem preparo para essa nova atividade, o professor acabava repetindo as atividades do turno, ofertando ao aluno apenas uma ampliação do tempo de permanência na escola.

Em 2010, as orientações estaduais para o Tempo Integral foram alteradas, assim como a denominação do projeto, que passou a ser nomeado de Tempo Integral. O objetivo passou a ser a ampliação da jornada dos alunos na escola, em que se ampliava o turno e se repetiam as atividades, havendo, também, orientação para os deveres de casa, de forma a garantir o que vinha expresso no documento orientador:

Recomenda-se às Unidades Executoras Próprias /UEX que estabeleçam critérios claros e transparentes para a gradativa implemente ação da ampliação da jornada escolar na perspectiva da Educação Integral, com o objetivo de resolver os problemas de defasagem de idade/série.

É desejável que a escola estabeleça relações entre as atividades do Programa Mais Educação e as atividades curriculares na perspectiva de constituição de um tempo continuum. (BRASIL, 2010a p.12)

Com a manutenção do mesmo número de alunos atendidos na escola, no ano de 2010 a forma de contratação de professores passou a ser feita por designação, conforme orientação estadual. O projeto aconteceu de maio a dezembro de 2010 e continuou sendo desenvolvido nos anos de 2011 e 2012 sob as mesmas prerrogativas. Em 2012, houve uma redução no número de alunos atendidos pela escola: 44 no total. Essa redução se deu devido ao fato de que a SER determinou que a escola só poderia atender a duas turmas e sem misturar alunos de anos de escolaridade diferentes.

No ano de 2013, a escola não recebeu financiamento para a manutenção do projeto, o que a obrigou a interromper a oferta. Em 2014, foi a primeira vez que a escola recebeu o recurso do Programa Mais Educação, do governo federal, o que implicou a reativação da Educação Integral na escola, com 75 vagas distribuídas em três turmas. Nesse ano, já houve um diferencial nos objetivos: o trabalho foi iniciado por meio das oficinas, que eram desenvolvidas por um professor regente e dois professores especialistas – um da área de exatas, um de linguagens e um da área de esportes –, os quais trabalhariam, então, utilizando um novo formato para o contraturno. Os professores foram selecionados através de processo de designação para esse fim, conscientes de que todas as atividades seriam desenvolvidas por meio de oficinas e não mais de aulas, a partir de uma metodologia própria, em que os elementos culturais da comunidade deveriam ser trazidos para dentro da escola.

Seguindo o documento orientador do Programa (2014), o trabalho deveria ser realizado através de oficinas, em que os professores iriam articular os saberes da escola com os saberes da comunidade, inserindo, assim, a escola na comunidade, e vice-versa.

É elemento de articulação, no bairro, do arranjo educativo local em conexão com a comunidade que organiza em torno da escola pública, mediante ampliação da jornada escolar, ações na área da cultura, do esporte, dos direitos humanos e do desenvolvimento social. (BRASIL, 2014, p.5)

Em 2015, o número de 75 vagas para o Tempo Integral foi mantido e houve uma melhoria na estrutura de gestão do programa da escola, com a inserção da figura do professor coordenador, profissional escolhido entre os professores da

equipe, que passou a ser o responsável pelas ações de Educação Integral na instituição. Ele tinha como atribuição se dedicar à organização e ao planejamento das ações da Educação Integral integrada, auxiliar professores na elaboração e no desenvolvimento das atividades educativas, realizar reuniões e planejar visitas a espaços externos, promovendo uma ligação entre o turno regular e as ações da Educação Integral integrada, sendo o responsável pela emissão de relatórios quando necessários.

O número de oficinas oferecidas aos alunos foi ampliado, e, ainda nesse ano, foi possível contar com apoio dos voluntários do Mais Educação. Em 2016, a escola continuou a contar com o professor coordenador, com os professores e com os voluntários responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos. A minha percepção como gestor da escola era a de que o maior desafio ainda estava na caracterização do contraturno, fazendo com que esse turno extra se mostrasse como tempo e espaço aptos para acolher um trabalho diferente, capaz de ofertar uma formação completa ao aluno, que é um cidadão integral.

Analisando as atas das reuniões pedagógicas, foi possível perceber que, durante esses anos de experiência com a Educação Integral, a gestão da escola concentrou suas atenções nos aspectos da implantação do projeto. A síntese feita a seguir traz um resumo das vezes em que as reuniões pedagógicas da escola, no período de 2008 a 2016, fizeram referência à temática da Educação Integral, assim como as principais questões abordadas, evidenciando que a preocupação com os elementos de gestão pedagógica das ações do PME é recente.

É possível perceber que a gestão da escola dedicou tempo só para a implantação do projeto, cometendo falhas no acompanhamento e desenvolvimento dele, não tendo um trabalho coeso no sentido de apoiar o professor nas ações pedagógicas. Assim, o profissional, que já não tem uma formação específica para essa modalidade de ensino, sozinho e sem apoio da equipe gestora, acaba por fazer o que ele acredita ser o melhor para os alunos.

Tabela 2 - Resumo das Reuniões Pedagógicas da EEAA

Ano	Reuniões pedagógicas da escola	Nº de reuniões que abordaram questões de Tempo Integral.	Principais questões abordadas
2008	10	2	Organização e funcionamento
2009	12	2	Organização e funcionamento
2010	20	2	Organização, quadro de pessoal e

2011	20	4	questões disciplinares. Organização, quadro de pessoal e questões disciplinares
2012	16	2	Organização e funcionamento
2013	14	0	Não funcionou a Tempo Integral na escola
2014	18	3	Abordagem sobre organização e funcionamento, e uma reunião abordou sobre os objetivos da Educação Integral.
2015	16	2	Foi falado sobre organização e sobre a proposta pedagógica, muito superficialmente.
2016	19	3	Foi falado sobre necessidade de trabalhar de forma diferenciada na escola, sugerindo o trabalho em forma de oficinas

Fonte: Livro de atas de reuniões constantes no arquivo da Secretaria (2017).

Percebe-se, ao analisar a Tabela 2, que a gestão escolar dá um enfoque pouco significativo às ações de Educação Integral, uma vez que o assunto referente à prática pedagógica não era tratado nas reuniões pedagógicas da escola. Todas as discussões em reunião se referem ao ensino regular, à organização do turno, com propostas de intervenção apenas nele, e não citam a Educação Integral, deixando claro que a escola tem utilizado esses programas para reforçar o treinamento do estudante nas provinhas, provas e provões, com foco em elevar a média. Essas ações contrariam os objetivos da Educação Integral propostos por muitos estudiosos do assunto.

Além disso, é possível perceber, pela análise dos recursos financeiros, que estão na tabela abaixo que a manutenção do projeto passou por muitas dificuldades, pois as liberações da SEE/MG foram insuficientes para o desenvolvimento de um plano como esse, uma vez que o aluno fica na escola o dia todo e isso demanda recursos. No entanto, eles nunca são liberados em quantidade suficiente.

Tabela 3 - Situação do financiamento da Educação Integral na EEAA

Ano	Nome do Financiadora	Projeto/Fonte	Situação do pagamento
2008	PROETI – Financiada pela SEE/MG		Pagou com atraso de 2 meses
2009	PROETI – Financiada pela SEE/MG		Pagou com atraso de 3 meses
2010	PROETI – Financiada pela SEE/MG		Pagou com atraso de 1 mês
2011	PROETI – Financiada pela SEE/MG		Pagou sem atraso
2012	PROETI – Financiada pela SEE/MG		Pagou com atraso de 10 dias
2013	A escola não desenvolveu o projeto		Não teve pagamento
2014	Educação Integral/ Mais Educação e SEE/MG		Pagou com atraso de 4 meses

2015	Educação Integral/ Mais Educação e SEE/MG	Pagou com 4 meses de atraso
2016	Educação Integral	Pagou com 2 meses de atraso

Fonte: Secretaria da EEAA (2017).

Quando se fala de atraso no pagamento, é preciso relatar que os recursos que chegam não são suficientes para atender e manter as ações do programa, sendo necessário priorizar ‘as prioridades das prioridades’, como, por exemplo, a alimentação, uma vez que o aluno fica na escola o dia todo. Para isso, muitas vezes é necessário abrir mão da aquisição de materiais que irão afetar o desenvolvimento de ações importantes dentro do programa.

A partir da atuação como gestor da escola nos últimos anos, percebo que os professores que trabalham nesses projetos também vivem em situação pouco confortável, uma vez que geralmente vêm do contexto da educação regular. Nesse sentido, há o entendimento da necessidade de prover orientações e formações para que os profissionais possam realizar o seu papel com qualidade, dentro do que é previsto para cada ator. É importante esclarecer que a atuação dos professores no Tempo Integral exige muita criatividade e inovação, o que se torna difícil quando não há espaços de formação estabelecidos para essa finalidade. A Tabela 4 resume o número de capacitações oferecidas pela SRE aos professores da escola.

Tabela 4 - Resumo das capacitações dos professores da Educação Integral na EEAA

Ano	Nº de Professores	Nº de professores participantes em capacitação	Nº de professores que permaneceram no projeto no ano seguinte
2008	2	2	0
2009	2	2	0
2010	3	1	0
2011	3	1	0
2012	3	1	0
2013	0	0	0
2014	6	2	0
2015	10	2	1
2016	9	1	1

Fonte: Arquivo da S.R.E. Patos de Minas (2017).

Pode-se observar que o número de capacitações pelas quais passaram os profissionais da Educação Integral é reduzido, não sendo suficientes para oferecer suporte para desenvolver um bom trabalho. É preciso considerar, ainda, que os professores que foram capacitados não permaneceram no ano seguinte. Nesse

sentido, é possível concluir que essas formações não produziram o efeito esperado, que é provocar as mudanças pedagógicas desejadas, uma vez que no ano seguinte esse professor não continuou o trabalho na Educação Integral.

Um dos grandes problemas da EEAA é o abandono dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental das atividades de Educação Integral. Eles, com frequência, fazem a matrícula no contraturno, frequentam as aulas e, depois, abandonam. Acredita-se que as causas desse abandono são a desmotivação dos alunos, ocasionada pela baixa atratividade das aulas ou por outros problemas externos, como necessidade de ajudar a família com trabalho, ainda que seja nos afazeres domésticos, cuidar de irmãos menores ou cuidar da casa enquanto os pais trabalham. Assim, é necessário que a escola e os professores façam uma revisão dos aspectos pedagógicos, buscando inserir neles atividades diferenciadas capazes de despertar o interesse e evitar o abandono, uma vez que no ano seguinte esse aluno volta a se matricular na Educação Integral, por opção da família, inicia e frequenta por um período de alguns meses e, posteriormente, abandona. Ele continua frequentando as aulas no turno regular, mas deixa de participar das aulas da Educação Integral.

A Tabela 5 traz dados coletados pelo pesquisador na secretaria da escola, desde o início das atividades de Tempo Integral, que indicam que os alunos dos anos iniciais normalmente começam e continuam frequentes até o final do ano, enquanto os estudantes dos anos finais, desde o início do Tempo Integral nessa etapa de escolarização, costumam abandonar as aulas. Diante desse fato, que é possível verificar na próxima tabela, cabe a seguinte pergunta: “: **“Como aprimorar as ações da escola com vistas a reduzir o abandono dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental nas ações de tempo ampliado na escola?**”

Tabela 5 - Relação entre matrícula inicial e permanência dos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental no contraturno na EEAA

Ano de desenvolvimento do projeto	Nº de alunos matriculados		Nº de alunos que encerraram o ano		Taxa de abandono(%)	
	Anos iniciais	Anos Finais	Anos iniciais	Anos Finais	Anos iniciais	Anos Finais
2008	40	00	30	00	25%	00
2009	60	00	40	00	33%	00
2010	60	00	45	00	25%	00

2011	50	00	45	00	10%	00
2012	22	22	22	20	00%	5%
2013	-	-	-	-		-
2014	50	25	49	13	4%	48%
2015	50	25	47	10	6%	60%
2016	50	50	48	38	4%	24%

Fonte: Diários de registro de frequência dos alunos da escola da Secretaria da EEAA (2017).

Analisando a tabela 5, é possível perceber que os alunos abandonam o projeto antes de seu término, antes do encerramento do ano letivo, sendo que o maior índice de abandono está nos anos finais do Ensino Fundamental. De acordo com os dados da secretaria da escola, dos 14 alunos que abandonaram em 2016, 12 estavam matriculados nos anos finais, ou seja, das 50 matrículas dessa etapa de escolaridade, 24 % abandonaram antes do término do ano letivo. Esse fato representa um número muito significativo em relação ao total de iniciantes. Quando se busca a utilização de uma política pública como via de solução de problemas sociais e de defasagem de aprendizagem, é preciso garantir que essa política esteja acessível a todos e, ainda, a compreensão por parte dos usuários de que o objetivo é garantir a todos que sua participação irá assegurar melhoria em sua qualidade de vida.

O foco do trabalho da escola está em oferecer uma formação cidadã. Para isso, primeiro é preciso garantir que o aluno esteja na escola, possibilitando, assim, interferir na sua trajetória escolar. Logo, o primeiro desafio da escola é garantir que o estudante esteja lá, presente, para que as ações possam atingir seus objetivos e surtir o efeito desejado.

Na Tabela 6, são apresentadas as oficinas desenvolvidas dentro da escola. Os dados evidenciam como a escola organizou seu tempo e espaço no contraturno para desenvolvimento das atividades do PME. É possível perceber claramente um aumento do tempo de permanência dos alunos na escola, mas não uma diversificação das ações propostas e das práticas pedagógicas em relação ao turno regular. Os estudantes estão dentro da sala de aula desenvolvendo as atividades com a mesma estrutura proposta para o turno regular.

Quadro 1 - Tipos de oficinas desenvolvidas, profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e local de desenvolvimento na EEAA

(continua)

Ano(s) de realização	Oficina	Profissionais responsáveis	Objetivos do projeto	Espaço utilizado
2008, 2009, 2010, 2011 e 2012	Alfabetização para o letramento, Matemática e Esporte	Professores regentes e professor de Educação Física	Recuperar alunos com dificuldades em leitura e Matemática; ajudar nos deveres de casa	Sala de aula e quadra de esporte
2014	Alfabetização para o letramento, Matemática e Esporte	Professores regentes, professor de Educação Física e professores regentes de Português e Matemática	Recuperar alunos com dificuldades em leitura e Matemática; ajudar nos deveres de casa	Sala de aula e quadra de esporte
2015	Oficinas de Português, Matemática, Mídias, Direitos Humanos, Esporte, Saúde e Fotografia	Professor regente e professor especialista de cada área + monitores do Mais Educação	Recuperar alunos com dificuldades em leitura e Matemática; ajudar nos deveres de casa; mais introdução à informática; formação cidadã; esportes	Sala de aula, laboratório de informática, quadra de esporte, pátio da escola.
2016	Oficinas de Português, Matemática, Mídias, Direitos Humanos, Esporte, Saúde e Fanfarra	Professor regente e professor especialista de cada área	Recuperar alunos com dificuldades em leitura e Matemática; ajudar nos deveres de casa; mais introdução à informática; formação cidadã; esportes	Sala de aula, laboratório de informática, quadra de esporte, pátio da escola.

Fonte: Arquivo do quadro de pessoal na Secretaria da E.E. Antônio Atanásio (2017).

A partir dos dados elencados no Quadro 1, pode-se perceber que as atividades do contraturno geralmente não partem dos pressupostos da cidade educadora, conforme indicam as orientações normativas, ao utilizarem o ambiente escolar para desenvolvimento das atividades. O Mais Educação tem como guias principais os conceitos de ‘cidade educadora’ e ‘território educativo’, propondo:

É necessário ocupar outros espaços da cidade, potencializando o uso dos equipamentos e espaços públicos, estimulando a articulação de políticas públicas para garantia de direitos como o direito ao esporte, à saúde e à cultura. A realização de ações fora da escola permite o aprendizado ao circular pelo território dando novos

significados aos tempos e espaços nele contido, ou seja, é apostar na educação na cidade, para cidade, aprendendo com ela e a transformando em espaço de aprendizagem para todos os seus habitantes. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017 p. 14)

A proposta de Educação Integral aparece como elemento importante de parceria entre a cidade e a educação que se pretende oferecer, levando para outros espaços as ações que a escola deseja realizar, estabelecendo uma relação complementar entre a instituição e a comunidade. No caso da EEAA, os alunos atendidos pelo projeto, na maior parte do tempo, têm o uso do espaço restrito à sala de aula e não é feito uso dos espaços extraescolares existentes na comunidade, que têm a potencialidade de proporcionar uma formação mais ampla aos estudantes, oportunizando a eles múltiplas vivências.

Este estudo está imbuído da vontade de investigar, analisar e descrever o processo de implementação do programa de Educação Integral na EEAA e identificar quais são os motivos que levam o aluno ao desinteresse e ao abandono do programa. Pretende-se, também, analisar os fatores intraescolares que acarretam esse abandono e, por fim, apresentar uma proposta de intervenção na busca de soluções para o problema da evasão dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Essa iniciativa educacional tem como foco proporcionar aos sujeitos nela acolhidos uma formação plena, complementando a formação iniciada na educação regular, garantindo uma ampliação nas oportunidades de aprendizagens aos estudantes nele matriculados e frequentes, tendo sempre em vista que o aluno é um sujeito integral, não sendo possível separar os conhecimentos acadêmicos de conhecimentos de mundo. Também é preciso que aconteça uma interação entre os dois, ou seja, é necessário que os conhecimentos acadêmicos reflitam na prática de vida do cidadão.

Para atingir esse objetivo, de garantir a permanência do aluno na escola evitando o abandono no contraturno, foram estabelecidos três objetivos específicos: (I) descrever a implementação da proposta de Educação Integral na EEAA, buscando evidenciar quais são os fatores que levam os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental a abandonar o programa; (II) investigar como a proposta da educação de Tempo Integral é estruturada e entendida pelos sujeitos envolvidos no programa da escola, e quais são seus sentimentos com relação a essa proposta; (III) propor um Plano de Ação Educacional (PAE) que se configure em um instrumental

de apoio para a gestão estabelecer e sistematizar estratégias que superem os desafios de resolver ou amenizar o abandono dos alunos do Projeto. Espera-se, com o estabelecimento de tais objetivos, elencar elementos de respostas para a questão que guia o desenvolvimento desta pesquisa, e, ao final da investigação, obterem-se as respostas ao questionamento: “Como aprimorar as ações da escola com vistas a reduzir o abandono dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental nas ações de tempo ampliado na escola?”

Neste primeiro capítulo, a Educação Integral foi apresentada como objeto de estudo de caso proposto para esta dissertação. Mais especificamente, foi apresentada a evolução do Programa de Educação Integral bem como as ações de Educação Integral no país na atualidade, buscando apresentar as ferramentas de fomento dessa política pública. Apresentamos a trajetória percorrida pelas ações de Educação Integral em nosso país desde o pensamento de Anísio Teixeira até a portaria nº 1144/2016, regida pela resolução FNDE nº 5/2016, cujo objetivo é a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática por meio da ampliação da jornada escolar dos alunos do Ensino Fundamental. São focos alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, redução do abandono, da reprovação e da distorção idade/ano mediante a execução de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar.

Abordamos também o funcionamento da Educação Integral na EEAA. A preocupação em relação à escola diz respeito ao alto índice de evasão dos alunos do programa de Tempo Integral. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é descrever e analisar quais fatores levam os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental a abandonarem a Educação Integral, sob a perspectiva da gestão escolar. Esta escola vem desenvolvendo ações de Educação Integral, ainda que guiadas por diferentes projetos, sob a orientação da SEE/MG desde o ano de 2008, ficando fora do projeto apenas no ano de 2013.

Ressalta-se, ainda, que educação em Tempo Integral não é sinônimo de Educação Integral, mas que os dois temas podem se completar, pois a Educação Integral não está ligada a questão do tempo, mas às ações propostas pelo projeto da escola, na qual o aluno é reconhecido como um ser social, que raciocina e que, acima de tudo, tem uma individualidade que o faz diferente dos demais, pois cada um tem sentimentos e emoções que precisam ser respeitadas.

2 O PROCESSO DE GESTÃO E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EEAA- QUINTINOS/MG

Este capítulo tem como proposta apresentar elementos que auxiliem na compreensão do problema descrito no primeiro capítulo, a respeito da percepção que se tem sobre a Educação Integral na atualidade, baseado no pensamento de pessoas que tiveram grande influência sobre o assunto em nosso país, como Jaqueline Moll (2012), Carvalho (2006), Cavaliere (2014), Mainardes (2006), Arroyo (2013) e Pegorer (2014). Também se objetivou fundamentar este texto com apontamentos sobre o desenvolvimento dessa política pública nas escolas públicas, no estado de Minas Gerais, no território da Superintendência Regional de Patos de Minas, no município de Carmo do Paranaíba e especificamente na EEAA, que é o palco principal da linha de ação do pesquisador.

Ao propor pesquisar sobre os fatores que levam os alunos dos anos finais do Ensino fundamental a abandonarem a Educação Integral em Tempo Integral, procura-se investigar por que muitos estudantes dos anos finais abandonam esse tempo ampliado ofertado pela escola, no qual. Ao menos teoricamente, entendemos que essa ampliação significa um aumento de espaço e tempo para que os alunos possam melhorar suas aprendizagens, sendo essa uma oportunidade de se construir uma nova linha de ação em benefício da inovação curricular. Significa, também, ofertar ao aluno um aumento no tempo de permanência na escola, com uma conseqüente ampliação de tempos e espaços de aprendizagem, onde as habilidades individuais de cada um passam a ser o foco da ação educativa, e onde o professor do turno ampliado, através das oficinas, passaria a garantir aos alunos atividades diferenciadas capazes de despertar o interesse e a criatividade, com o objetivo de atrair o empenho em participar das ações da Educação Integral em Tempo Integral como uma de forma de garantir direitos, de proporcionar uma melhor utilização dos espaços e do tempo escolar. Iniciamos a pensar na necessidade de construir referências baseadas na literatura que trata do assunto, de grande importância para o momento educacional do país, em que especialistas apontam a necessidade de se construir uma escola diferente, pautada nos princípios da igualdade, equidade e qualidade. A Educação Integral é sem dúvida uma das possibilidades de uma educação que garante aos estudantes o necessário para o

seu desenvolvimento, principalmente quando pensamos no novo papel a ser desempenhado pela escola dentro da sociedade atual.

Cada dia se acentua mais a necessidade da construção de uma escola que desempenhe papéis diferentes dentro da sociedade na qual ela está inserida, garantindo o cumprimento de seu papel social para garantir oportunidades para o amplo desenvolvimento do cidadão em todas as suas dimensões, sendo necessário, ainda, ampliar o pensamento para o tipo de sociedade para o qual a escola deseja formar seus alunos, sendo esta uma agência de fomento a novas vivências e a novos tipos de convivência. Quando pensamos na sociedade atual, logo somos remetidos a entender um novo conceito de formação a ser propiciado por escolas e instituições de ensino, onde uma nova sociedade, inserida na era da informação, necessita de cidadãos que sejam capazes de lidar com novos conhecimentos, fazendo para isso o uso de novas habilidades muitas vezes deixadas de lado dentro da linha formadora da escola, que ainda preza, muitas vezes, por conhecimentos que são obsoletos e deixa de incluir em seus currículos conhecimentos que são tão necessários. Assim, temos um novo cidadão e um novo tipo de sociedade, em que estereótipos são desfacelados todos os dias. Com isso, surge então a necessidade de uma nova escola, atenta às reais necessidades de seus alunos, e, sobretudo, preocupada em formar esse novo cidadão para essa nova sociedade que é uma realidade dentro de nossas salas de aulas.

2.1 O olhar sobre a teoria e a prática na EEAA

O referencial teórico será apresentado a partir de eixos de análises, estabelecidos com o intuito de identificar de maneira mais clara e organizada cada aspecto proposto ao se analisar um projeto socioeducacional.

Por se tratar primeiramente de um projeto vindo de uma política pública, com o objetivo de fomentar ações que garantam a melhoria da educação em nosso país, é necessário buscar na Constituição, nas leis e nos decretos que regulamentam os deveres do estado em relação à educação os fundamentos para se entenderem os motivos de o governo criar e programar o projeto e se este visa garantir o direito social à educação previsto na Constituição Federal e na LDB.

Outros aspectos que explicam a divisão do estudo em eixos são a complexidade do assunto referente a essa proposta educacional e a necessidade de um melhor

preparo do campo das ações específicas voltadas para a educação em Tempo Integral, no sentido de garantir os espaços justos e dignos tão necessários para o desenvolvimento pleno e amplo do estudante. Outro ponto importante que justifica a divisão da análise em eixos é o fato de o tema estar ligado a uma política pública de extrema importância para a educação no estado e no país.

O primeiro eixo de análise se refere à relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos com as propostas de Educação Integral em Tempo Integral.

Nesse eixo, será analisada a relação entre o direito social à educação garantido na Constituição Federal e a forma como as propostas de Educação Integral em Tempo Integral contribuem como políticas públicas na garantia desses direitos, tendo como proposição o pleno desenvolvimento do indivíduo.

A educação em turnos, por sua limitação de tempo de permanência na escola não poderia oferecer esse direito plenamente, devido à necessidade da criação de uma matriz curricular diferenciada sem riscos de comprometer a ação pedagógica da escola, sendo o recurso da ampliação do tempo uma justificativa para a garantia da qualidade e manutenção dos padrões mínimos de desenvolvimento. Os principais autores utilizados nessa discussão são Carvalho (2006), Cavaliere (2014), Mainardes (2006), Arroyo (2013) e Pegorer (2014).

O segundo eixo de análise se refere à utilização do tempo e do espaço na Educação Integral, a práxis pedagógica, levando em conta que esse é um elemento de extrema importância para a garantia da qualidade educacional a ser ofertada, levando em consideração o conceito de Práxis, que na filosofia marxista é um conceito básico que remete à transformação da realidade.

No caso, o saber docente é Práxis porque a intervenção do professor é feita tendo em vista os objetivos por ele propostos que traduzem um resultado ideal que se pretende obter. Ele é Práxis porque, se tratando de uma atividade humana, pressupõe a idealização consciente do sujeito que se propõe a intervir e transformar a realidade. Para isso, é necessário conhecê-la e até negá-la, para que se possa mudá-la. Por exemplo, o aluno não alfabetizado precisa ser transformado em aluno alfabetizado.

Nesse sentido, o termo práxis designa a atividade que produz historicamente a unidade entre o homem e o mundo, entre a matéria

e o espírito, entre a teoria e a prática, entre o sujeito e o objeto, entre a essência e aparência. Trata-se de atividade humana e social que se manifesta e se realiza na e pela realidade. E enquanto forma específica do ser humano, a práxis torna-se uma atividade transformadora, criadora, autocriadora, uma atividade que produz, forma e transforma o homem social, seu meio, sua Consciência e suas ações no mundo real. Não ações isoladas de pessoas ou grupos, mas intervenções entre indivíduos singulares e o gênero humano, pois a práxis articulada em sua dialética fornece os meios necessários para se estabelecer e compreender as relações entre o indivíduo e a totalidade. Assim, a categoria filosófica em questão torna-se a porta de entrada e de saída do processo humano-criativo enraizada, cristalizada, alicerçada nas relações de interação e interdependência entre os indivíduos (PIO; CARVALHO; MENDES, 2014).

É na práxis e pela práxis que o homem enquanto ser social transforma seu meio e se autotransforma, e faz interferências em seu modo de vida, preparando os caminhos para sua futura cidadania.

Tendo em vista que tempos e espaços em uma escola em Tempo Integral são aspectos essenciais para a garantia do êxito das ações pois levam em si a responsabilidade de ir além do que já é oferecido no ensino regular, para que não seja simplesmente mais do mesmo. Essas análises estão fundamentadas nas ideias de Demo (2007), Moll (2012), Cavaliere (2007), Gonçalves (2006) e Pegorer (2014).

No terceiro eixo, analisa-se a importância do planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar, os papéis e atribuições dos professores da equipe gestora e da atuação coletiva da equipe escolar, bem como a importância de um bom planejamento tendo foco na provocação e no despertar do interesse dos alunos em relação à implementação do projeto de escola integral em Tempo Integral.

Essa atuação coletiva é um elemento de suma importância para garantir a frequência do aluno na sala de aula, de modo que ele possa sofrer os impactos positivos da política pública e que esta seja refletida nos resultados educacionais e na sociedade, sendo os professores e a equipe gestora os atores que colocarão em prática o que foi planejado, e os alunos são os que receberão essas ações. O suporte teórico para análise desse eixo será Gonçalves (2006), Demo (2007) e Cavaliere (2009).

2.1.1 A relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos

É preciso pensar na Educação Integral como um espaço para a consolidação dos processos de aprendizagem, possibilitando novas oportunidades. Inspirados no pensamento de Arroyo(2012), destacamos a ampliação do tempo e sua qualidade, e a necessidade que o sistema tem de retratar os danos causados às crianças, aos adolescentes e aos jovens. Muitos deles têm suas aprendizagens não consideradas em seus ritmos próprios, devido a terem tempos diferenciados de aprendizagem, determinados por fatores como desnutrição ou subnutrição, por falta de preparo no âmbito familiar (e, às vezes, escolar) que valorize a aprendizagem, por serem oriundos de famílias que nunca frequentaram a escola ou por falta de um ambiente que seja favorável à alfabetização no seio familiar. Assim, a Educação Integral figura como uma oportunidade para essa correção.

É preciso atentar para o fato de que a Educação Integral em Tempo Integral é uma política pública voltada para a garantia de direitos quando busca acima de tudo a melhoria da qualidade do educação ofertada. Nela, a formação de crianças, jovens e adolescentes está direcionada para uma nova oportunidade de aprendizagem que prioriza a formação integral do cidadão, não tendo como foco apenas a melhoria de resultados educacionais.

Fundamentados no pensamento de Arroyo (2012), a reflexão a ser feita é sobre a utilização do tempo. Procuramos responder a uma pergunta elaborada pelo autor: 'Mais tempo da mesma escola?'

Ao se pensar na Escola Integral de Tempo Integral no território da EEAA, é preciso refletir sobre a necessidade da oferta de uma educação que leve além dos conteúdos básicos, mas que leve também uma formação capaz de ampliar os conhecimentos em termos de cultura e outras possibilidades de formação que o mundo necessita e cobra dos estudantes. Isso é possível através da oferta de novos conhecimentos relacionados ao mundo das artes, do esporte, da pintura e outros mais que tanto influenciam na formação cultural do aluno e da sociedade como um todo.

Ainda, é preciso refletir sobre a necessidade de garantir a todos os estudantes, além do direito de acesso, o direito à equidade, em que todos tenham o direito de aprender e de ter seu tempo respeitado. Isso pode ser buscado através de

práticas pedagógicas inovadoras, como a utilização do território da cidade como espaço capaz de garantir uma ampla formação aos alunos e a inclusão destes em novos espaços de formação impostos pela sociedade moderna, e, acima de tudo, permitir o desenvolvimento das potencialidades e competências individuais de cada um.

Arroyo (2012) defende uma escola de Tempo Integral e para todos os alunos, ou seja, ele defende a escola que proporcione uma formação ampla e cidadã que contemple todos os campos da vida humana, não apenas as lacunas do conhecimento, estanques em si mesmas e sem conexão com as outras partes da vida. Vislumbra-se, assim, uma formação que seja ampla, dinâmica e que ofereça, acima de tudo, oportunidades para que o aluno se desenvolva em todas as áreas do conhecimento com as quais tenha habilidade e interesse.

O autor defende a escola de Tempo Integral, não turmas em Tempo Integral. Preconiza, também, o direito que todos os alunos têm de ter espaços justos e dignos para sua formação e, ainda, que os programas de Educação Integral sejam transformados em políticas públicas, de forma a garantir uma formação mais justa, igualitária e de qualidade.

Quando pensamos na fragmentação da escola, onde parte dos alunos tem acesso a algum tipo de formação e outra não o tem, perceberemos a necessidade de ampliar a oferta, onde todos tenham direito e garantia de acesso ao que vem a ser ofertado. Assim, será possível uma verdadeira formação que seja capaz de mudar o futuro dos alunos, de suas famílias e de sua comunidade, garantindo a qualidade, e, acima de tudo, a equidade.

O autor ainda fala da necessidade de superação das visões negativas que desvirtuam os programas, mostrando que a visão mais adequada de programas como o Programa Mais Educação, Escola de Tempo Integral, Escola Integrada de turnos-extras não pode ser aquela restrita a atividades de reforço escolar, espaço de acolhimento para alunos que não têm onde e com quem ficar, recuperação, suplência, compensação, elevação de médias e melhoramento do ranking das escolas. Diferentemente, é preciso que esses sejam e garantam oportunidades de novas aprendizagens a todos os alunos, sem distinção de classe ou posição social dentro da comunidade.

Para que esse ideal aconteça, o autor aponta a necessidade de superarmos o pensamento que tínhamos de infância e adolescências populares – em que a

garantia do cuidar e da oferta de alimentação eram suficientes para cumprir a garantia de direito – e que a escola e toda a comunidade reconheçam nesses atores a transformação da sociedade, e invistam no potencial de cada um deles. A instituição escolar será, assim, um espaço de formação múltipla, que cria oportunidades de aprendizagem em todos os momentos e em todos os espaços.

Cavaliere (2002), Guará (2009) e Xavier (2012), seguindo um caminho semelhante ao de Arroyo, apresentam a educação como um direito universal que não vem sendo cumprido conforme deveria. Baseiam-se na hipótese de que a duração da jornada escolar como forma de reparação pode não ter conseguido cumprir amplamente seu objetivo, sendo um dispositivo válido para alguns alunos, mas não para todos, o que é reforçado pela oferta seletiva do regime no interior da escola.

Segundo Pegorer (2014), a constituição brasileira de 1988, embora não utilize o termo Educação Integral, aponta a educação como o primeiro direito social, classificado como o mais importante, e fala em formação global, que é o que nos leva a entender o termo como Educação Integral. Em 1996, a LDB define a Educação Básica como direito de todos e projeta a gradativa universalização do acesso de crianças e jovens às etapas da Educação Básica.

Em seu artigo 34^o, menciona a ampliação da jornada escolar.

E depois, no parágrafo segundo do mesmo artigo, diz: “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral a critério do sistema de ensino”. A LDB estabeleceu em 1996, a “Década da Educação”. Colocando dois aspectos fundamentais a ampliação da jornada, ou seja, o Tempo Integral, e o incentivo para que todos os professores tenham nível superior. Essa exigência legal permaneceu “adormecida” por muito tempo na maioria dos municípios brasileiros e, de certo modo o Ministério da Educação não cobrou o cumprimento da “Década da Educação”. (PEGORER, 2014, p. 34)

Para o autor, alguns projetos de lei importantes têm garantido, atualmente, o avanço na oferta da Educação Integral em Tempo Integral em nosso país, em especial a Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 14 de abril de 2007, por meio da qual se instituiu o Programa Mais Educação, que tem como objetivo fomentar a educação de crianças, jovens e adolescentes no contraturno escolar. Destacamos, também, o Decreto Lei n. 7.083 de 27/01/2010, que define a necessidade da Educação Integral, em Tempo Integral.

Segundo Xavier (2012), a Constituição de 1988 e a LDB definiram a Educação Básica como direito de todos e projetaram a gradativa universalização do acesso de crianças e jovens às suas etapas. Para o autor, tal processo representou a resposta esperada e demandada pelas sociedades democráticas e uma condição indispensável para efetiva inserção e participação dos cidadãos na vida pública. Segundo o autor, a educação é um processo amplo, no qual a formação do cidadão deve ser pensada em todos os setores, considerando-se que ele está inserido em uma sociedade. O Mais Educação foi criado baseado nesse ideal de formação ampla, preparando o aluno para a vida na sociedade, com a participação de todos:

O programa, entre outras medidas, prevê que a cidade, seja vista como Cidade Educadora, seja usada como espaço de educação e cultura e que diferentes membros da comunidade, sob a coordenação da escola, participem de tal processo. Trata-se de aprender com/na/da cidade, reforçando a ideia de que o espaço para a Educação Integral e Integradora é plural, ocorrendo para além do território da escola, quando outros agentes ganham visibilidade e assumem também responsabilidade com o processo educativo das novas gerações. [...] Acreditam os proponentes do projeto que será enfrentando a distância que hoje caracteriza as relações entre escola e comunidade que poderão ser ampliadas a dimensão das experiências educadoras na vida dos estudantes, promovendo uma maior qualificação da educação pública brasileira. A escola é desafiada a reconhecer os saberes que se situam além de seus currículos e com eles desenvolver vias de mão dupla, ou seja, vias capazes de promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares, como da qualidade de vida da comunidade. O desafio presente nesta relação está na capacidade de escuta e de trocas que consigam ser estabelecidas. (XAVIER, 2012, p. 40).

Para Gonçalves (2006), falar em Educação Integral e em escola de Tempo Integral significa assumir um compromisso com a educação pública e com sua função social, possibilitando o acesso, às novas gerações, aos conhecimentos historicamente acumulados, contextualizando-os e contribuindo na ampliação do capital simbólico existente, propiciando o conhecimento da realidade e de seus desafios e as possibilidades para sua transformação. Para o autor, o conceito mais tradicional e conhecido de Educação Integral é aquele que considera o sujeito em todas as suas condições:

O conceito mais tradicional encontrado para a definição de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial. Acrescentamos, ainda, que o sujeito multidimensional é um sujeito desejante, o que significa considerar que, além da satisfação de suas necessidades básicas, ele tem demandas simbólicas, busca satisfação nas suas diversas formulações de realização, tanto nas atividades de criação quanto na obtenção de prazer nas mais variadas formas. (GONÇALVES, 2006, p. 3).

Segundo Guará (2009), na pesquisa bibliográfica sobre Educação Integral realizada pelo Cenpec (1999) evidenciou-se uma série de pesquisas acadêmicas que abordavam tangencialmente o tema e estudos realizados de diferentes perspectivas e enfoques: a Educação Integral no registro da escola de Tempo Integral, com foco nas horas dedicadas aos estudos e a expansão do horário escolar para o período integral; o segundo foco da pesquisa considera o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, em que a abordagem da Educação Integral era refletida na perspectiva dos sujeitos, integrando os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, conectando a educação ao desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais, sociais e afetivas de crianças e adolescentes; a terceira enfatiza a integração dos conhecimentos em abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, focalizando especialmente o currículo escolar, e objetiva a integralização de experiências e saberes no processo educativo, considerando que as práticas educacionais devem abrir-se a experiências e conteúdos transversais. Tal enfoque questiona o paradigma que desagrega, fragmenta e formaliza os diversos campos do conhecimento em ciências específicas e propõe uma estreita articulação curricular que contemple o conhecimento de maneira mais abrangente, global e, portanto, integral. O autor discorre, ainda, sobre uma última concepção de Educação Integral, que aborda a expansão das experiências de aprendizagem e estudos feitos na escola articulados com as redes e projetos desenvolvidos na comunidade.

Segundo Guará (2009), também estão associadas à Educação Integral ações de combate à pobreza, vinculando a educação à resolução de problemas sociais, bem como à busca por inserir no contexto escolar a criança pobre, procurando ser proteção para essas. Segundo Guará:

Nas discussões sobre a demanda por instituições de período integral, a justificativa mais recorrente é a situação de pobreza e exclusão que leva grupos de crianças à situação de risco pessoal e social, seja nas ruas, seja em seu próprio ambiente. A educação em tempo integral surge, então, como alternativa de equidade e de proteção para os grupos mais desfavorecidos da população infanto-juvenil. Infelizmente, muitas vezes, a ideia da proteção subsume o caráter educativo das atividades realizadas no horário expandido, dentro ou fora da escola. A vinculação institucional das organizações que oferecem programas de educação não formal à área da assistência social sinaliza para a situação de desproteção básica do estrato da população que deve acessar esses programas na condição de cidadania e não de favor e, por isso mesmo, com direito a um serviço de qualidade (GUARÁ, 2009, p.67)

O conceito de Educação Integral, para Guará (2009), não desconsidera nenhuma das proposições acima e defende a experimentação de metodologias e estratégias diversificadas que ofereçam melhor opção de desenvolvimento integral, de acordo com o contexto social e político específico em que os alunos vivem, oferecendo-lhes as alternativas mais adequadas a cada situação. Nesse sentido, a autora busca fundamentar as bases da Educação Integral numa teoria do desenvolvimento humano que reconhece a complementaridade entre processos e contextos de aprendizagem para um crescimento integral da criança.

Cavaliere (2002) discute em seu texto o novo papel da escola diante de uma nova sociedade, em que os conceitos de família e sociedade estão alterados, sendo necessário que se assumam uma nova postura diante dos desafios de uma geração de alunos. A instituição sofre, então, uma modificação de seu papel e passa a desempenhar com maior intensidade uma função de amplitude maior, em que a família deixa a cargo da escola não mais os ensinamentos propedêuticos, passando a ser responsabilizada por uma formação ampla do cidadão, ou seja, a formação de um cidadão integral.

A Educação Integral não é uma proposta nova em termos educacionais no Brasil, vem desde o pensamento de Anísio Teixeira, não se tratando portanto de uma novidade educacional. Ela chega com os imigrantes europeus que trazem consigo a concepção de uma educação libertária enraizada em sua cultura (devido a sua origem que já dura muito tempo) e também aparece em outras partes do mundo, como nos EUA, que coloca em prática a escola de dia inteiro, apostando numa articulação entre diversas áreas da educação. Segundo Cavaliere:

Uma série de experiências educacionais escolanovistas desenvolvidas em várias partes do mundo, durante todo o século XX, tinham algumas das características básicas que poderiam ser consideradas constituidoras de uma concepção de escola de *educação integral*. [...]. Apesar das particularidades de cada uma destas experiências, podemos generalizar a importância que davam à articulação da educação intelectual com a atividade criadora, em suas mais variadas expressões, à vida social-comunitária da escola, à autonomia dos alunos e professores; à formação global da criança. [...] Com esta tentativa de desformalizar parcialmente a educação escolar, o movimento escolanovista pretendia que a escola intervesse de maneira ao mesmo tempo mais profunda e mais abrangente na educação dos indivíduos. (CAVALIERE, 2002, p. 251-252.).

A ampliação da jornada escolar já é proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos Planos Nacionais 2001-2011 e 2014-2024, na LDB 9394/96 e na Constituição de 1988 como uma forma de garantir direitos fundamentais para os alunos da Educação Básica, ampliando a qualidade das atividades pedagógicas, e não apenas sua quantidade. Para Xavier apud Moll (2009, p.13):

O que se caracteriza como uma Educação Integral [...] é o reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que as poucas horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos. (XAVIER, 2012, p.38)

Quando pensamos na qualidade da educação nacional, uma reflexão necessária a ser feita é com relação à carga horária do aluno na escola: o tempo de permanência do aluno cada dia mais vem sendo questionado como uma fator dificultador para se atingir resultados e, também, como um dos entraves na conquista da qualidade educacional tão almejada, uma vez que, em contraponto a essa necessidade de melhoria de resultados, vem o anseio da construção de uma educação que vislumbre as múltiplas dimensões em que o ser humano é caracterizado. Dessa forma, é necessária uma melhoria na qualidade das atividades pedagógicas como forma de garantir uma ampliação qualitativa do tempo de permanência do aluno. Segundo Xavier(2012) apud Narodowski e Veiga-Neto:

A ampliação da jornada escolar na direção da implantação gradual da Educação Integral proposta nas diretrizes, conforme já referido, caracteriza-se como ampliação da qualidade das atividades pedagógicas no tempo de permanência na escola. Pensar uma

educação escolar capaz de realizar a educação em sua plenitude implica em refletir sobre as práticas pedagógicas já consolidadas e problematizá-las no sentido de produzir a incorporação das múltiplas dimensões de realização da condição e identidade humana, como uma das grandes finalidades da escolarização básica (Narodowski, 1998 e Veiga-Neto, 2003). (XAVIER, 2012, p. 39).

A necessidade do incentivo a um novo tipo de escola, inspirada na garantia de direitos fundamentais aos educandos, segundo os autores, passa pela construção de uma Escola Integral de Tempo Integral em que turno e contraturno se revezam na busca da garantia de direitos básicos ao cidadão e de condições mínimas de vida. A escola, com sua nova função, assume o papel de agente de transformação social, tendo em vista a formação ampla do cidadão, buscando oferecer-lhe as condições, ainda que mínimas, de exercer sua cidadania. Moll (2012) descreve com muita propriedade o processo evolutivo que a educação vem conquistando no Brasil com relação às idades da escolarização. Em 1996, a LDB coloca a obrigatoriedade, buscando a universalização da educação dos 7 aos 14 anos de idade, o que prevaleceu por décadas. Em 2006, passa a ser dos 6 aos 14 anos. Em 2009, com a emenda constitucional 59, passou a ser dos 4 ao 17 anos, o que significa muitos avanços em relação à duração das etapas de escolarização que são obrigatórias ao cidadão. Garante-se, assim, uma ampliação na obrigatoriedade da oferta, mostrando que hoje o cidadão tem direito a uma escolarização com 14 anos de duração em escolas da rede pública de ensino, o que nos permite acreditar que essa garantia de direitos poderá ser estendida com a possibilidade da escola de dia inteiro, e não mais das escolas de turnos (ou até menos que turnos).

Necessário, então, que a escola esteja pronta e apta para atender a demanda educacional – conforme defendia Darcy Ribeiro na efervescência da criação do CIEPs – para atender seus alunos das 7 ou 8 da manhã às 4 ou 5 da tarde, que é o modelo de escola do mundo civilizado. Todas essas horas de estudo são essenciais para que o aluno possa aprender bem e o país cumpra um preceito constitucional, que é a oferta e a educação de qualidade a todos os cidadãos independente do seu nível socioeconômico.

2.1.2 A utilização do tempo e do espaço na Educação Integral: a práxis pedagógica

Quando observamos o perfil da nova sociedade em formação no entorno da escola, percebemos o surgimento de um novo modelo de sociedade, em que um novo tipo de educação é exigido. Essas mudanças são refletidas, dentre outros fatores, por um modelo de família em que a maioria das mães trabalha fora o dia todo para ajudar os pais nas funções de suprir a família, gerando a necessidade de um novo tipo de escola.

Surge daí mais uma função para a escola, que passa a ser, na visão dos pais, um espaço de acolhimento para seus filhos enquanto trabalham fora o dia todo, deixando sob a responsabilidade da instituição a proteção e acolhimento dos estudantes. Atribui-se cada vez mais à escola o papel de educar e cuidar dos filhos, impondo-se a necessidade de resignificar as ações e realizar o seu trabalho de instituição responsável pela formação acadêmica aliada ao ato de cuidar, sem perder o fio condutor de sua ação primordial, que é o de oferecer uma educação de qualidade.

Segundo Moll (2012), pensar na ampliação do tempo de permanência do aluno na escola significa pensar, igualmente, na ampliação do espaço de atuação desse aluno. A autora defende que a escola deve, para isso, proporcionar uma formação integral, que abranja elementos de suas características afetiva, intelectual, pedagógica e social.

Segundo a autora, aumentar o tempo de permanência do aluno na escola sem uma mudança em sua prática pedagógica pode ser tempo inutilizado, sendo necessário para o bom aproveitamento um movimento de repensar no significado desse tempo ampliado e, principalmente, nos espaços onde essa ampliação vai ocorrer.

[..] de nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. E é nesse contexto que a educação integral emerge como uma perspectiva capaz de (re) significar os tempos e espaços escolares (MOLL, 2012, p. 118).

Moll (2012) fala que é preciso refletir, também, sobre a arquitetura da escola, sobre como esta acolhe os alunos, como os espaços podem propiciar aprendizagens significativas ou não.

São necessários, para isso, investimentos e preparação da escola para o recebimento dessa importante iniciativa. Inadequações no espaço escolar poderão, pois, ser causa do abandono das atividades, por falta de acolhimento.

A autora ainda aponta a necessidade do engajamento da escola na sociedade na qual está inserida, pois a tarefa de construir uma escola de dia inteiro implica na mobilização de energias pedagógicas, disposição para um diálogo constante entre gestores, professores, estudantes e comunidade, levando em conta a complexidade da escola brasileira com tanto desafios. É necessário um esforço múltiplo de todos de tal forma a conseguir ofertar uma educação emancipadora e de qualidade.

Moll (2012) ainda fala da necessidade da superação entre turno e contraturno, de modo a conseguir realizar a interação do que parece ser dois currículos, buscando estabelecer sempre uma complementação entre ambos, uma vez que se trata de uma mesma instituição, apontando que esse dualismo não pode acontecer, uma vez que a escola é única e o aluno é o mesmo. Ela ainda apresenta reflexões sobre a formação do professor e dos demais profissionais da educação, indicando que essa formação, além de fazer parte da formação continuada, também necessita ser incluída pelas universidades na formação inicial de professores, uma vez que a formação do aluno não pode ser fragmentada ou dividida em setores.

Baseados no pensamento desses autores, somos chamados a refletir sobre a utilização de espaços da comunidade e sobre a utilização em demasia do espaço da sala de aula, pensando que a educação poderá ser fomentada em espaços diferenciados no entorno da escola, e, também, em outros espaços como museus, cinemas, praças, clubes, ginásios de esportes. Pretendemos apresentar aos professores diversas possibilidades, levando-os a uma reflexão de sua práxis pedagógica, apontando para a necessidade de um planejamento que contemple atividades diferenciadas, possibilitando aos alunos oportunidades de adquirir uma formação para além dos muros da escola.

Nesse aspecto, iremos refletir sobre como estamos utilizando esse tempo a mais dos alunos na escola, e, diante dessa reflexão, apresentar uma proposta de ação para melhorar a utilização desse tempo, trazendo novas oportunidades de aprendizagem. Destacamos a busca, acima de tudo, por oportunizar aos alunos novos conhecimentos, em outros campos do saber, de forma a garantir o desenvolvimento de habilidades de outras áreas do conhecimento.

Gonçalves (2006) fala da necessidade da oferta de uma Educação Integral para o aluno, levando em consideração o sujeito como um todo, abrangendo todas as suas dimensões e vendo-o como um ser completo com emoções, sentimentos e conhecimento, estando interconectadas, sem que seja possível separar uma

dimensão da outra. Inspirados nos escritos de Gonçalves, buscamos a correção da visão que se tem da Educação Integral, que foi criada para tirar alunos de área de vulnerabilidade. Pretendemos, corrigindo esse conceito, mostrar que Educação Integral existe para ampliar as oportunidades de aprendizagem a todos, e que o rico universo de atuação da escola pode garantir o desenvolvimento de habilidades – a exemplo de música, teatro, dança, esporte, artes marciais e outros –, mostrando a amplitude da capacidade humana dentro de uma sociedade. Xavier (2012) aponta a necessidade de a Educação Integral atuar no sentido de que a cidade seja educadora, ou seja, da utilização de outros espaços para a oferta, como praças, ginásios de esportes, cinemas, clubes, campo de futebol entre outros espaços existentes na cidade.

Arroyo (2012) escreve que os programas Mais Educação, Escola de Tempo Integral e Escola Integrada vêm ocupando o centro da atenção dos governos, por terem em seu bojo uma política de garantias em que o aluno tem direito a tempos-espacos para um justo viver, pensando que o turno-extra seja mais tempo para que os alunos possam ter oportunidades diferenciadas de aprendizagem, onde são explorados outros espaços além da sala de aula. Ainda, o autor fala da necessidade de se criarem tempos-espacos públicos para um digno e justo viver da infância-adolescência, reparando as injustiças provocadas pelo próprio sistema que, na maioria das vezes, tira dos jovens, adolescentes e crianças – principalmente os das classes menos favorecidas – o direito a espacos e aprendizagens que possam lhe proporcionar uma vida digna, deixando-os à margem da sociedade.

Os programas como Programa Mais Educação, Escola de Tempo Integral e Escola Integrada têm o grande mérito de situarem-se nesse novo contexto político e proporem somar-se com essas presenças afirmativas dos setores populares. Cumprem um papel de fortalecimento, de reconhecimento de ações-presenças afirmativas, contestadoras de tratamentos inferiorizantes. (ARROYO, 2012, p. 39).

Arroyo (2012) ainda vê na escola de Tempo Integral uma forma de refletir sobre o protagonismo juvenil, buscando corrigir perdas que o próprio sistema educacional vem impondo às crianças, jovens e adolescentes, destacando que a implementação de uma política pública nesses termos deve garantir o direito à vida,

aos corpos, aos tempos-espacos de um justo viver a quem o próprio sistema econômico e educacional impôs muita limitação:

Primeira, partir de uma visão realista e aprofundada da vulnerabilidade social a que essas infâncias-adolescências são condenadas; reconhecer a precariedade do viver e sobreviver de que são vítimas. Em outros termos, mudar nosso olhar: da visão histórica que os considera responsáveis como indivíduos ou como membros de coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, campo, periferias, pichados em nossa cultura política como inferiores a serem salvos através da escola e de ações moralizadoras para vê-los como vítimas históricas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais de dominação-subordinação-inferiorização. Essa mudança no olhar, de vulneráveis a vítimas, mudará radicalmente todo programa e toda política socioeducativa; mudará nossa postura ética profissional.

Segundo, reconhecidas essas infâncias-adolescências destinatárias dos programas como vítimas históricas de vidas precarizadas, teremos de centrar o foco no objeto dos Programas Mais Educação, Escola de Tempo Integral, Escola Integrada. (ARROYO, 2012 p.40)

O foco específico desses programas é mais tempo-espaço, ou dar centralidade ao direito a tempos-espacos mais dignos do seu viver, em que o aluno é pensado em sua totalidade. A educação escolar precisa ir além da alfabetização, ampliando o nível cultural da população em todos os aspectos da vida, não se restringindo a uma formação doutrinária que possibilite ao indivíduo apenas servir, mas que o mesmo possa ser um crítico de si mesmo e do mundo ao seu redor.

A política estadual de educação em Tempo Integral da SEE aponta para a necessidade de se realizar um mapeamento dos espaços que tenham algum potencial educativo. Na visão da SEE, é essencial a utilização de espaços educativos fora da escola, até mesmo em função das dificuldades de infraestrutura destas:

A utilização de espaços fora da escola é primordial para o desenvolvimento da Educação Integral, tanto no que diz respeito à ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem quanto no auxílio à superação das dificuldades de infraestrutura. A expansão do espaço escolar para além dos muros da escola e a inclusão de novos atores no processo educativo são etapas fundamentais para a concretização de uma educação integral de qualidade (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p. 13)

Quando analisamos o que está expresso no documento orientador, fica claro que a utilização de espaços diferenciados é imprescindível para o desenvolvimento de atividades prazerosas, ajudando ainda na solução de falta de espaços, que inexitem na escola, ou seja, fica claro que as parcerias com a comunidade local são de vital importância para o bom andamento do projeto, o que as vezes tem dificultado o trabalho dos professores, já que, por vezes, preferem atuar no espaço da sala de aula, como fica claro na fala do professor coordenador:

Poucos sim. A maioria não. Tem muitos professores que são muito desanimados, ou não conseguem, acham difícil sair com os alunos, até porque não compreendem bem como deve ser realizado esse tipo de trabalho; já tem aqueles que têm vocação e são estudiosos e correm atrás, e estão sempre tentando inovar, mas aqueles que não querem não querem mesmo. (C)

É necessário pensar numa educação que pense num cidadão completo, e quando o defendemos, estamos falando de uma escola de Educação Integral, não importando o fato de a mesma ser de um turno só ou de um dia inteiro, uma vez que é possível ter a Educação Integral na escola de um turno só, e não termos Educação Integral na escola de dia inteiro. Escola de jornada integral não significa que ela oferta Educação Integral, pois o que temos é uma extensão do tempo de permanência do aluno na escola. Segundo Cavaliere (2010), Teixeira defendia uma concepção de Educação Integral que englobava a própria existência, numa formação geral que ia além dos muros da escola, incorporando experiência. Ele buscava também a ampliação das funções da escola defendida por Arroyo (2012), quando justifica a necessidade de ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, pois o aluno tem direito à Educação Integral em tempos integrais, proporcionando educação, espaços e tempos de um digno e justo viver.

2.1.3 O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar

Ao refletirmos sobre importância da Educação Integral, é importante termos em mente a necessidade da realização do planejamento, uma vez que essa é uma tomada de decisão que deverá envolver toda a comunidade escolar. Quando pensamos em planejamento, não queremos aqui dissertar apenas sobre o planejamento pedagógico do professor, mas estamos apontando a necessidade do

planejamento desde o PPP da escola até o planejamento do cardápio, uma vez que os momentos das refeições também são de extrema importância na formação dos alunos. Pegorer (2014) fala do chão da escola, ou seja, em suas análises mostra que existe uma ligação direta da prática pedagógica da Educação Integral com o currículo desenvolvido pela escola, tratando da alimentação às atividades desenvolvidas nas oficinas, falando sobre o trabalho cotidiano dos professores.

Supomos que essa prática seja uma das possíveis causas para o abandono dos alunos, em que o que está sendo ensinado não vai ao encontro dos anseios deles, tornando a escola pouco atrativa e sem significados, levando-o à opção de abandonar.

Pegorer (2014) ainda apresenta em seu texto considerações sobre o papel das universidades na formação de um novo professor. Fala da necessidade de que ele tenha uma visão que busque a formação integral do aluno, sendo para ele necessário que haja uma reforma nas políticas de formação dos profissionais da educação, que os mostre a necessidade de se buscar uma formação geral, e não apenas uma formação nas suas respectivas disciplinas, buscando dar ao professor uma formação mais ampla, que leva em conta todos os aspectos da formação humana. Para ele, se as universidades tivessem atentado para esse tipo de formação, teríamos uma sociedade sem tantas injustiças, sem tantas divisões, sem tantas desigualdades, uma vez que a vocação da escola deve ser – ou pelo menos deveria – atuar no sentido de corrigir as lacunas deixadas na sociedade, sendo para isso necessário um profissional com um novo perfil, de quem tem a possibilidade de formar cidadãos para atuar num mundo contemporâneo e atualizado.

A discussão sobre Educação Integral vem há algum tempo ocupando espaço nas agendas de discussões de políticas públicas no Brasil. Desde os anos 1930, a pauta educacional contou com argumentos a favor da formação integral do educando. A Constituição de 1988 surge com propostas de mudanças na educação brasileira, tentando romper com a escola tradicional, apontando para uma nova escola, com novos papéis a serem desempenhados dentro da sociedade, atribuindo à instituição a responsabilidade na formação do cidadão e na construção de uma nova identidade.

Segundo Cavaliere (2002), a busca dessa nova identidade extrapola as suas discussões internas e se relaciona a um projeto mais amplo de sociedade. Para a autora, refletir sobre esse fenômeno implica buscar as ligações e rompimentos entre

“vida” e educação escolar, tentando desvelar possibilidades e limites para a instituição na realidade em que vivemos.

Segundo Guará (2009):

O conceito de educao integral encontra amparo jurídico significativo na legislao brasileira, assegurando sua aplicabilidade no campo da educao formal e em outras áreas da política social. O arcabouço normativo oferecido pelo paradigma da proteo integral garante os direitos de toda criança ou adolescente a receber atendimento em todas as suas necessidades pessoais e sociais, a aprender, a se desenvolver adequadamente e a ser protegida (o). Recorrendo-se  Constituio Brasileira, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e  Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional (Lei n 9.394/96), podemos constatar nesses marcos legais as bases para a educao integral na perspectiva que queremos adotar aqui. Não se pode negar que o Brasil tem avançado muito em termos normativos, embora também exista uma reconhecida distância entre a lei e o ritmo das mudanças por ela sugeridas. Esse descaso no cumprimento das responsabilidades legais não diminui a exigibilidade do direito e o fato de que a populao infanto-juvenil goze, hoje, de uma proteo legal expressiva, alinhada às indicaoes da Conveno Internacional sobre os Direitos da Criança. (GUARÁ, 2009, p. 66)

A legislao educacional brasileira já ampara os direitos de crianças, adolescentes e jovens em relao aos direitos de aprendizagem a serem garantidos dentro das instituioes de ensino, cabendo a estas contribuir de forma decisiva para o cumprimento da determinao legal. O planejamento diário de atividades escolares e o PPP são ferramentas de extrema importância como forma de garantir o amplo desempenho da instituio e dos profissionais que nela atuam.

 através do planejamento das aoes coletivas da escola que se garantir um entrelaçamento entre aoes do turno regular, garantindo que a escola possa desenvolver aoes que rompam com o improvisado e façam com que ela cumpra verdadeiramente seu papel, respeitando a criança em suas etapas do desenvolvimento.

O planejamento  a ferramenta que irá permitir o acompanhamento das aoes que estão sendo executadas dentro da escola. A própria proposta da SEE também demonstra a importância do desenvolvimento de um planejamento coletivo para as aoes da Educao Integral:

O planejamento coletivo é o momento de alinhamento entre as propostas de trabalho dos educadores com o Projeto Político Pedagógico das escolas e as demandas e oportunidades apresentadas pelos estudantes e pela comunidade escolar (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p.12).

Aqui percebemos a importância do planejamento coletivo como fio condutor do melhoramento das ações educacionais, em que fica demonstrada sua essencialidade para que haja ligação direta entre o que está proposto no PPP, o trabalho do professor em sala de aula e os interesses dos alunos. Busca-se, assim, garantir uma melhoria nas ações pedagógicas de todo o conjunto dos sujeitos da ação escolar.

2.2 Caminhos Metodológicos

Nesta seção, estabelecemos como objetivo detalhar a pesquisa e a organização metodológica, bem como especificar os instrumentos utilizados e atores envolvidos. O recorte deste trabalho é limitado aos sujeitos da escola pesquisada, na qual é investigado todo o processo de implementação do projeto de escola em Tempo Integral, com os atores envolvidos direta ou indiretamente no contexto da pesquisa, que é composto por: três professores que participavam das ações em sala de aula em 2016; um grupo de 12 alunos que deixaram de frequentar o projeto, mas continuam frequentando a escola no turno regular de ensino; e o professor que coordenou as ações no ano de 2016, que continua atuando na escola como professor do turno regular. Estes foram escolhidos para a pesquisa pelo envolvimento com o caso apresentado, uma vez que são os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental matriculados nas atividades do contraturno.

A escolha dos eixos de Análise se dá pela visão que o pesquisador tem sobre a educação como elemento capaz de nortear a transformação social que o país tanto necessita, para se construir uma sociedade mais justa e igualitária, através do desenvolvimento de uma educação que possa utilizar todos os espaços existentes na escola e fora dele como ferramenta dessa transformação. O elemento essencial a essa educação, para que seja verdadeiramente transformadora, passa pela necessidade da construção de planejamento coletivo por todos os envolvidos na proposição das ações de transformação, para que essa

seja eficiente, responsável e capaz de realmente provocar a transformação em cada cidadão.

Foram chamados a participar dessa pesquisa todos os alunos que vivenciaram a prática da escola de tempo ampliado e os professores responsáveis por essa ampliação de tempo, levando cada um dos atores a uma reflexão sobre o seu papel dentro do processo e sobre como cada um deles agia, para que esse momento se realizasse dentro da escola.

Aqueles alunos que abandonaram o projeto no último ano foram convidados a responder um questionário, que tem a aspiração de identificar os motivos pelos quais isso ocorreu. Os professores foram entrevistados buscando compreender como era a prática pedagógica de cada um em sala de aula e o seu nível de compreensão sobre a proposta da Educação Integral em Tempo Integral e, também, como se deu o desempenho de cada um no cumprimento de seu papel na execução do projeto. Do professor coordenador buscamos respostas para a questão sobre o que subsidia o desenvolvimento de seu papel enquanto parte da equipe gestora do projeto. Ainda por meio desses instrumentos de coleta de dados, procuramos detectar elementos que possam embasar a elaboração da proposta de intervenção no processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral na escola, buscando corrigir as falhas apontadas pelos alunos através do questionário.

O primeiro grupo é composto pelos alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, que se matricularam nas atividades dos contraturno e depois abandonaram-nas. Trata-se, portanto, de 12 alunos que estão regularmente matriculados e frequentes no turno regular da escola, mas que deixaram de frequentar as ações de Educação Integral.

Um segundo grupo de atores entrevistados foram três dos cinco professores que atuavam na Educação Integral, sendo o professor responsável pela oficina de Língua Portuguesa, o professor responsável pela oficina de Matemática e o professor regente, que era o professor responsável pela articulação entre as oficinas do contraturno e o turno (um professor com formação em pedagogia ou normal superior que acompanhava os alunos nos deveres de casa). Os três escolhidos atuam na escola até hoje, e os outros dois professores não mais. O projeto inicial seria entrevistar os cinco, mas hoje só três estão na escola.

Os professores entrevistados são os responsáveis pelo acompanhamento, uma vez que atuavam nas turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, tendo sido eles os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de Educação Integral na Escola, em parceria com a equipe gestora. Eles responderam uma entrevista que teve a pretensão de buscar dados para uma reflexão sobre sua prática pedagógica e sobre a influência dessa prática no problema apresentado. Ainda, esperamos encontrar subsídios para a elaboração do plano de intervenção, buscando informações por meio do posicionamento de cada professor em relação aos problemas apresentados.

Outro entrevistado é o professor coordenador do projeto na escola. Com o objetivo de checar a relação existente entre suas respostas, as dos professores e as dos alunos, foi utilizado como parâmetro, bem como um meio para verificar se nossas hipóteses tinham um significado, ou se o nosso olhar estaria apontando em uma outra direção. O papel deste professor coordenador é de suma importância como representante da gestão escolar, atuando de forma direta sobre a ação do professor, como colaborador, e sobre a participação dos alunos, tendo acompanhado o envolvimento destes nas atividades proposta por cada professor.

Quadro 2 - Roteiro quantitativo de entrevistas

Sujeitos entrevistados	Código	Nº de entrevistas
Professor Coordenador	C1	1
Professores	P1, P2, P3	3*
*forão entrevistados 3 professores que atuaram em 2017 nessa etapa do projeto na escola		

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.1 A realização da pesquisa e análise de dados - o olhar dos alunos

A metodologia utilizada na pesquisa foi o questionário aplicado aos 12 alunos que abandonaram a Educação Integral em Tempo Integral e que continuam frequentando a escola regular até os dias atuais. Inicialmente, os alunos foram reunidos em um grupo durante as aulas do seu turno regular de estudo.

Convidamos os alunos a irem até a biblioteca da escola. Lá, explicamos a eles que estava sendo realizada uma pesquisa para a qual estavam sendo convidados a participar, esclarecendo que a participação de cada um era muito

importante naquele momento para que se pudesse apontar um caminho, através da visão deles, como solução dos problemas da Educação Integral em Tempo Integral.

Dando sequência, foi explicado que os questionários de cada um não teriam identificação, e que as identidades seriam preservadas. Foi solicitado que em todas as questões fossem sinceros e que respondessem de acordo com a verdade de cada um. Num segundo momento, nos últimos dias do mês de junho, eles foram reunidos novamente e foi solicitado que respondessem ao questionário. Todos ficaram bem à vontade, não apresentando nenhuma resistência em participar.

Ao analisarmos os questionários dos alunos, foi possível perceber que para 58,5% dos alunos a Educação Integral é importante para sua formação, e para 41,5%, não.

Quanto à utilização dos espaços na EEAA, está muito limitada em manter o aluno na sala de aula, pois quando foram perguntados sobre a utilização de espaços diferentes, 66,66% responderam que o professor nunca utiliza espaços diferentes, e outros 33,33% responderam que isso ocorre poucas vezes. Os resultados são diferentes, o que se justifica pelo fato de os alunos não pertencerem a mesma turma.

Concluimos que vem se estabelecendo a mesma rotina do turno regular, o que tem massacrado e provocado o desânimo por partes dos alunos, fato justificado pelas respostas ao questionário quando perguntados sobre a rotina da sala de aula do contraturno: mais de 90% deles afirmaram que as atividades não são diferentes do turno regular, e, ainda, que há muita monotonia e que as atividades priorizadas são as de Português e Matemática. Disseram, além disso, que as aulas não são boas, sendo que 75% responderam que abandonaram porque não se sentiram atraídos pela atividade do contraturno. Muitos (83,33%) ainda responderam que acham o contraturno desorganizado e que não gostam da forma como as aulas são conduzidas, afirmando que são sempre iguais às do turno regular. Isso reforça a ideia de mais do mesmo (mencionada por Arroyo), que tem como consequência um alto índice de abandono dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Nos questionários dos alunos, procuramos também estudar a influência da família no processo de abandono, em que se detectou que a família tem um papel fundamental: quando perguntados com quem ficam em casa quando não estão na escola, 58,31% afirmaram que ficam com os irmãos; 16,66% afirmaram que ficam sozinhos; e 25% afirmaram que ficam com a mãe e os irmãos. Do total, 91,66%

deles asseveraram que não frequentam a Educação Integral porque ajudam nas tarefas diárias da família, tendo afazeres mais importantes em casa do que os da escola, e 75% deles ainda responderam que as mães acham que é bobagem ficar na escola o dia todo e que os pais preferem que fiquem em casa, mesmo sozinhos e sem ter o que fazer, afirmando que a família não gosta que eles participem da Educação Integral e que por isso abandonaram. Esse dado nos leva a compreender que a escola precisa redefinir sua linha de ação do contraturno junto com os alunos e com a família, principalmente no papel de conscientizá-la sobre a importância de uma formação para a cidadania, que ainda está muito centrada na existência de uma escola tradicional e conteudista.

2.2.2 A realização da pesquisa e a análise de dados – A Educação Integral em Tempo Integral na visão dos agentes escolares

As entrevistas aconteceram nos dias 30 e 31 de julho e nos dias 1, 2, e 3 de agosto, sendo que utilizou-se um dia para reunir o grupo que efetivamente participaria, no caso o dia 30 de julho. Durante esse encontro, montamos um cronograma para as entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada um, e já deixamos agendados com todos os momentos da realização. O local escolhido para foi o laboratório de informática da escola, um local reservado, onde não aconteceriam interrupções e nem haveria a presença de pessoas que não estariam participando da pesquisa. O momento escolhido por todos os participantes foi após o término das aulas do turno da tarde, pois assim não teríamos mais a presença de alunos ou servidores na escola.

No dia da entrevista, explicamos ao grupo que eles haviam sido selecionados por terem sido professores da Educação Integral em 2016 e por estarem na escola até esse momento. Mostramos que a escolha não foi aleatória e que eles iriam participar de uma pesquisa com a temática da Educação Integral em Tempo Integral para que pudessemos ter um entendimento da visão que cada um deles tem sobre o assunto. Durante o encontro inicial, apresentamos ao grupo os objetivos da pesquisa, e deixamos claro aos professores, que eles eram de área diferentes – Língua Portuguesa, Matemática, professor regente de turma que desenvolveu a oficina do acompanhamento pedagógico e coordenador – e que isso justificava a importância da participação de cada um deles.

Durante a realização das entrevistas o clima foi tranquilo. Todas foram realizadas dentro da escola, sem interrupções. Procuramos um espaço onde cada um podia ficar à vontade. Conseguimos realizar todas as entrevistas dentro do cronograma previsto, e cada um teve um dia específico para aquele momento. Sabíamos que poderíamos realizar mais de uma entrevista por dia, mas as fizemos em dia diferentes para evitar atropelos e até mesmo ansiedade em relação às respostas do colegas.

Foi possível observar nas entrevistas com todos os participantes que eles apresentavam preocupação em nos relatar com sinceridade, e a verdade de cada um foi sendo colocada. Alguns não escondiam que sua opção foi entre estar empregado ou não, e que se tivessem opção de escolha teriam optado por trabalhar no turno regular, sendo possível perceber que alguns professores têm um interesse maior que outros para a realização do trabalho na Educação Integral. Muitas vezes, atuam nessa modalidade por não terem opção de escolha, assumindo o trabalho para não ficarem desempregados.

Fazer a entrevista foi um momento importante em que foi possível perceber que o que é defendido por estudiosos em relação à Educação Integral em Tempo Integral é diferente das ideias do professor. Nesse momento, percebemos com clareza que o professor está mais preocupado com sua situação, de desempregado ou não, do que com os impactos e os efeitos que isso pode ter na vida dos alunos. A formação do aluno na sua integralidade demanda formação e exige, segundo Amorim (2013), professores mais preparados, aquisição de novos saberes e uma postura aberta. Devem “se adaptar as exigências educacionais deste novo tempo, que se colocam como mestres e aprendizes” (AMORIM, 2013, p.13). Assim, sob a perspectiva dessas entrevistas, principalmente a do coordenador da escola, os professores não estão preparados, uma vez que falta capacitação tanto por parte dos órgãos regionais quanto por parte do órgão central. Uma professora assim fala das capacitações realizadas:

Eu tenho quatro anos de Educação Integral e já fui em duas ou três capacitações. Eu utilizo, mas essas capacitações são sempre dadas pelo pessoal da S.R.E. e eles não estão mais preparados do que a gente, sabe? Eles não põem a mão na massa, quase nunca eles estão atualizados. Teve uma que foi boa, mas as outras serviu muito pouco. O que é bom é a troca de experiência com colegas que fazem

o mesmo trabalho que eu, isso ajuda muito, mas só aconteceu uma vez. (P1)

Aqui é relevante ressaltar a importância do papel da formação docente para o seu desempenho, seja ela formação inicial ou continuada, e é preciso lembrar, ainda, o papel da universidade em proporcionar uma formação diferenciada para os profissionais que estão chegando ao mercado de trabalho, com finalidade de promover uma boa formação para que estejam aptos a realizar um bom trabalho nas comunidades que serão seu terreno de atuação. Pegorer (2014) fala da necessidade de a escola ser a alma da cidade e de o professor ser a joia da coroa. Toda joia precisa ser burilada para ter brilho, o mesmo ocorrendo com o professor, levando sempre em consideração, segundo Freire (1996), o inacabamento do ser humano, sendo o professor um ser humano que necessita de constante renovação, aqui proposta através da formação continuada.

É perceptível também que os anseios da gestão escolar são diferentes dos anseios do professor, que muitas vezes estão mais preocupados com uma formação específica do que com uma formação geral, que é o foco da gestão escolar. Percebemos que o professor de cada área tem uma visão limitada e não uma visão do todo, como é possível perceber pela fala do profissional da oficina de matemática:

A maioria ou quase todas as aulas acontecem na sala. No meu caso que sou professora de matemática, a gente precisa muito do quadro, aí fica difícil sair da sala de aula... e quando a gente sai com eles, eles ficam eufóricos aí é muito difícil controlar, às vezes, ou na maioria das vezes, eu prefiro ficar na sala mesmo, mas dá para fazer um bom trabalho. Eu junto eles em grupo, uns ajudam os outros, e vamos trabalhando.(P1)

A respeito dos objetivos da Educação Integral em Tempo Integral o professor de Português também demonstra sua preocupação com sua área específica de atuação quando relata que:

Acho que são os mesmos de outras escolas: tirar as crianças da rua, evitar que fique sozinho, melhorar os índices do IDEB, além de oferecer comida àqueles muito carentes... melhorar a aprendizagem dos alunos, a fim de melhorar os índices da escola. Hoje está muito difícil, os alunos não querem nada, e nós professores do tempo integral temos esse tempo a mais para auxiliá-los.(P2)

Nessa fala do professor, percebemos a preocupação com os resultados do IDEB, ou seja, percebemos que o foco dele está na oferta de uma educação que possa corrigir falhas em índices educacionais. Quando afirma que os alunos não querem nada, é possível perceber o caráter conteudista dessa fala do professor, demonstrando que ele está mais a serviço do sistema que dos próprios alunos.

Na fala da professora que trabalha com a oficina de alfabetização, é possível perceber, também, que o foco dela está nos alunos aprenderem para melhorarem os índices, ou seja, ela também tem sua atuação direcionada ao alcance de resultados estatísticos:

Acredito que os objetivo da escola sejam a ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem, possibilitando aos alunos o alcance de resultados mais exitosos nas avaliações externas e nas avaliações internas da escola... buscar a melhoria da ação educacional dentro da comunidade.(P3)

Percebemos que o foco principal dos 3 professores entrevistados está na melhoria de índices educacionais, que muitas vezes não são traduzidos em uma real melhoria na educação. Acreditamos que a melhoria dos resultados deve ser consequência de um trabalho de qualidade realizado, em que o aluno, de forma prazerosa, irá evoluir suas aprendizagens. Como consequência, os índices serão melhorados.

Na escola, vem acontecendo o contrário do que afirma Pegorer (2014) sobre a Educação Integral ser o sonho de preparação dos alunos de hoje para os embates da vida, abrangendo valores éticos, e a escola não ser apenas baseada em transmissão de conhecimentos como nos moldes das escolas tradicionais. É preciso que a escola de Educação Integral, acima de tudo, respeite a vida e a dignidade do ser humano, transmitindo também valores morais, familiares, religiosos e cívicos que efetivamente preparem crianças e adolescentes para o enfrentamento dos desafios da vida em seu dia a dia. Ainda, é preciso perceber que enquanto a gestão vê na Educação Integral em Tempo Integral um espaço para a garantia de direitos de aprendizagem de forma geral, o professor enxerga uma ampliação das oportunidades de aprendizagens com o aumento do tempo para uma disciplina específica.

Realizar as entrevista nos proporcionou efetivamente entender que a preocupação do professor em relação ao aluno participante está mais ligada à aprendizagem de conteúdos específicos do que à formação geral, que é tão necessária ao aluno, e que sem dúvida é o foco da gestão escolar. Durante as entrevistas, fica evidenciada a desconexão que existe entre a atuação de um professor e de outro, além da distância entre os objetivos da gestão escolar e os objetivos do professor, que ainda tem o foco voltado para uma disciplina específica e não para o todo. Dessa forma, os profissionais não tendem a contemplar prioritariamente uma formação geral do aluno e visar sua preparação para uma vida digna e o pleno exercício de sua cidadania.

É preciso destacar que esta pesquisa teve início em 2017, com a análise da implementação do projeto de Educação Integral integrada na Escola referência para o estudo, e continuidade em 2018, com a mesma linha de ação do ano de 2017, o que significa que a linha filosófica do projeto de Educação Integral em Tempo Integral não sofreu alterações, no estado de Minas gerais, o que é um fator facilitador, uma vez que as diretrizes do programa continuam as mesmas em Minas Gerais, apesar das transformações ocorridas no âmbito federal com a mudança do Mais Educação para Novo Mais Educação.

A pesquisa busca analisar a implementação do projeto de Educação Integral em Tempo Integral, iniciando com a reflexão sobre os desafios e as possibilidades elencados na percepção do gestor desta unidade escolar, partindo da seguinte questão: “Por que os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental abandonam a Educação Integral em Tempo Integral?”.

O quadro a seguir apresenta o perfil dos profissionais da Educação Integral em Tempo Integral, bem como a formação e a experiência deles na educação e na educação em Tempo Integral.

Quadro 3 - perfil dos profissionais que atuaram na educação integral em tempo integral em 2017

ENTREVISTADO	Formação Acadêmica	Experiência na educação	Experiência na Educação Integral
Professor Coordenador (PC)	Licenciatura Plena em Letras	14 anos	1 ano
Professor 1 (P1)	Licenciatura Plena em Matemática	13 anos	3 anos
Professor 2 (P2)	Licenciatura Plena em Letras	33 anos	6 meses

Professor 3 (P3)	Normal superior	10 anos	3 anos
------------------	-----------------	---------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados obtidos na secretaria da escola (2018).

Ao analisar o perfil dos profissionais, com base no levantamento de dados para a pesquisa verificamos que, atualmente, entre os profissionais atuantes na Educação Integral em tempo Integral, a maior parte tem mais de cinco anos de atuação na educação. Já na Educação Integral em Tempo Integral, essa experiência varia de 6 meses a três anos. Destaca-se que apenas o professor de Matemática conta com 3 anos desenvolvendo atividades no mesmo macrocampo. Já o professor 2 (P2), sendo o professor com maior experiência na Educação, é o que tem menos tempo na Educação Integral em Tempo Integral. Além disso, dos quatro professores entrevistados, apenas um professor possui habilitação para lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e estava atuando nos anos finais como professor alfabetizador. Os dados analisados foram obtidos através de uma pesquisa documental realizada na secretaria da escola, verificando os Quadros Informativos (QI), que fazem parte do arquivo da escola, a pasta funcional das servidoras e outros livros de registros como atas da escola e livros de pontos.

É importante pontuar que a experiência de Educação Integral em Tempo Integral aqui analisada traz em seu desenho a concepção de Educação Integral do Programa Mais Educação, que foi o programa de fomento das ações na escola até 2017, sendo retirado em 2018 com a transformação do Programa em Novo Mais Educação. Nessa época, a escola perdeu o direito de participar por ter um IDEB mais alto do que o estipulado para as escolas participantes desse novo programa de fomento, o que sugere a não incorporação do conceito de Educação Integral de Guará (2009). Essa autora considera a perspectiva humanística da educação como condição para a formação integral do estudante e como uma possibilidade para o alcance da equidade educacional.

A política estadual de Educação Integral em Tempo Integral deveria garantir o desenvolvimento integral do aluno, isto é, o desenvolvimento do educando em suas múltiplas dimensões – intelectual, emocional, cultural, social e física, investindo muito no reforço escolar. Essa situação pode ser percebida na fala do P2 quando ele é questionado sobre qual o entendimento tem sobre Educação Integral:

Melhorar a aprendizagem dos alunos através das oficinas, criar novas situações de aprendizagem, evitar que alunos menores fiquem

na rua... acredito que é a escola cumprir o papel social de proteger os alunos mais carentes e arrimo.(P2)

Partindo dessa reflexão inicial sobre os fundamentos da experiência de Educação Integral em tempo Integral na EEAA, a entrevista aos sujeitos de pesquisa partiu do questionamento sobre a Educação Integral. Quando analisamos o perfil dos profissionais da educação, percebemos que as linhas de ação da Educação Integral em Tempo Integral na escola estadual analisada estão voltadas para o reforço escolar em alfabetização, Português e Matemática, o que, na realidade, é o que está previsto na criação do programa. Quando ele passa de Mais Educação para Novo Mais Educação, vem como uma das finalidades contribuir para alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico. No caso particular da escola, ela ainda tem em seu quadro curricular esporte e lazer, que é a única oficina que não está voltada para a preparação para as avaliações externas. Ao estudar o currículo proposto pela escola percebemos um investimento grande nas matérias do currículo tradicional, que são predominantes na carga horária do aluno, evidenciando assim o trabalho da escola de tal forma a buscar a melhoria dos índices.

Observando a fala de outro professor sobre a percepção que ele tem sobre a Educação Integral em Tempo Integral, é que ela está a serviço apenas da melhoria dos resultados educacionais e índices educacionais, sem se preocupar com a formação cidadã a ser oferecida aos alunos:

*Eu entendo que a Educação Integral é um novo tipo de organização da escola, onde o aluno tem mais tempo para melhorar sua aprendizagem, além de ser uma ampliação das oportunidades de aprendizagem na busca da melhoria de resultados educacionais.
(P2)*

Dessa forma, percebe-se que a maioria dos entrevistados citou o caráter de reforço escolar da Educação Integral em Tempo Integral, que se trata do atendimento de alunos em situações de risco pessoal. É possível perceber pela fala dos entrevistados que, dentre as possibilidades que a educação em Tempo Integral oferece, há maior ênfase na ampliação do tempo como aspecto de reforço escolar do que como processo educativo. Essa associação entre Educação Integral e reforço escolar é uma preocupação bastante destacada na produção de Guará

(2009), quando afirma que muitas vezes a ideia de proteção subsume o caráter educativo das atividades do horário ampliado. A autora aponta que as bases da Educação Integral estão fundamentadas na teoria do desenvolvimento humano, “que reconhece a complementaridade entre processos e contextos de aprendizagem para o crescimento integral da criança” (GUARÁ, 2009, p. 67). Nota-se que a concepção de educação em Tempo Integral de Guar´a (2009) dimensiona a ênfase dada à proteção como um dos aspectos que compõem o processo de formação completa do educando.

Nesse sentido, a fala dos entrevistados caminha para um entendimento de que a Educação Integral em Tempo Integral prega uma ampliação do tempo, porém com um mesmo objetivo do tempo regular dos alunos, prevalecendo a dedicação do tempo para o reforço escolar, não buscando ofertar formação diferenciada. É um entendimento que aparece restrito à função de melhorar os índices da Educação Integral, objetivando que a criança seja mantida dentro da escola, ficando a função social da instituição relegada a segundo plano. Sendo assim, é importante que esses profissionais façam uma reflexão, tendo como meta atingir nesta escola o objetivo principal dessa política, que é a formação do educando em suas múltiplas dimensões, considerando esse aluno como um ser amplo.

Ainda utilizando da fala do professor que foi perguntado sobre pontos fortes e fracos da Educação Integral na escola, ele mais uma vez demonstra uma total preocupação com a melhoria de índices educacionais, exclusivamente, não se preocupando com a formação geral do cidadão:

Fortes: Melhora os resultados nas avaliações externas, oferece alimentação muito boa, auxilia no reforço escolar, oferece suporte às famílias... e... desenvolve muitos projetos dentro da escola e das comunidades.

Fracos: Falta de interesse de muitos alunos pelas aulas, falta material pedagógico do tipo folha, cópia Xerox... os espaços não são adequados, falta estrutura física. Os outros funcionários da escola não gostam do projeto, eles não veem importância no projeto, e nós acabamos nos transformando em babá de adolescente. (P2)

Para os professores, a Educação Integral pode gerar uma prática que necessita ser bem diferenciada, e afirmam que os professores do ensino regular não entendem o que vem a ser Educação Integral em Tempo Integral, o que acaba gerando uma prática ineficiente desse profissional, que muitas vezes tenta atuar

como os professores do ensino regular, limitando-se à construção de uma escola mais eficiente. Portanto, é necessária uma formação continuada dos profissionais, tendo em vista a formação para aquisição de conhecimentos básicos de que a proposta visa a garantia de direitos. Nas entrevistas realizadas, os professores apresentam um desconhecimento dos objetivos da Educação Integral, atribuindo mais tempo a apenas a alguns fatores, como por exemplo a preocupação com os deveres de casa (que acabam por consumir boa parte da prática pedagógica dos professores), com a alimentação e com a proteção ou o cuidado enquanto os pais trabalham, que pode ser traduzido como acolhimento, deixando de refletir sobre a oportunidade de oferta de uma formação ampla a ser oferecida. E isso fica confirmado na fala do professor que diz, ao ser perguntado se as aulas do contraturno são diferenciadas:

Acredito que não, pois nós estamos trabalhando só para completar o trabalho iniciado na sala de aula, estamos o tempo quase todo fazendo dever de casa, estudando para as provas, ajudando os alunos a fazer os trabalhos dos professores do turno regular. Eu tenho tentado fazer diferente mas não consigo. Em 2016, eu trabalhei com os monitores do mais educação, os alunos gostavam muito do trabalho dos monitores, e as oficinas diferentes que tem eles gostam mais, mas a carga horária maior deles é conosco. Eu, no caso, sendo professora de matemática, tinha muita coisa para ensinar que não está no currículo, a matemática para a vida. Faço isso sempre que posso, mas quase nunca tenho tempo e fico na mesmice do ensino regular. (P1)

Analisando as falas dos professores percebemos que as ações do contraturno estão voltadas para a complementação do trabalho do turno regular, e que o mais tempo do aluno está sendo usado para o mesmo objetivo, ou seja, todos os professores citam em suas respostas afirmações como essa do P1(2018) “...a gente fica o tempo todo fazendo deveres de casa, estudando para a prova e ajudando os alunos a fazer trabalhos, então isso é uma complementação do turno regular...”. Um outro professor diz que (P2, 2018)[...] isso quando sobra tempo, pois o dever de casa toma a maior parte do tempo que tenho com eles. Eu me considero uma professora de reforço, então fico mais tempo na sala...” A fala do P3(2018) confirma: “A Educação Integral fica muito pra fazer dever de casa, e a gente quase nunca tem tempo de desenvolver um projeto da gente...”. Assim, vemos que ações diferenciadas não vêm acontecendo, e só aconteceram quando os monitores do mais educação estavam atuando na escola, em carga horária menor.

É possível perceber pelas respostas dos professores que o tempo ampliado tem ido ao encontro do que fala Miguel Arroyo (2012) em seu texto “O direito a tempos-espços de um justo e digno viver”, quando coloca que muitas escolas instituem mais tempo apenas para reforçar o treinamento de estudantes para saírem bem nas avaliações externas, com o objetivo de melhorar índices, precarizando a oportunidade de garantir à criança a oportunidade de se desenvolver. Com base na linha de ação dos professores, percebemos que a escola em análise caminha para a negação do direito da infância-adolescência a um viver digno.

Na fala do professor, percebemos que ele acredita na escola como um espaço para acolher os menores carentes, não enxergando um espaço próprio de formação, onde infâncias e adolescências são vistas como direito à proteção e não como direito de espaço ampliado de aprendizagem

Ampliar as oportunidades de aprendizagem, acolher os alunos carentes, acolher os alunos enquanto a família trabalha, melhorar a aprendizagem dos alunos através das oficinas, criar novas situações de aprendizagem, evitar que alunos menores fiquem na rua, entre outros.(P1)

Notamos, pela fala do professor, uma preocupação em tratar diferente o aluno carente, evidenciando um pensamento inferiorizante do aluno pobre cuja infância está sendo limitada pela sociedade e pela escola.

Para que a Educação Integral em Tempo Integral seja política afirmativa, de reconhecimento, é preciso que o professores e demais atores envolvidos no processo tenham uma nova visão de crianças e adolescentes, sendo necessário que haja o reconhecimento de que estes são cidadãos de direito, e que, principalmente, sejam vistos de forma diferente. Para tanto, o professor deve abandonar a visão negativa que tem a respeito desses sujeitos, enxergando neles pessoas capazes moral e intelectualmente, detentoras de uma cultura própria da infância e adolescência.

2.2.3 A Educação Integral em Tempo Integral e a cidade educadora

Durante a realização da pesquisa, ficou evidenciada a não utilização de outros espaços fora da escola para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores, sem a utilização das práticas da cidade educadora. Todos os

professores entrevistados e os questionários dos alunos deixam claro que a prática pedagógica poucas vezes foge do espaço tradicional da sala de aula. Em um trecho da fala do professor, ele diz:

Utilizo mais a sala de aula, mas de vez em quando a gente vai ao pátio. Eles adoram aulas do lado de fora, mas a quadra fica com o professor de esporte, sempre fica, aí eu uso o refeitório, que é pequeno também, mas uso mais a sala. Quando dá, levo eles na rua para alguma observação, sempre que dá uso um espaço diferente. (P1)

Nesse trecho da fala do professor, percebemos que a busca por outros espaços de formação é deixada de lado, e que o espaço onde a rotina educacional acontece é dentro da sala de aula, reaplicando no 2º turno dos alunos a mesma prática do 1º turno. Assim, só ocorre uma ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, sem aproveitamento para oferecer novas oportunidades de desenvolvimento dos alunos.

Moll(2004) escreve sobre a necessidade de usar a cidade como ferramenta pedagógica, utilizando, para isso, espaços como cinemas, teatros, ginásios esportivos, praças, instituições de saúde, bibliotecas, igrejas e outras repartições a fim de garantir que o espaço da cidade seja explorado como fonte alternativa de formação para a cidadania. Assim, é possível construir a verdadeira autonomia do educando para que este possa receber uma formação para o exercício da cidadania.

Quando pensamos na utilização de espaços alternativos para o desenvolvimento de ações da Educação Integral, estamos transformando a cidade em uma cidade educadora, o que muitas vezes não é compreendido pelo professor como um espaço apropriado de formação para os alunos, pois consideram a cidade uma parte separada da escola. Pudemos observar esse fato na fala do professor (P1), que cita a cidade apenas como um elemento neutro e sem utilização, priorizando os espaços internos da escola como os mais importantes para a formação do aluno, não valorizando a cidade como espaço educativo.

Por essa fala do professor, ele diminui a importância da cidade na formação do aluno, transmitindo a ideia de que a escola e a cidade são universos desconectados, de forma antagônica ao pensamento de Pegorer (2014), que fala que a cidade precisa, com sua infraestrutura, suas empresas, seus clubes, suas igrejas, seus clube de serviços, o seu setor comercial e tudo que nela exista, se

transformar em uma cidade educadora. Assim, a proposta da política de educação em Tempo Integral prevê que sejam executadas ações que promovam a articulação da escola com a comunidade. A relação entre escola e comunidade é um pressuposto da concepção de Educação Integral, a qual entende a cidade como um amplo espaço educativo com vários lugares e sujeitos. Sendo assim, a escola deve construir estratégias a fim de envolver a comunidade no planejamento e na execução de ações, buscando resultados que contribuam na relação escola-comunidade (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p.15).

Transformar a cidade num espaço de formação é tarefa essencial da escola através de seus educadores, que podem perceber na praça um espaço onde diversas atividades formativas podem ser desenvolvidas, no trânsito das cidades, uma boa opção de formação, onde o aluno vive a realidade da cidade da qual ele é sujeito e ator principal. O documento orientador da SEE de Minas Gerais assim trata do assunto:

A utilização de espaços fora da escola é primordial para o desenvolvimento da Educação Integral, tanto no que diz respeito à ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem quanto no auxílio à superação das dificuldades de infraestrutura. A expansão do espaço escolar para além dos muros da escola e a inclusão de novos atores no processo educativo são etapas fundamentais para a concretização de uma educação integral de qualidade (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p. 13)

É preciso que o professor da Educação Integral em Tempo Integral assimile esses conhecimentos, a fim de que possa, em sua prática cotidiana da rotina escolar, enxergar que a escola pertence à cidade, e que a cidade pertence à escola, ficando claro que a cidade existe pelas pessoas. Ademais, é importante ressaltar que os espaços da cidade não são apenas ferramentas pedagógicas, mas também podem ser utilizados como fonte de formação. Por exemplo, a visita a um museu remete a fontes históricas e conhecimento de uma sociedade sob a qual está enraizada a história de vida de cada estudante, oportunizando a ele o conhecimento de seus antepassados e a história de sua existência.

Quando o professor utiliza a cidade como espaço de formação, é possível perceber o exercício da cidadania na prática, em que o aluno entre em contato direto onde ele está inserido, tornando-o coparticipante e responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade. No entanto, percebemos que a prática pedagógica dos professores da EEAA não leva em conta os conceitos de Educação

Integral em Tempo Integral – como defendido por Moll, Pergorer e outros –, pois na maior parte do tempo as atividades acontecem no espaço da sala de aula, quando na realidade deveria acontecer fora do espaço da sala de aula.

A política estadual de Educação Integral em Tempo Integral do estado de Minas Gerais mostra a necessidade de se realizar um mapeamento dos espaços que tenham algum potencial educativo no entorno da escola, no bairro ou mesmo na cidade. Na percepção da SEE, é essencial que a escola utilize esses espaços pedagógicos, até mesmo em função das dificuldades de infraestrutura interna:

A utilização de espaços fora da escola é primordial para o desenvolvimento da Educação Integral, tanto no que diz respeito à **ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem** quanto no auxílio à superação das dificuldades de infraestrutura. A expansão do espaço escolar para além dos muros da escola e a inclusão de novos atores no processo educativo são etapas fundamentais para a concretização de uma educação integral de qualidade (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p. 13, grifo nosso)

Nas entrevistas, foi possível identificar e analisar o uso dos espaços internos e externos no desenvolvimento das atividades da Educação Integral em Tempo Integral, bem como analisar a organização do tempo escolar, na perspectiva de formação integral do aluno. Na visão das entrevistadas, a escola não conta com espaços adequados para o desenvolvimento das atividades necessárias, e ainda alegam que falta preparo para os professores, uma vez que sua formação é específica para atuar como professores do turno regular da escola. Assim, assumem a função sem esse tipo de preparo na sua formação inicial, e também não são capacitados posteriormente.

Quando, nas entrevistas realizadas em 2018, questionamos sobre a utilização de espaços diferenciados, pensando na perspectiva da cidade educadora, encontramos uma dificuldade em realizar tais atividades, ora pela falta de preparo, ora pela comodidade de permanecer no espaço escolar, procurando justificar que a sala de aula é o melhor espaço para educação acontecer. Veja o que P1 relata sobre a utilização de espaços diferenciados:

No caso das oficinas, eu utilizo mais a sala de aula, mas de vez em quando a gente vai ao pátio. Eles adoram aulas do lado de fora, mas a quadra fica com o professor de esporte, sempre fica, aí eu uso o refeitório que é pequeno também, mas uso mais a sala. Quando dá,

levo eles na rua para alguma observação, sempre que dá uso um espaço diferente.(P1)

Podemos perceber pela fala do professor que ele tem uma preferência pelo espaço da sala de aula, o que é contrário ao que pregam os estudiosos sobre o assunto e até mesmo os documentos orientadores dessa política pública, para os quais a parceria com a cidade é muito importante para o desenvolvimento das ações de Educação Integral em Tempo Integral. Aqui também fica claro que os alunos gostam das aulas que acontecem em outros espaços, mas o professor evidencia em sua fala que seu maior tempo, ou quase todo seu tempo de aula, se passa na sala.

Buscando entender os contrapontos entre o gosto do professor e o gosto do aluno, apresentamos um trecho da fala do professor que expressa exatamente o que foi relatado. Iniciamos a identificar que professores e alunos, nesse caso, têm gostos contrários, mostrando um desencontro entre o que aqueles fazem e o que estes esperam. Esses dois atores principais estão em faces opostas de uma mesma moeda, no caso a Educação.

Como eu já falei, faço alguma coisa, não muito pois não dá tempo. Uma das coisas que eles adoram fazer é o jornal da comunidade, nós fazemos um por semestre, eles saem, fazem entrevistas e nós montamos um mural. Isso eles gostam, mas aí nós temos que sair pra rua. É uma atividade prazerosa para eles, mas pra mim é muito desgastante, por isso faço só um por mês. Jogamos muito bingo, bingos diversos, eles gostam também, trabalho com produções de texto e tem mais alguma coisa(P2)

O Contraponto fica posto quando esse mesmo professor relata o seguinte:

Não é meu perfil, gosto mesmo é da sala de aula, mas de vez em quando eu saio com eles para quebrar a rotina. Eu sempre planejo, mas quase nunca dá para executar, pois é muito dever de casa, e todos os dias atuo mais ensinando dever do que fazendo qualquer outra coisa. Isso é muito difícil, me sinto impotente, mas é o que tenho que fazer, pois os pais cobram que façamos o dever, os pais tem deixado muito pra nós e isso não é fácil.(P2)

Pelos dois trechos de fala de um mesmo professor, percebemos que as atividades prazerosas para os alunos são muito desgastantes, e então ele evita ao máximo executá-la, perdendo a oportunidade de envolver o aluno por mais tempo nas atividades propostas por ele.

Mas percebemos, ainda, na fala de outro professor, que a rotina escolar estabelecida na escola preza muito pela utilização do espaço da sala de aula, onde muitas vezes o professor estabelece uma rotina de trabalho cujo cumprimento requer a permanência no recinto, na visão dele, sendo o meio mais eficaz para realizá-la. Às vezes ele utiliza outros espaços apenas como forma de quebrar a rotina escolar que frequentemente massacra o aluno e não oferece a ele nenhum meio para sua evolução. A seguir, vemos o que fala um segundo professor sobre a utilização de espaços diferenciados na realização de atividades:

Não é meu perfil, gosto mesmo é da sala de aula, mas de vez em quando eu saio com eles para quebrar a rotina. Eu sempre planejo, mas quase nunca dá para executar, pois é muito dever de casa.. todos os dias atuo mais ensinando dever do que fazendo qualquer outra coisa, isso é muito difícil, me sinto impotente, mas é o que tenho que fazer, pois os pais cobram que façamos o dever, os pais tem deixado muito pra nós e isso não é fácil.(P2)

Nessa fala, o professor destaca a importância do perfil do profissional para realizar esse tipo de atividade, cujo universo exploratório é bem maior que o do contexto da sala de aula, onde as vezes o próprio ambiente limita a ação e o pensamento do aluno. Já no espaço externo à escola, o próprio ambiente é um convite a uma viagem do aluno, o que acaba fazendo com que o professor tenha um trabalho mais pesado a ser realizado.

O P1, que também expressa a sua opinião sobre a utilização de outros espaços para a realização da aprendizagem, confessa que o professor precisa se preparar melhor para atuar, pois a Educação Integral é um grande desafio a ser construído em nossa sociedade:

Não é com muita frequência, de vez em quando. No meu plano, eu programo algumas atividades fora para variar, quebrar a rotina. Eles gostam muito de coisa diferente, mas acho muito difícil. Matemática, você sabe, não dá para mudar muito. A gente inventa, mas é difícil, sabe? Eu acho que quando a gente começa no Tempo Integral a gente quer passar por capacitações para dar umas aulas diferentes.(P1)

Pelas falas, vemos que a relação da escola com a cidade é mínima, podendo perceber também que, muitas vezes, a escola negligencia oportunidades de oferecer uma formação diferenciada aos seus alunos, não colocando-os em contato direto

com instituições como cinemas, clubes, praças, museus, onde a aprendizagem para o dia a dia acontece de fato.

Pela fala do professor, que apresentamos a seguir, percebemos que esse tipo de formação quase nunca é proporcionado aos alunos, por uma série de fatores, como financeiros, localização geográfica, mas, acima de tudo, por falta de planejamento e de vontade de fazer acontecer por parte da equipe pedagógica da escola. P1, quando é perguntado sobre a utilização de espaços diferenciados de aprendizagem, diz:

Quase nunca não. Quando é aqui na comunidade, saímos para quebrar a rotina, mas quando viajamos, por exemplo quando vamos ao cinema, clubes, museus, aí a gente planeja para explorar melhor a viagem.(P1)

Sobre a cidade educadora, Moll et al.(2012), em seu texto “Por entre olhares, danças, andanças, os alfabetismo, letramentos na perspectiva da educação integral”, escreve que pensar cidades educadoras significa também pensar pedagogias urbanas. Essas pedagogias estão relacionadas às possibilidades de ensino e de aprendizagem que são produzidas pelos espaços urbanos, afirmando que é necessário que a escola pense em formar seus alunos para a vida com e na cidade, onde o desafios a serem superados dia a dia são postos ao estudante. Desde a compreensão das cores de um semáforo até a tarefa de planejar o movimentar do trânsito de uma grande metrópole são tarefas a serem ensinadas pela escola na cidade. Na realidade, quando estabelecemos uma parceria com a cidade. estamos mais educando do que ensinando, e esse é o grande desafio da escola, educar para a vida.

Sem diminuir o papel da escola, é importante pensarmos que a educação se dá em muitos outros locais que não esse ambiente. É preciso perceber que a aprendizagem se dá em diferentes contextos da vida, que ela se dá dentro de casa, no convívio com grupos sociais, nos espaços urbanos, que o aluno aprende andando pela rua, nas praças, nos ginásios de esportes ou em outros espaços, ou seja, estabelecer uma parceria com a cidade para oferecer uma aprendizagem cheia de significados é tarefa primordial da escola.

2.3 O PPP e a participação da equipe gestora no desenvolvimento da educação integral em tempo integral

Ao analisarmos a participação da equipe gestora, todos os dados apontam certo abandono da equipe gestora, tanto da escola como do pessoal responsável por essa linha de ação dentro da S.R.E. Isso é perceptível mediante os baixos índices de capacitações oferecidos aos profissionais que estão atuando na modalidade, e as poucas vezes que o tema Educação Integral em Tempo Integral foi tratado nas reuniões pedagógicas da escola. Percebemos, ainda, pela análise de como se deu a implantação da educação integral em Tempo Integral, que aconteceu na escola em 2008, e veio como solução para uma situação de vida funcional de professores (no ainda PROETI), que se encontravam excedentes na escola, e não e como um garantidor de direitos dos alunos.

A importância do PPP está no fato de que ele é o orientador da linha de ação da escola, construído de forma democrática e com a participação de todos, onde há missão da escola, devendo estar explícita nele. É necessário que se entenda que Educação Integral pode acontecer numa escola de um turno só, e que na escola de dia inteiro pode não acontecer Educação Integral. Assim, é necessário que o PPP traga em seu bojo o desejo de oferecer ao aluno uma educação que seja integral, e que os profissionais dessa escola assumam o compromisso de executar uma educação para a transformação, levando sempre em conta que Educação Integral é uma atividade educacional e não uma atividade de assistência social.

O PPP da escola deve sempre contemplar a ideia de que crianças devem ser tratadas como tal, e que crianças e adolescentes têm conhecimentos prévios e do cotidiano que têm uma importância fundamental em sua aprendizagem. Dessa forma, o PPP precisa priorizar uma distribuição de atividades diferenciadas para cada turno de permanência do aluno na escola, buscando sempre enriquecer o currículo com atividades que lhe proporcionam uma boa formação.

A preocupação com o PPP advém da ideia de que se trata de um projeto de escola. Ele é o produto da reflexão de toda a comunidade escolar, uma vez que é pensado coletivamente, sendo nele expressa a vontade da maioria dos membros da comunidade escolar. Logo, ele representa o norte do trabalho a ser executado pela escola.

Na reestruturação ou elaboração do PPP da escola, fica evidenciado o desejo de mudanças a serem realizadas na escola, pois, segundo GADOTTI :

o projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação da escola. Projetar significa “lançar-se para a frente”, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar (GADOTTI, 1994, p.03)

Na organização desse projetar para um futuro diferente, é preciso que haja uma tomada de consciência sobre a necessidade de que aconteça uma decisão democrática, que já é um pressuposto do PPP. Na realidade, é o elemento norteador das ações da escola. Pelo simples fato de existir, já sinaliza que um dos princípios norteadores da gestão é a democracia.

A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico. (GADOTTI, 1994, p.2)

Quando refletimos sobre a gestão democrática, já estamos enxergando um novo espaço de formação que passa existir na escola, pois a própria gestão já passa a ensinar democracia quando mostra ao aluno que ele é um ator responsável pelas decisões tomadas e que será representado em ações no interior da escola. A prática da gestão democrática dentro da escola é um excelente elemento de formação cidadã, em que o aluno passa a viver a democracia em seu dia a dia, o que lhe permitirá ser um cidadão de fato, possibilitando-lhe viver melhor em sociedade.

No decreto nº 47227, da SEE, que fala da necessidade da Educação Integral Integrada assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica com melhoria da qualidade do ensino e o respeito a diversidade, esclarece-se que essa modalidade educacional será organizada com base em três eixos norteadores, sendo o PPP o primeiro deles, tendo em vista que este é o elemento que irá garantir a gestão democrática da instituição. Os dois outros eixos são a infraestrutura e o sistema de gestão. O corpo do texto do decreto, no inciso I do artigo 7º, que trata do que será contemplado nesse PPP, traz o seguinte:

O desenvolvimento do estudante nas dimensões ética, emocional, social, cultural, intelectual, estética, política dentre

outras voltadas a promover a formação humana integral, a articulação com os projetos de vida e a aprendizagem significativa dos estudantes: (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017,p.2).

Ainda dentro desse artigo do decreto, fica determinada a necessidade de acontecer uma articulação entre as disciplinas curriculares da BNCC e o que se é trabalhado no tempo acrescido do aluno, através dos campos de integração curricular, produzindo um melhor diálogo e interação entre os saberes locais com as áreas do conhecimento. Esse artigo aponta, ainda, as estratégias para interação com outros órgãos locais de proteção social, buscando a superação da exclusão social que afeta o estudante.

Podemos observar na fala do professor, abaixo, que a necessidade de se projetar para garantir os avanços é muito grande, e que na realidade a mudança do PPP poderá contemplar o que ele ressalta:

A primeira coisa que acho (é) que na escola não deveria ter turmas de Educação Integral, mas deveria ser a escola toda. O meu segundo pensamento é que na escola deveria ter um supervisor pedagógico para acompanhar o nosso trabalho, nos apoiando e nos ajudando. Uma outra coisa importante é que toda a escola, todos os professores deveriam abraçar a Educação Integral como foco da formação do aluno, e acho que as famílias precisam ter consciência que o aluno não precisa aprender só português e matemática, mas as outras coisas também... e penso que o professores de Tempo Integral não poderia ser cobrados como responsáveis para melhorar o IDEB, mas, sim, que todos os professores da escola são responsáveis por isso. Acho que a direção da escola precisa apoiar mais o projeto, não é só organizar as turmas e pronto. Os professores desse turno extra precisam de muito apoio pedagógico, e penso ser importante pensar em oficinas interessantes, pois até do esporte e lazer os alunos cansam. Acho que o planejamento deveria ser coletivo e com foco na formação do aluno e não nos resultados.(P1)

Na fala do professor, percebemos a necessidade de se repensar no tipo de formação que a escola está oferecendo, precisando esclarecer que o foco de atuação do professor deve estar na formação, e não nos resultados, pois estes serão consequência do trabalho bem executado, quando a escola mudar o foco dos resultados e transferi-lo para uma boa formação dos estudantes em todos os campos. Quando pensamos em uma boa formação, é necessário que façamos uma reflexão sobre o que isso significa, levando em conta que esse aluno é um ser

dotado de emoções e sentimentos, e é preciso pensar que a escola deve ser um espaço privilegiado de respeito às diferenças e aos gostos de cada um, onde o coletivo precisa ser respeitado e levado em consideração.

Segundo Moll (2012), nomes significativos da educação nacional, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, vinculavam seu entusiasmo educacional aos sonhos de uma sociedade efetivamente democrática, e acreditavam que os conhecimentos e vivências educativas pudessem lhes servir de suporte para uma inserção plena na vida em sociedade. Segundo eles, a ampliação do tempo era necessária como uma condição para a formação abrangente que abarcasse ciências, artes, cultura e mundo do trabalho.

Ter um projeto de escola que eduque para a vida é a essência da proposta da Educação Integral em Tempo Integral, em que os seres humanos não são vistos como seres compartimentados, em que uma parte é ciência – aquilo que a escola trabalha – e outra parte é humanidade – aquilo que é vivido fora da escola.

Segundo Minasi (2014), as dimensões do ser humano não podem ser separadas, e seguindo esse pensamento ele escreveu:

A Educação Integral, que por sua vez, pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, que, pela complexidade das relações que se estabelecem entre todos os elementos que coabitam o planeta, dialoga amplamente com as dimensões ambientais e planetárias, em um novo desenho das relações humanas e sociais.(MINASI, 2014.s.p.)

É necessário que a Educação Integral em Tempo Integral reconheça as várias dimensões do ser humano para que modalidade educacional possa conduzir os nossos alunos a patamares mais seguros de sua formação acadêmica, em que conhecimentos e valores sejam a base da formação da futura sociedade. É preciso que a escola procure contemplar em seu projeto o apreço pelo belo, pelo lírico e pela ciência, de forma a garantir que sua proposta traga em sua essência a formação do ser humano e não apenas de cientistas.

2.3.1 O desenvolvimento de projetos interdisciplinares

Um passo importante para o desenvolvimento de uma Educação Integral em tempo Integral com qualidade é a ligação entre os professores do turno regular e os professores do contraturno, para que haja uma integração entre as ações. Percebemos na entrevista que os professores do turno regular não apoiam as ações do contraturno e não veem essa modalidade como uma garantia de direitos, chegando muitas vezes a criticar o trabalho do professor que atua na Educação Integral em Tempo Integral, o que gera um clima contrário a um bom desenvolvimento da política pública:

Uma outra coisa importante é que toda a escola, todos os professores, deveriam abraçar a Educação Integral como foco da formação do aluno (P1).

De acordo com essa fala do professor, é possível entender que a gestão da escola não tem o envolvimento que deveria ter com a Educação Integral em Tempo Integral, deixando os professores sem o apoio necessário. Assim, os alunos muitas vezes se sentem desmotivados pela falta do apoio que deveria vir da gestão escolar.

Ao se pensar em uma Escola Integral de Tempo Integral ou de um turno só, é preciso levar em conta a necessidade de se construir uma escola que tenha uma linha de ação voltada para a formação integral, considerando a necessidade do cidadão como um todo, pensando no seu desenvolvimento em todos os aspectos cognitivos e afetivos.

É preciso que tenhamos em mente que a escola em estudo não é uma escola toda integral de Tempo Integral, apenas uma parte de seus alunos participa do tempo ampliado. Mas isso não a impossibilita de ser uma escola integral, que são aspectos diferentes a serem observados, uma vez que a prática pedagógica da escola é que determina essa característica, não sendo necessário que a escola tenha o tempo ampliado para ser uma escola de Educação Integral. O contrário também é válido: às vezes a escola tem tempo ampliado e não oferece uma Educação Integral.

Pela fala do professor, que apresentamos a seguir, a escola está compartimentada, e muitos não acreditam na Educação Integral como um espaço de garantia de direitos, entendendo o tempo ampliado em uma dimensão inapropriada:

Acho que a atitude de todos eram que a escola tinha virado creche e que nós professores tinha sido transformado em babás de

adolescentes. Sempre falavam que os alunos do dia inteiro bagunçavam a escola e que a escola estava dando corda para eles não quererem nada. Muitos achavam que as saídas era matação de aulas, muitos achavam interessante, mas a maioria criticava bastante.(P3)

Por essa fala do professor, a ideia que temos é que são duas escolas diferentes, com alunos diferentes, e a integração entre os turnos não acontece. É onde, também, muitos professores do turno regular têm a ideia de que a escola integral de Tempo Integral exista para trabalhar da mesma forma que o turno regular, mas na realidade o que deveria acontecer é que toda escola deveria estar preocupada com a oferta de uma Educação Integral.

Na realidade, o ideal de educação apontado pelos educadores nas entrevistas é que o necessário não é se ter na escola turmas de Educação Integral, mas uma escola toda integral, onde alunos e professores estariam envolvidos nas atividades propostas pela escola, onde um turno seria a consequência pedagógica do outro. Nas falas dos professores, percebemos que para eles o efeito do trabalho seria termos como exemplo os CIEPs e outras experiências positivas de municípios inteiros, como Apucarana, Diadema, Palmas, entre outras cidades. Pela fala dos profissionais, a ideia de uma escola de Tempo Integral seria a garantia de dias melhores da educação na escola, onde os projetos pedagógicos passariam a ser projetos da escola e não do professor. Na fala o professor defende uma escola que seja realmente integral no sentido de ter o envolvimento de todos os profissionais nos projetos desenvolvidos.

Se a escola fosse toda de tempo Integral, iria ajudar muito, pois poderia trabalhar com oficinas diferenciadas, planejamento coletivo, ter um calendário de formação específica para os professores que trabalham com as oficinas, no caso se não puder ser todos os professores da escola. Acho que a escola toda tem de se envolver e trabalhar com atividades diferenciadas.(P1)

Segundo esse professor, os projetos coletivos a serem desenhados não podem ser projetos de turno ou contraturno, os projetos têm que ter o envolvimento da escola toda e todos os professores deveriam trabalhar na linha de atividades diferenciadas que promovessem a verdadeira educação, ou seja, a educação de qualidade para todos como forma de atender a um preceito constitucional.

Na visão de alguns dos entrevistados, se a escola fosse toda de Tempo Integral, os professores todos seriam de Tempo Integral e não haveria essa divisão entre o que é turno regular e contraturno, e os projetos propostos seriam executados por todos, favorecendo, assim, a construção de uma escola para formar verdadeiramente. Na fala do professor coordenador, ele apresenta sugestões para a modificação da escola:

Primeiro, acho que os critérios de seleção dos professores deveria ser mais rigoroso, e o professor selecionado precisa passar por um período de capacitação, muito sério e responsável. Isso ainda é muito novo para a maioria absoluta dos professores. Outra coisa importante: eu acredito muito mais na escola de Tempo Integral do que turmas de Tempo Integral, então penso que isso precisa ser revisto. Os investimentos na escola de Tempo Integral deve ser melhorado, pois os recursos financeiros são insuficientes. A alimentação precisa muito ser melhorada. Acho que as faculdades precisam incluir na formação de professores disciplinas que preparam o professor para essa atuação.(C)

Nessa fala, o professor apresenta sugestões para a melhoria da Educação Integral em Tempo Integral na escola. Ela também reforça a necessidade de se implantar a escola toda de Tempo Integral, e indica a falta de preparo do professor para atuar nessa modalidade de ensino como uma das causas da baixa atratividade para permanecer na escola. Apontando, ainda, para a necessidade de uma reforma total, desde os critérios de seleção de professores até a mudança do currículo nas universidades, a fim de preparar melhor o professor para desempenhar seu papel dentro da escola.

2.3.2 Monitoramento da frequência escolar e apoio das famílias

Entre todos os problemas encontrados através das pesquisas realizadas, um deles é relacionado à frequência dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, que acumulam um grande abandono em todos os anos pesquisados. Esse problema, de acordo com a fala dos professores e dos próprios alunos, está ligado à prática docente e às questões familiares.

De acordo com Guará (2009):

O tema da educação integral renasce também sob inspiração da Lei nº 9.394/ 96, que prevê o aumento progressivo da jornada escolar

para o regime de tempo integral (arts. 34 e 87, § 5º) e reconhece e valoriza as iniciativas de instituições que desenvolvem, como parceiras da escola, experiências extraescolares (art. 3º, X). A previsão disposta no artigo 34 – de ampliação da permanência da criança na escola, com a progressiva extensão do horário escolar – gera para os pais a obrigatoriedade de matricular e zelar pela frequência dos filhos às atividades previstas. A ideia de proteção integral inscrita na ECA está fundada, em primeiro lugar, no reconhecimento de que a situação peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento exige uma forma específica de proteção, traduzida em direitos, tanto individuais como coletivos, que devem assegurar sua plena formação. Entre esses direitos está o direito à educação em seu sentido amplo. Mais ainda: ao propor um novo sistema articulado e integrado de atenção à criança e ao adolescente, a ECA indica claramente que os novos direitos da infância só podem ser alcançados pela integração das políticas sociais públicas, reconhecendo também o papel da sociedade e da família no provimento desses direitos. (GUARÁ, 2009, p. 66)

Outro aspecto importante que podemos observar, através das entrevistas com os professores, é que eles relatam a prática da realização do dever que toma muito tempo do professor. Nos questionários dos alunos, eles afirmam que as atividades do contraturno são as mesmas do turno regular. Desse modo, o professor confirma as respostas dos alunos, levando-nos a concluir que as atividades do contraturno são repetitivas, nos permitindo constatar também na observação do quadro curricular do arquivo da escola a inexistência de um currículo diferenciado, o que tem distanciado o aluno do interesse em participar. Para esse estudo do currículo, recorreremos ao arquivo da secretaria da escola, onde os quadros curriculares trazem em muitos anos uma grande predominância do Português, da Matemática, configurando como as disciplinas predominantes no currículo do contraturno.

No quadro abaixo, apresentamos um resumo do currículo da escola de 2008 até 2017, onde fica clara a predominância das atividades voltadas para o Português e a Matemática.

Quadro 4 - Resumo da matriz curricular de 2008 até 2017

ANO	ATIVIDADES DE	ATIVIDADES	FORMAÇÃO	Aulas	Carga
-----	---------------	------------	----------	-------	-------

	PORTUGUÊS E MATEMÁTICA	ESPORTIVAS	PESSOAL E SOCIAL	Semanais	Horária anual
2008	20 AULAS	05 AULAS	05 ALMOÇO	30	1000:00
2009	20AULAS	05 AULAS	05 ALMOÇO	30	1000:00
2010	20 AULAS	05 AULAS	05 ALMOÇO	30	1000:00
2011	16 AULAS	04 AULAS	05 ALMOÇO	25	483:20
2012	16 AULAS	04 AULAS	05 ALMOÇO	25	483:20
2013	-----	-----	-----	-----	-----
2014	18 AULAS	07 AULAS	07 ALMOÇO	32	960:00
2015	18 AULAS	07 AULAS	07 ALMOÇO	32	960:00
2016	18 AULAS	07 AULAS	07 ALMOÇO	32	960:00
2017	18 AULAS	07 AULAS	07 ALMOÇO	32	960:00

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na análise dos diários do arquivo da escola.

Observando o quadro, está expressa a preponderância das atividades de Língua Portuguesa e Matemática, o que mostra a atuação da escola no sentido de corrigir distorções de aprendizagem nesses dois conteúdos. Em 2016, tivemos a atuação dos monitores do Mais Educação, porém essa participação nem foi expressa no quadro curricular da escola, uma vez que esses monitores atuavam dentro de uma área do conhecimento em parceria com o professor responsável pela oficina.

No relato abaixo, P3 deixa claro que quando os monitores do Mais Educação participaram de atividades diferenciadas, os alunos foram atraídos e se envolveram nas atividades. Aqui fica evidenciado que a escola não tem procurado garantir o direito de participação de todos, quando não propõe a realização de atividade diferenciada dentro do contraturno do aluno, apontando a necessidade de alteração e adequação na proposta curricular:

Os alunos dos anos finais são mais difíceis de ser envolvidos nas atividades. Talvez a fase da adolescência dificulte o trabalho do professor, pois estão mais rebeldes. Lembro bem que os instrutores do Mais Educação... tinha um de karatê e fanfarra que eles gostavam muito e se envolvia muito com as atividades, mas como isso era atividades com carga horária pequena, só em alguns dias, no dia dessas oficinas a escola ficava cheia, mas depois eles não vinham... e muitas vezes eles ajudam em casa nas tarefas domésticas, então

os pais preferem que eles fiquem em casa, pois são trabalhos que eles realizam para a família.(P3)

Durante a pesquisa, foi possível detectar que os professores não tinham muito compromisso com o registro da frequência dos estudantes, deixando que não fossem fidedignos ao que realmente acontecia dentro da sala de aula. Ao fazermos uma análise dos diários de registro de frequência dos alunos, encontramos muitos diários em branco, sem registro de frequência em muitos dias e sem lançamento das atividades realizadas. Foi, então, possível concluir que muitos professores não registravam nem a frequência diária do alunos: onde há o registro da frequência, um mesmo aluno tem faltas registradas por vários dias seguidos, sem nenhum comunicado à equipe gestora.

Abaixo, apresentamos um quadro que mostra a situação dos registros nos diários de classe, nos anos em que foram utilizados pela escola, mostrando que o registro é incompleto e que não retrata com fidelidade a frequência dos alunos nem as atividades por eles desenvolvidas.

Quadro 5 - Resumo dos diários de registro de frequência e atividades desenvolvidas nas turmas de educação integral na EEAA

ANO	Nº DE PROFESSORES QUE ATUAVAM	DIÁRIO COM REGISTRO COMPLETO		DIÁRIO SEM REGISTRO OU INCOMPLETO	
		FREQUÊNCIA A	ATIVIDADES	FREQUÊNCIA A	ATIVIDADES
2008	02	02	02	00	00
2009	02	02	02	00	00
2010	03	01	01	02	02
2011	03	02	02	01	01
2012	03	01	00	02	03
2013	-	N	N	N	N
2014	06	02	03	04	03
2015	10	02	05	08	05
2016	09	02	04	07	05
2017	08	03	04	05	04

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na análise dos diários do arquivo da escola.

Com base na análise desse quadro, é fácil perceber que o professor não teve compromisso de registrar a frequência dos alunos conforme era necessário, deixando de registrar a frequência e atividades por ele desenvolvidas.

Estabelecer uma parceria com as famílias no sentido de garantir que os alunos participem com prioridade das atividades propostas pela escola, tendo como fim garantir a presença do aluno no espaço escolar, é uma iniciativa necessária, uma vez que a presença do aluno no recinto escolar é primordial para o sucesso das atividades desenvolvidas. Na entrevista com o professor coordenador, ele coloca que um dos entraves à presença do aluno na sala de aula são os próprios pais. Em uma de suas respostas, sobre identificar as razões das faltas, menciona:

Outro que eles alegam é que os pais estão precisando deles nas tarefas de casa, e aí eles acabam abandonando o projeto(C).

Tanto nos questionários dos alunos como nas entrevistas com os professores, fica clara a relação ruim da família dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, principalmente os mais velhos, com a Educação Integral em Tempo Integral, uma vez que essas famílias preferem que eles fiquem em casa cuidando de afazeres domésticos ou de irmãos menores, ou até mesmo trabalhando pra ajudar a sustentar a família, do que na escola estudando. Ou seja, as famílias não valorizam o trabalho da escola, o que é uma das causas da baixa frequência ou abandono dos alunos. Sobre isso, o documento orientador das ações da Educação Integral no estado traz o seguinte:

Nesse sentido, a baixa participação dos alunos às atividades da educação integral é um desafio que merece atenção, pois num projeto de educação integral que objetiva a formação integral é fundamental a participação de todos os alunos, “ter o estudante no centro das ações educativas é condição primeira para o desenvolvimento da Educação Integral” (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p. 12).

A ausência do aluno na sala de aula é um problema quando se busca através da escola quebrar um círculo vicioso da não aprendizagem, uma vez que estando ausente da sala não tem como a escola cumprir o seu importante papel que é o de garantir que a aprendizagem aconteça. Já nos anos iniciais, a família não deixa que as crianças falem, o que nos leva a concluir que ainda há a visão de que a Educação Integral em Tempo Integral tem a função de cuidar, baseado no conceito

de creche, onde a maioria das crianças permaneceram por anos seguidos enquanto os pais trabalhavam. Assim, a família ainda vê na Educação Integral uma creche, onde os pais deixavam os filhos e alguém cuidava, mas a frequência nesse caso é boa, mas é importante ressaltar que isso já é muito significativo para a escola, uma vez que o aluno está dentro da escola, cabendo a ela a tarefa de realizar um trabalho diferenciado com esses alunos, de forma a garantir uma mudança de postura dos pais, ou seja, é competência da escola transformar uma visão errada dos pais através do trabalho inovador de formação com as crianças, para construir sua própria identidade.

2.3.3 O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar

Durante as entrevistas, foi feita a pergunta: “Como é realizado o planejamento das atividades da Educação em Tempo Integral?” Em resposta a essa questão, tivemos um elemento que nos possibilita concluir que o planejamento coletivo não acontece, ou seja, não há uma interação entre os professores no ato de definir a ação educativa:

Nós planejamos em casa, cada um em seu tempo e a seu modo, não temos um espaço de discussão para fazer isso na escola, trabalhamos independente. Sinto que é necessário planejarmos coletivamente e até quem sabe trabalharmos coletivo, mas isso não acontece.(P1)

Eu planejo em casa. Pedia ajuda à professora que trabalhava com alfabetização na escola no tempo regular, uma vez que a mesma era uma professora experiente, mas sempre procurava adaptar as sugestões dela para um trabalho com alunos maiores, mas sempre planejei sozinha, e fui buscando construir um planejamento para atender as necessidades dos meus alunos.(P3)

Eu planejo em casa. Como na escola eu sou a única que trabalho com oficinas de português, faço o meu planejamento sozinha de acordo com meu tempo e a meu modo, não temos um espaço de planejamento na escola para fazer isso.(P2)

Diante dessas falas dos professores, percebemos que estão planejando individualmente, que a equipe não se reúne para organizar o agir pedagógico da escola, cada um planejando a seu modo sem uma reflexão coletiva para decidir o direcionamento do trabalho da escola. Segundo o coordenador, falta um planejamento coletivo entre os professores da Educação Integral em Tempo Integral. Na visão dele, esse tem sido o seu grande desafio, que é o de colocar a equipe para

pensar coletivamente em uma ação que aponte para as melhorias do trabalho a ser realizado, Assim, podem buscar um melhor aproveitamento do tempo ampliado e dos espaços existentes na escola, ou até mesmo na comunidade, garantindo ao aluno o acesso a um direito básico que é uma educação de qualidade. Quando foi perguntado sobre o ato de planejar da equipe, ela fez a seguinte afirmação:

Sempre me disponibilizo a ajudar os professores, mas os professores estão muito sem tempo para as reuniões coletivas, e aí o planejamento acontece de forma individual. E são tantas as atividades que acaba que não temos como acompanhar na íntegra o planejamento, pois os professores não podem no mesmo dia, cada um quer planejar em um dia, o que dificulta muito a minha atuação (C).

Segundo o professor coordenador, é necessário que seja reservada uma parte da carga horária do professor para as atividades de planejamento, como são as horas destinadas ao planejamento do ensino regular. Até 2017, isso não acontecia com os professores que atuavam na Educação Integral, e, na visão dele, isso era um dificultador do alcance do objetivo de levar uma formação geral e diferenciada, possibilitando ao aluno uma participação efetiva na construção do conhecimento. Na entrevista com os professores, fica revelado que o planejamento ou acontece isoladamente ou não acontece. Isso desqualifica o projeto. Sem haver um rigor com o planejamento, cada professor segue uma direção e vai agindo segundo seu próprio instinto.

Eu levo a proposta e eles acatam, acho que isso falta, mas hoje quase não temos um planejamento feito antes, pois na minha oficina eu fico mais é auxiliando no deveres de casa, que o professores dão demais, e aí se eu planejo não é possível executar.(P1)

A não interação do professor e do aluno e a ausência de uma instância de planejamento coletivo deixam o aluno apático, alheio e desinteressado pela prática docente, dificultando, dessa forma a atuação do professor, que acaba se tornando insignificante e sem sentido. O aluno não se percebe sujeito ativo da ação. P2, a esse respeito, diz:

Não. Tudo que eu trago eles não gostam. Tento ouvi-los, mas eles não querem participar, eles sempre querem coisas que não estão na programação. É... eu faço o planejamento anual e aí vou seguindo, e

eu até peço sugestão, mas eles dizem ‘você que sabe, professora’.(P2)

Pela fala da professora, percebemos que o planejamento não tem a participação dos alunos, que, segundo ela, estão apáticos e desinteressados. O planejamento vêm acontecendo apenas como cumprimento de uma determinação ou até mesmo imposição. Ele é impensado e sem a participação dos alunos, sem uma conexão entre o que será feito e os anseios de para quem está sendo feito, deixando claro que o planejamento deixa de ser uma ferramenta para o desenvolvimento dos alunos e passa a ser um instrumento burocrático do trabalho diário do professor.

A seguir, é possível perceber, pelo depoimento do professor coordenador, que o planejamento faz toda a diferença, e que, segundo a visão dele, um dos diferenciais é o planejamento dos professores dos anos iniciais.

Vejo muita diferença. Primeiro, as professoras dos anos iniciais sempre estão com o planejamento em mãos, e as dos anos finais quase nunca estão, são raras exceções. Vejo que os alunos dos anos iniciais gostam mais de participar das atividades propostas que os dos anos finais, ou seja, os alunos dos anos iniciais têm mais envolvimento com as professoras, tem mais proximidade, são menos rebeldes, gostam mais das professoras “tias”, e isso acho que é muito importante. As professoras dos anos iniciais são mais atentas às necessidades dos alunos, conhecem mais as necessidades dos mesmos e a realidade de cada um.(C)

A inexistência do planejamento coletivo dificulta muito a integração das atividades entre uma oficina e outra. Na realidade, a carga horária do professor precisa ser revista, e é necessário que se incluam nela as horas destinadas ao planejamento coletivo e elaboração de atividades coletivas, pois seria nessa instância de discussão coletiva que o projeto seria desenhado.

Sinceramente, esse foi o meu grande desafio como coordenadora, mas não consegui realizar o planejamento coletivo, até porque na época o professor da Educação Integral não tinha que participar das atividades de módulo II. Hoje eu acho que eles ainda têm ideias do trabalho a ser realizado, melhorou, mas planejavam individualmente, e a gente na coordenação quase nunca tinha tempo de acompanhar esse planejamento(C).

Pelo depoimento do professor C, é possível compreender que um dos obstáculos a ser superado é o professor participar do planejamento coletivo, e

acolhê-lo como um apoio e não como uma imposição da gestão da escola. O professor deve entender que planejar coletivamente significa avançar em qualidade , avançar em garantia de direitos, avançar em motivação por parte dos alunos, o que irá favorecer o trabalho dele próprio.

Após a análise das cinco subseções, foi possível comprovar algumas preocupações apresentadas na percepção do gestor e elencadas no Capítulo1, como a falta de capacitação dos professores, a preocupação quanto à baixa frequência dos alunos, o desenvolvimento de atividades concentradas no interior da escola, a falta de interação da escola com a comunidade e com as famílias, a importância do “aprimoramento” da concepção de Educação Integral em Tempo Integral dos alunos pela equipe gestora e pelos docentes. Além disso, destacamos que o planejamento é ferramenta de apoio e não de penalização para o professor, e que o PPP da escola deve contemplar a proposta de uma escola integrada, onde todos os seguimentos abracem as causas que promovam o desenvolvimento dos alunos – desafios e sugestões que serão considerados na elaboração do PAE, proposto no próximo capítulo.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Esse trabalho analisou o processo de implementação de um projeto de escola em Tempo Integral na EEAA, que é uma escola da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, que atende os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, localizada em um distrito do Município de Carmo do Paranaíba. Os alunos atendidos, em sua maioria, moram na zona rural, e são conduzidos à escola através do transporte escolar. Uma pequena parte mora no Distrito. Os objetivos específicos da pesquisa são descrever a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, investigar e analisar como a equipe docente compreende e acolhe a proposta da educação de Tempo Integral como uma garantia de direitos sociais e em relação aos espaços e tempos do programa – alavancando o pensamento crítico sobre o ato de planejar para alcançar os objetivos, que são a participação de todos os alunos no programa – e propor um plano de intervenção com propostas para alcançar esses objetivos.

A motivação para esta pesquisa deu-se pelo fato de o pesquisador estar presente como gestor desde o momento da criação do PROETI, em 2008, e por sentir a necessidade de expandir e melhorar a atuação da escola na busca de garantir que os alunos ali matriculados pudessem usufruir de tudo o que a política pública lhes garante, sempre com foco na melhoria da qualidade de vida dos estudantes, e, como consequência, a melhoria de resultados educacionais, sempre buscando trazer as melhores alternativas de propostas, nem sempre acatadas pelos professores e até mesmo pelas famílias. Estudamos um processo que já dura dez anos com muitas rupturas, com muitos desencontros, mas sempre buscando dar ao aluno acesso às políticas públicas que podem significar a garantia de um bem estar social a muitos deles, os quais, caso não sejam acolhidos pela proposta, são abandonados à própria sorte.

No primeiro capítulo, foi apresentada a descrição do caso de gestão, seguido por uma descrição de como ocorreu o processo de implementação do projeto da Escola Integral em Tempo Integral, tendo sido feita uma apresentação do funcionamento da escola a partir da organização de turmas da Educação Integral em tempo Integral. No segundo capítulo, as propostas de educação em Tempo Integral foram discutidas à luz da Constituição Federal, que garante em seu texto o direito social à educação. Também foi feita uma discussão a respeito dos tempos e

espaços para uma Educação Integral, fundamentada em um referencial teórico que deu embasamento aos meus posicionamentos como pesquisador. Foram discutidas, também à luz desses referenciais, as percepções de diversos atores a respeito da implementação do projeto de Educação Integral em Tempo Integral na referida escola.

Para análise dos dados que irão dar suporte a essa proposta de intervenção, foi realizada uma pesquisa de campo através de um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas com professores, com professor coordenador e questionários com alunos, que, através de suas respostas, forneceram os dados necessários para os achados dessa pesquisa. Com o objetivo de possibilitar um melhor entendimento dos resultados obtidos, foi elaborado um quadro (Quadro 6) que traz, de maneira resumida, os achados mais relevantes relacionados aos eixos propostos para essa pesquisa.

Quadro 6 - Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

Número	Eixo de pesquisa	Dados de pesquisa	Ação propositiva
1	A relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos	Conceito de Educação Integral de Moll voltado para ampliação do tempo de permanência do aluno na escola.	Estudo das concepções de educação em Tempo Integral sugeridas pelo programa, bem como estudo aprofundado da proposta estadual contida no documento orientador da SEE/MG, durante os encontros de módulo II nas reuniões quinzenais, com 4 horas de duração.
		Concepção de uso do tempo ampliado para dar mais aula utilizando a mesma metodologia.	
		Dificuldade dos profissionais da escola em entender o papel das atividades diferenciadas no desenvolvimento do aluno, a fim de construir uma educação emancipatória.	Pactuar um permanente acompanhamento do trabalho do turno e contraturno a fim de evitar que as atividades sejam repetitivas e com baixa atratividade, e o desinteresse e conseqüente abandono dos alunos.
		Conceito de atividades diferenciadas voltadas apenas para a questão do currículo tradicional.	Proporcionar a realização de encontros mensais para discussão e planejamentos de atividades diferenciadas por componente curricular.

2	A utilização do tempo e do espaço na Educação Integral: A praxis pedagógica	Falta de planejamento de atividades diferenciadas (projetos, oficinas, jogos, utilização de mídias).	Estabelecer um plano de formação continuada voltada para elaboração de projetos e oficinas dentro da organização curricular da escola e utilização de recursos midiáticos.
		Dificuldades da equipe gestora em estabelecer parcerias com o poder público municipal e empresas para utilização de outros espaços além da sala de aula.	Propor a reorganização dos encontros escolares para possibilitar o planejamento e execução de atividades diferenciadas por todos os professores utilizando o módulo II como instância para essa ação.
		Muita utilização do espaço da sala de aula como único espaço formativo apto a receber os alunos.	Articular parceria com o órgão municipal, empresas locais e comunidade para utilização de espaços como praças, ginásios, igrejas, clubes, academias, laboratórios entre outros disponíveis para enriquecimento curricular e atividades diferenciadas.
		Falta de espaço coletivo de planejamento com a participação da equipe gestora.	Estabelecer um plano para a realização de encontros periódicos com os professores para discussão dos caminhos já percorridos e das projeções futuras para o projeto de Tempo Integral na escola.
3	O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar	Dificuldades de adaptação ao tempo ampliado na escola.	Viabilizar a elaboração de atividades diferenciadas que possam ir além das aulas tradicionais e que motivem os alunos a passarem mais tempo na escola, estabelecendo uma parceria educativa com a cidade.
		Dificuldade do professor em conciliar aula teórica e prática com a organização curricular atual da escola.	Efetivar um plano de formação continuada para os docentes para apropriação dos conceitos de educação em Tempo Integral e atividades diferenciadas num contexto de uma escola de Tempo Integral

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Uma mudança na rotina da escola, principalmente por partes dos alunos – no caso estudado, uma ampliação no tempo em que o aluno passa na escola –, traz variados desafios para todos os atores envolvidos no processo, em que a escola como um espaço de formação propedêutica precisa se transformar em um espaço onde a vida acontece. Com a permanência do aluno durante o dia todo, essa escola tem, ou pelo menos precisa ter, no bojo de sua ação a concepção de uma formação ampla, em que seus espaços sejam reorganizados de forma a atender seus alunos de forma satisfatória para garantir o seu desenvolvimento pleno.

Para uma melhor planejamento e organização dos tempos e espaços com a efetiva participação da comunidade escolar, propomos um plano de intervenção que seja claro e exequível em nível de gestão, que contribua para uma melhor compreensão a respeito de uma Educação Integral com um melhor aproveitamento do tempo que o aluno passa na escola.

3.1 Propostas de intervenção

Nesta seção, apresentamos uma proposta de intervenção com ações a serem organizadas e desenvolvidas pela equipe gestora da escola, envolvendo pedagogos, professores, coordenadores, pais e alunos para uma melhor compreensão dos aspectos de uma Educação Integral em uma escola integral de Tempo Integral. Esse PAE abrange propostas de reorganização de seus tempos e espaços e organização pedagógica que visam um melhor aproveitamento do tempo em que o aluno fica na escola através de atividades diferenciadas envolvendo todos os componentes curriculares. Essa proposta traz a ideia de se buscar a integração da escola toda, quebrando o paradigma da escola regular e da escola de Tempo Integral, tendo em vista a construção de uma escola única, onde o aluno é único e tudo será construído pensando no sucesso desse sujeito, que é a razão de existir da escola.

Para a elaboração do plano de ação foi tomado como referência o modelo administrativo 5W2H. Segundo Meireles (2013), trata-se de uma ferramenta administrativa utilizada na elaboração de quadros voltados a problemas de gestão, que corresponde à junção das iniciais em inglês que serão utilizadas neste processo, a saber: What (etapas), Why (justificativa); Where (local); When (tempo); Who (responsabilidade); How (método) e How much (custo). Assim, o objetivo das ações apresentadas nesse PAE é prever todas as questões relacionadas às

propostas com a finalidade de que elas sejam exequíveis no contexto da referida escola.

Quadro 7 - Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

Nº	Eixo	What O que?	Why Por que?	Where Onde?	When Quando?	Who Quem?	How Como?	How much Quanto?
1	A relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos	Estudo das diretrizes nacionais para a Educação Integral e do documento orientador que direciona as ações de Educação Integral em Tempo Integral em Minas Gerais.	Possibilitar a todos os profissionais entender a proposta de Educação Integral e qual a importância da Educação Integral em tempo Integral na formação do cidadão.	Na Própria escola e no centro comunitário do Distrito de Quintinos .	Durante todo o ano letivo, destinando os momentos de estudo coletivo a essa ação prioritariamente.	Equipe gestora, coordenação do projeto, S.R.E. patos de Minas e S.E.E. de Minas Gerais.	Realização de encontros quinzenais com 4 horas de estudo destinadas a módulo II, já incluídas na carga horária do professor.	Não haverá custos, uma vez que esses encontros já acontecem com os professores do ensino regular.
		Readequação do PPP da EEAA para o desenvolvimento de uma proposta de uma Escola Integral de tempo Integral.	Atualização do PPP tendo em vista os objetivos a serem alcançados com a Escola integral de Tempo integral	Na própria escola.	Encontros mensais para estudar a adequação do PPP à realidade escolar.	Equipe gestora da escola e o serviço de supervisão pedagógica.	Realização de encontros mensais para esse fim.	Não haverá custos.

Quadro 8 – Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

		Criação de grupos de trabalhos responsáveis pela elaboração de Projetos coletivos com vistas à integração da escola	Incentivar a participação de todos os profissionais na elaboração dos projetos coletivos da escola de modo a garantir um maior envolvimento de todos.	Na própria escola	Nas horas destinadas a atividades extra-classe do professor, com encontros mensais de 2 horas de duração.	Encontros por áreas de atuação inicialmente, com coordenação da equipe gestora. Em seguida, reunião administrativa.	Nos encontros semanais por área de atuação do professor.	Não haverá custos, uma vez que essas reuniões já estão previstas na carga horária do professor.
--	--	---	---	-------------------	---	---	--	---

Quadro 8– Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

		Fortalecimento do protagonismo estudantil com a reestruturação do grêmio estudantil, criação de clubes de leitura, grupo de teatro dentro da escola e incentivo à criação de grupos musicais.	Dar voz aos alunos para que possam ser sujeitos ativos no processo de elaboração do planejamento do escolar, garantindo um maior envolvimento de todos.	Na própria escola.	Nas reuniões mensais do Grêmio estudantil.	Equipe gestora, bibliotecárias e grêmio estudantil.	Nas reuniões mensais do grêmio estudantil, a ser reestruturado na escola.	Não haverá custos, só um café para a reuniões através de reorganização da disponibilidade.
--	--	---	---	--------------------	--	---	---	--

Quadro 8 – Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

	Utilizar instrumentos de controle de frequência por meio do registro diário da frequência e atividades desenvolvidas.	Manter um registro atualizado da rotina desenvolvida em cada oficina ou aula, inclusive com o registro da frequência dos alunos	Na Própria escola ou no espaço onde acontece m as aulas ou oficinas.	Todas as aulas da escola.	Professores, Coordenação do projeto e Supervisão pedagógica.	Acompanhar a frequência de todos os alunos, sempre comunicando aos pais ou responsáveis quando houver excessos. conforme o previsto em lei.	Não haverá custos.
	Envolvimento das famílias com as atividades da escola, de modo a garantir o protagonismo familiar na escola.	Envolver as famílias nas ações da escola, destacando o papel importante que ela desempenha na educação.	Na própria escola.	Nos encontros bimestrais e nas assembleias obrigatórias com a comunidade escolar, e nas apresentações teatrais e apresentações artísticas da escola, festa junina, jogos esportivos, palestras e viagens.	Equipe gestora, professores e demais servidores da escola.	Nas reuniões bimestrais de entrega de resultados, nas assembleias de planejamento da escola e na assembleia anual de prestação de contas da gestão.	Não haverá custo adicional.

Quadro 8– Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

2	A utilização do tempo e do espaço na Educação Integral: a práxis pedagógica	Planejamento de atividades diferenciadas para todas as áreas do conhecimento.	Auxiliar os professores no redesenho de sua prática de sala aula com atividades inovadoras.	Na própria escola.	Nas horas destinadas ao planejamento dos professores.	Equipe gestora e serviço de supervisão pedagógica.	Em encontros semanais com duração de duas horas.	Não haverá custos.
		Estabelecimento de parcerias com empresas locais e entidades públicas e filantrópicas, como prefeitura, igrejas, clubes de serviços e ONGs.	Envolver a comunidade local na linha de ação da escola de tal forma a garantir o interesse da comunidade pela escola.	Na comunidade e no município.	No início do ano, procurar a prefeitura, ONGs, clubes de serviços para firmar as parcerias.	Equipe gestora da escola.	Em encontros previamente marcados com cada instituição.	Não haverá custos.
		Estudo do entorno da escola para determinação de espaços a serem utilizados	Apresentar aos professores as possibilidades de novos espaços a serem utilizados em sua práxis pedagógica.	Na escola e na comunidade escolar.	No início do ano, em janeiro, quando professores e demais servidores estão de férias, realizar um estudo detalhado da comunidade.	Diretor, vice-diretor e secretário da escola.	Em momentos de atuação desses profissionais, que estarão na escola durante o mês de janeiro.	Não haverá custos.

Quadro 8 – Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(continua)

		Reorganização dos espaços existentes dentro da escola, como biblioteca, laboratório de informática, quadra de esportes e pátio da escola.	Melhorar os espaços internos da escola de modo a garantir uma utilização eficiente destes.	Na própria escola.	Em janeiro, quando alunos e professores estão de férias, e os serviços de organização da escola continuam funcionando.	Diretor, vice-diretor e secretário da escola e Auxiliares de Serviços da escola.	Em momentos de atuação desses profissionais, que estarão atuando na escola durante o mês de janeiro.	Não haverá custos.
3	O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar.	Garantir o acompanhamento do desenvolvimento do planejamento na sala de aula.	Apresentar e aprovar em assembleia uma agenda de visita às salas de aulas para acompanhamento das atividades.	Na própria escola.	Nos dias escolares de fevereiro de cada ano, destinados ao planejamento anual, e semanalmente nas visitas às turmas.	Equipe Gestora, Supervisão pedagógica e Professor eventual.	No mês de fevereiro e julho, nos dias destinados ao planejamento.	Não haverá custos.
		Promover a inovação curricular como forma de garantir a participação dos alunos.	Mudar a rotina da sala de aula através de mudanças na disposição das oficinas com a criação de salas temáticas.	Na própria escola.	Durante todo o ano letivo.	Professores, supervisores e equipe gestora.	Alterar a rotina da sala sempre que o professor julgar necessário, propondo um novo currículo, com inovação	Não haverá custos.

Quadro 8 – Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

(conclusão)

	Possibilitar ao aluno ter aulas em outros ambientes como clubes, praças, museus, cidades históricas, e outros espaços da cidade.	Alterar a rotina da escola com a realização de viagens com visitas planejadas a museus, cidades históricas, monumentos, clubes, teatros entre outros.	Na própria escola.	Durante as reuniões e encontros bimestrais realizados com os pais.	Professores, equipe gestora.	Alterar a rotina da escola com a realização de viagens planejadas a espaços de formação cultural.	Recursos da manutenção e custeio e os destinados a esse tipo de viagem.
--	--	---	--------------------	--	------------------------------	---	---

3.2 Detalhamento da proposta do PAE

Tendo como referência os dados resultantes da pesquisa de campo, realizada com a aplicação dos questionários aos 12 alunos matriculados que abandonaram o contraturno, a realização das entrevistas com os três professores que atuaram na Educação Integral em 2016 como professores de acompanhamento pedagógico e com o professor coordenador de 2016, procuramos sistematizar propostas de ações a serem realizadas na EEAA, com os objetivos de promover uma melhor compreensão do conceito de Educação Integral, de conhecer e discutir a política pública que visa ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola no nosso país, e conhecer propostas estaduais e municipais de outros estados e municípios da federação para as escolas de Tempo Integral. Ainda, conhecer a proposta de Minas Gerais para Educação Integral em Tempo Integral, garantindo aos profissionais da escola o entendimento de tais propostas e estudo de práticas adequadas e viáveis para aumento do tempo de permanência do aluno na escola.

Como meta, temos uma produção prazerosa de conhecimento através do envolvimento dos alunos na prática pedagógica cotidiana da escola, com o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, empresas privadas, ONGs, cidade e a família, no sentido de aproximar essas instituições da escola e com elas se relacionar para realizar as melhorias e trazê-las para participarem de uma reorganização dos tempos e espaços e da práxis pedagógica da escola. Assim, esperamos que haja melhor aproveitamento do tempo ampliado do aluno e de seu uso para propor atividades que promovam o desenvolvimento pleno.

3.2.1 A relação entre o direito social à educação e à Educação Integral como forma de garantia de direitos

É papel da escola buscar e fazer valer o direito constitucional de que todos os cidadãos têm direito ao acesso a uma escola pública e de qualidade, tendo em vista as especificidades de cada aluno, levando em consideração as necessidades básicas de cada um com relação a suas condições físicas, psíquicas e intelectuais. É necessário buscar adequar e melhorar o campo de atuação da escola a fim de consolidar a garantia desses direitos.

A cada dia tem se tornado maior o desafio da oferta da educação de qualidade, lembrando sempre da responsabilidade social da escola: cumprir o seu papel não é apenas promover a aprendizagem, mas é acima de tudo garantir que essa aprendizagem esteja acessível a todos, independente da localização geográfica da escola ou do aluno.

No Brasil, já se olhou a educação com um olhar muito diferenciado, em que a qualidade defendida era para alguns, aqueles de classes sociais mais abastadas, que frequentavam as escolas com a finalidade de prosseguir nos estudos. Os das classes sociais menos favorecidos frequentavam as escolas com a finalidade de se preparar para o mercado de trabalho, o que hoje já não é mais a realidade brasileira. Garantir o princípio constitucional de uma educação de qualidade e oferecer a todos as mesmas oportunidades, ainda que isso pareça utópico, é o que o autor do texto constitucional quis dizer quando fala da educação de qualidade e para todos, apontando um novo rumo para educação no país, onde pobres e ricos, pretos e brancos têm direito a terem o mesmos ideais, cabendo à escola fazer valer esse direito.

3.2.1.1 Estudo das diretrizes nacionais para a Educação Integral e do documento orientador que direciona as ações de Educação Integral em Tempo Integral em Minas Gerais

A primeira ação a ser executada é fazer com que a equipe gestora e demais profissionais da escola tenham conhecimento da política pública em questão, através dos estudos das diretrizes nacionais e de programas que norteiam as ações de educação no país, para que se produza um projeto coletivo de Educação Integral e integrada, e que esse projeto seja conhecido e discutido pela comunidade escolar. Ainda, é necessário possibilitar aos profissionais da escola o conhecimento de ações exitosas que acontecem em nosso país, em outros países do mundo e em muitos municípios brasileiros, além de ser preciso oportunizar a esses profissionais o acesso à história da Educação Integral, responsabilizando e envolvendo cada um nessa modalidade de ensino.

Diante das análises dos instrumentos de pesquisa, percebemos que as concepções dos participantes de Educação Integral não são totalmente convergentes, apesar de entendimentos desconexos do que realmente seja uma

escola integral de Tempo Integral. Muitos dos entrevistados deixam evidenciado o entendimento de que o tempo ampliado seja mais um tempo destinado ao cuidar, vendo a formação como um segundo elemento.

Esses resultados e a posterior discussão terão como objetivo principal a definição da intencionalidade educativa da escola, entendendo que ela só se efetiva a partir de discussões que contemplem todos os sujeitos escolares. A participação da comunidade nessa ação se dará através dos colegiados existentes na escola, como o grêmio estudantil, conselhos escolares, conselho de representantes de turmas, diretoria do caixa escolar e a comunidade.

A execução dessa ação se dará com a realização de encontros quinzenais com 4 horas de estudo destinadas a módulo II, já incluídas na carga horária do professor – o que já é uma prática da escola do turno regular durante todo o ano letivo –, destinando os momentos de estudo coletivos para a discussão dessa ação prioritariamente, com o objetivo de promover o conhecimento de todos os servidores da escola de modo garantir uma ação solidificada na construção da Educação Integral em Tempo Integral. Os encontros serão realizados na própria escola e no centro comunitário do Distrito de Quintinos, com a participação da SEE/MG, SRE de Patos de Minas e toda a equipe escolar.

3.2.1.2 Readequação do PPP da escola para o desenvolvimento da proposta de Escola Integral de tempo Integral

Ao apresentar esta ação, estamos refletindo sobre a necessidade de pensar na escola democrática, construída com a participação de toda a comunidade escolar, que são os maiores interessados no êxito das ações da instituição. Podemos afirmar que PPP é o fio condutor da linha de ação, sendo a referência para gestor, professor e comunidade escolar a respeito dos caminhos que a escola deseja percorrer, buscando a efetivação de sua intencionalidade dentro da comunidade na qual está inserida. Ao se propor uma discussão, essa é uma das ações com objetivo de se conhecer o conceito de Educação Integral e propor um projeto para a escola. Os próximos passos passam por uma reformulação do PPP da escola, tendo em vista que é nesse importante documento em que ficarão registrados os rumos que a escola deseja trilhar.

Para se elaborar ou reorganizar um PPP, a primeira necessidade é que toda a comunidade escolar se envolva e participe desse movimento, não sendo essa uma tarefa apenas da gestão escolar, mas de toda a comunidade. A esse respeito, Gadotti escreve que:

o projeto da escola não é responsabilidade apenas de sua direção. Ao contrário, numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da **competência** e da **liderança** de alguém capaz de executar um projeto coletivo. A escola, nesse caso, escolhe primeiro um projeto e depois essa pessoa que pode executá-lo. Assim realizada, a eleição de um diretor, de uma diretora, possibilita a escolha de um projeto político-pedagógico para a escola. Ao se eleger um diretor de escola o que se está elegendo é um projeto para a escola. Na escolha do diretor ou da diretora percebesse já o quanto o seu projeto é político.(GADOTTI,1994.S.P.)

Buscar a participação da comunidade é atribuir a ela o direito de opinar e fazer valer sua opinião, acatando-a e colocando em prática a vontade da maioria, e, assim, conduzir o pensamento da escola numa centralidade direcionada. Com essa ação, pretendemos, portanto, análise e mudanças no PPP, que atendam à busca por uma Educação Integral para seus alunos.

Todo o processo deverá ser coordenado pela equipe gestora da escola e o serviço de supervisão pedagógica, mas com efetiva participação dos professores, servidores administrativos e a comunidade escolar. Os encontros mensais deverão acontecer logo após os primeiros encontros descritos na primeira ação, que serão informativos, de maneira que as últimas reuniões já unam as duas primeiras ações num só objetivo, que é um PPP atualizado com o que foi discutido com todos os atores envolvidos no processo. Como o PPP é norteador do trabalho da escola em curto, médio e longo prazo, é nele que deve estar expresso e registrado todo o direcionamento do trabalho escolar, cabendo à equipe gestora, sempre que necessário, revisá-lo com a participação de todos, uma vez que é um elemento flexível.

3.2.1.3 Criação de grupos de trabalho responsáveis pela elaboração de projetos coletivos com vistas à integração da escola

Esta ação é uma continuação da ação anterior, pois o PPP é o primeiro projeto coletivo da escola. Com essa ação, a proposta é a unificação dos projetos escolares, juntando turno e contraturno, buscando uma integração entre as ações do tempo regular e tempo ampliado, evitando a desconexão, possibilitando que os professores estabeleçam parcerias com a finalidade de desenvolver projetos que possam ampliar a formação dos alunos.

Com a criação dos grupos de trabalho, formaremos equipes com responsáveis pela elaboração dos projetos interdisciplinares a serem executados e desenvolvidos na escola o ano todo, colocando em cada grupo tanto professores do ensino regular como professores que atuam com a Educação Integral em Tempo Integral. O foco da criação desses grupos está em promover a interação dos profissionais entre si, fazendo com que ocorra um engajamento da equipe em todas as ações, tornando o princípio do planejamento coletivo uma realidade dentro da escola. Sobre este planejamento, o documento orientador da Educação Integral e integrada diz o seguinte:

O planejamento coletivo é o momento de alinhamento entre as propostas de trabalho dos educadores com o Projeto Político Pedagógico das escolas e as demandas e oportunidades apresentadas pelos estudantes e pela comunidade escolar (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p.11)

Buscaremos através dessa ação incentivar a participação de todos os profissionais na elaboração dos projetos coletivos da escola, de modo a garantir um maior envolvimento de todos e uma interação entre os diversos setores da escola. Esses encontros serão realizados nas horas destinadas a atividades extra-classe do professor, com encontros mensais de 2 horas de duração. Utilizaremos a metodologia de encontros por áreas sempre com a coordenação da equipe gestora, de modo a materializar as propostas de projetos que forem sendo desenhadas.

3.2.1.4 Fortalecimento do protagonismo estudantil

Essa ação é uma proposta de fazer com que os interesses dos alunos sejam considerados na elaboração de qualquer projeto para a escola, em que serão ouvidos, garantindo a eles um espaço nas tomadas de decisão sobre assuntos pedagógicos, utilização de recursos financeiros e sobre a gestão da escola. Para que essa ação possa ser implementada com sucesso, iniciaremos com a reestruturação do grêmio estudantil, criação de clubes de leitura, grupo de teatro dentro da escola, incentivo à criação de grupos musicais e manutenção das equipes de esportes dentro da escola.

É preciso dar voz aos alunos, para que eles possam ser sujeitos ativos no processo de elaboração do planejamento escolar garantindo maior envolvimento e participação de todos. É necessário permitir aos estudantes que assumam o papel de protagonista de sua vida escolar, para que os mesmos possam assumir o seu papel de cidadão ativo na sociedade.

A ação visa ao fortalecimento desse órgão colegiado propondo maior protagonismo discente nas discussões e decisões das ações realizadas na escola. Esse fortalecimento do grêmio estudantil na escola busca ampliar a participação dos discentes dentro do planejamento das atividades pedagógicas para que se vejam como atores ativos e operantes, mantendo um diálogo com os demais estudantes para elaboração e realização das atividades que forem planejadas.

A criação dos clubes de leitura, grupo de teatros e equipes de esportes busca dar o direcionamento aos alunos para áreas de seu interesse, estimulando que cada um seja um participante ativo do processo em uma ou mais áreas de interesse. A proposta é que os encontros do grêmio tenham a participação da equipe gestora nas reuniões mensais, sendo aberta para qualquer professor que queira participar voluntariamente e para os membros do grêmio que foram eleitos. Os encontros deverão ser mensais, dentro do cronograma de reuniões que já são expressos na agenda escolar, sendo esses momentos destinados a ouvir os alunos para que possam expressar suas ideias sobre a construção de uma escola de seus interesses.

3.2.1.5 Utilizar instrumentos de controle de frequência por meio do registro diário da frequência e atividades desenvolvidas

Essa ação tem como propósito controlar a frequência dos alunos de forma a garantir que, quando necessário, a gestão da escola possa notificar os pais ou responsáveis sobre a infrequência do aluno, evitando dessa forma que ele deixe de frequentar as atividades sem uma justificativa. Entendendo que o sucesso das ações depende da presença do aluno na sala de aula, é necessário que a gestão tente ao máximo evitar que o aluno fique fora do ambiente escolar.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, uma das obrigações dos gestores do Ensino Fundamental é comunicar ao conselho tutelar a "reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares" (art. 56, II). A LDB diz que os estabelecimentos de ensino têm o dever de informar o pai e a mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência dos alunos (art.12, VII). A gestão deve, ainda, informar ao conselho tutelar e ao Ministério Público a lista dos nomes dos alunos que infringirem a lei.

É necessário que escola seja uma estimuladora do interesse do aluno, uma vez que se o aluno não estiver na sala de aula, fica impossibilitada de fazer interferências na formação dele. A esse respeito, o documento orientador diz:

Nesse sentido, a baixa participação dos alunos às atividades da educação integral é um desafio que merece atenção, pois num projeto de educação integral que objetiva a formação integral é fundamental a participação de todos os alunos, "ter o estudante no centro das ações educativas é condição primeira para o desenvolvimento da Educação Integral" (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p. 12).

É necessário que a escola esteja sempre encontrando meios para a motivação do aluno em participar das atividades, levando algo do interesse dele e que de forma eficiente contribua para sua formação cidadã. A ação aqui apresentada pretende fazer com que a equipe gestora ou serviço de supervisão pedagógica tenha acesso ao registro diário feito pelos professores, de modo fidedigno ao que ocorre na sala de aula.

3.2.1.6 Envolvimento das famílias com as atividades da escola, de modo a garantir o protagonismo familiar na escola

Envolver a família nas ações da escola é uma ação que procura destacar a importância da família na formação do aluno. A escola efetivamente deve procurar aliar-se à família para construir a evolução educacional de seus alunos, procurando conscientizar a família do seu papel a cumprir dentro da instituição escola.

Para que a escola avance em seus propósitos educacionais, é necessário que os pais e a escola tenham uma visão do papel importante que a formação desempenha na vida de cada um, e a escola tem como dever estabelecer essa parceria, deixando sempre claro que a família é o palco principal onde o trabalho da escola irá se materializar, evidenciando, assim a importância da atuação da família na formação dos filhos. Necessário se faz que pais e escola deem as mãos e formem uma grande corrente para alcançar êxito nas ações de formação de estudantes. Sobre isso, Almeida afirma que:

A participação dos pais na vida escolar de seus filhos é condição indispensável para que a criança se sinta amada e motivada a obter avanços em sua aprendizagem. Sendo assim a família e a escola precisam ser parceiras para que os alunos possam realmente ter um maior aproveitamento na aprendizagem, não basta apenas a escola se preocupar na aprendizagem, e os pais não se preocuparem. Segundo as autoras Rocha & Machado (2002, p.18), o envolvimento familiar traz também benefícios aos professores que, regra geral, sentem que o seu trabalho é apreciado pelos pais e se esforçam para que o grau de satisfação dos pais seja grande (ALMEIDA et al., 2015, s/p)

Por essa afirmação, percebemos que o envolvimento familiar favorece, ainda, a atuação dos professores, que se sentem mais motivados quando os pais participam da vida escolar de seus alunos.

Para o desenvolvimento dessa ação, será responsável a equipe gestora, professores e demais servidores da escola. Ela acontecerá nas reuniões bimestrais de entrega de resultados, nas assembleias de planejamento da escola e anual de prestação de contas da gestão, nas apresentações teatrais e artísticas da escola, festa junina, jogos esportivos, palestras e viagens, sendo um momento de encontro de escola e família na busca da construção de laços de afetividade entre pais e professores, na busca de uma ressignificação da atuação da escola.

3.2.2 A utilização do tempo e espaço na Educação Integral: a práxis pedagógica

Vivendo em plena era da inovação tecnológica, é necessário que a práxis pedagógica das escolas seja repensada e que espaços que jamais se achou adequados a proporcionar uma formação ao aluno sejam alvos. Tendo em vista a transformação da sociedade moderna, é impossível pensar em uma prática pedagógica ultrapassada, pois as informações chegam a um clique, sendo necessário que a escola utilize isso a favor da garantia de levar ao aluno uma formação que seja capaz de prepará-lo para o pleno exercício da cidadania.

3.2.2.1 Planejamento de atividades diferenciadas para todas as áreas do conhecimento

A evolução da sociedade é algo inegável e refletida muitas vezes dentro da escola, que ainda insiste em utilizar a mesma metodologia há décadas. É necessário que a instituição passe a utilizar novas metodologias que possibilitarão um maior envolvimento dos alunos em suas atividades propostas. As atividades diferenciadas devem ter como foco a centralidade no aluno e em sua linha de interesse. A inovação e a apresentação exigem do professor o exercício de novas habilidades, sendo necessário que o ele exercite com muita intensidade a atividade de planejamento.

A proposta de ação visa organizar momentos com os professores de cada componente curricular para planejar ações que possam ser realizadas em sala de aula, nos espaços existentes na escola ou em espaços da comunidade para atividades que enriqueçam o currículo e proporcionem momentos para socialização, cooperação e solidariedade. Esses valores são necessários no desenvolvimento pleno de todo cidadão.

Pensando no alcance de resultados, se faz necessário que a escola reorganize suas atividades e procure novas práticas, de modo a buscar uma efetiva participação dos alunos no que foi pensado para eles, garantindo-lhes uma inserção num mundo cada vez exigente por novos saberes e novas práticas. Seguindo essa linha de raciocínio, Guarará defende a necessidade de inovar a ação educativa de modo que a escola prepare o cidadão para o mundo:

Repensar suas práticas e procedimentos, a construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas e significados multirreferenciados, inter-relacionais e contextualizados, nos quais a ação educativa tenha como meta tentar compreender e modificar situações concretas do mundo (GUARÁ, 2009, p.38).

Essa ação foi pensada para ser o meio de auxiliar o professor a inovar sua forma de trabalhar, trazendo aos alunos atividades que saem da monotonia do dia a dia e possibilitando abrir novos caminhos para aprendizagem com a utilização de recursos tecnológicos, jogos, experimentos, entre outras possibilidades. Para tanto, será responsável pela execução da ação a equipe gestora e o serviço de supervisão pedagógica. Acontecerá nas horas destinadas ao planejamento dos professores, uma vez que hoje todos os professores da rede pública estadual de Minas Gerais já têm incluído em sua carga horária de trabalho 1/3 das horas semanais destinadas a estudo e planejamento, que precisam ser realizados semanalmente.

3.2.2.2 Estabelecimento de parcerias com empresas privadas, entidades públicas e filantrópicas, prefeitura, igrejas, clubes de serviços e ONGs

Nas análises dos dados a respeito da falta de atividades diferenciadas na escola em Tempo Integral, que foi alvo deste estudo, percebemos que poucas delas são realizadas em outros espaços que não sejam a sala de aula. Percebemos, ainda, que o professor não tem utilizado nem mesmo os espaços existentes dentro da escola e nem tem uma percepção de que outros espaços são tão ou até mais importante para a formação do aluno.

Como sugestão de ação para ampliar essas perspectivas de atividades diferenciadas que enriqueçam o currículo escolar, propomos uma parceria inter-setorial para uso de espaços como praça, fundações, estádio de futebol, museus e cidades históricas como opções de espaços educativos, estabelecendo, assim, uma parceria com a cidade. Para que espaços diferentes sejam utilizados, é necessário que sejam estabelecidas parcerias com os órgãos responsáveis por estes espaços.

A fim de que o espaço de observação dentro de uma empresa seja criado, é necessário que se estabeleça uma parceria com essas empresas. Na comunidade, existem duas: uma de produção de alimentos e outra de produção de alimentação

para animais. Em uma delas há processos de tratamento de esgoto e de água, que poderão ser utilizados para o processo de formação dos alunos.

A prefeitura é a responsável pela gestão da praça do distrito, do ginásio poliesportivo e do Programa de Saúde da Família, três espaços que, se estabelecida a parceria, poderão ser utilizados para desenvolvimento de atividades recreativas, esportivas e de cuidados com a saúde, principalmente a saúde bucal dos alunos. Esses três espaços estão localizados a aproximadamente 100 metros da escola.

Existem ainda, na comunidade um salão comunitário – que é da associação comunitária do distrito, sendo espaço excelente para o desenvolvimento de atividades como teatro, dança, karatê –, um estádio de futebol que está localizado a mais ou menos 200 metros da escola – sob a direção da Associação Recreativa Quintinense. Em cidades vizinhas existem clubes, ONGs ambientais etc. Diante do exposto, advém a necessidade das parcerias com essas empresas públicas ou privadas, associações, ONGs, de forma a garantir a ampliação do espaço disponível para o desenvolvimento das ações do programa de Educação Integral em Tempo Integral.

Será responsável por essa ação a equipe gestora da escola. No início do ano, irão procurar a prefeitura, ONGs e clubes de serviços para firmar as parcerias, em encontros previamente marcados com cada instituição.

3.2.2.3 Estudo do entorno da escola para determinação de espaços a serem utilizados

Para essa ação, é necessário que a equipe gestora e os professores façam um mapeamento dos possíveis espaços e as possibilidades de uso como espaços educativos no início do ano letivo, durante o período dos dias escolares, que já vem determinado na resolução do calendário escolar para cada ano. Após o mapeamento e tomadas as providências necessárias em relação à consulta com os responsáveis por esses espaços e (sobre se estarão dispostos a firmar parcerias sem fins lucrativos para uso organizado e planejado desses espaços), a equipe gestora deverá orientar os professores nos momentos de planejamento a pensarem suas atividades tendo em vista a disponibilidade desses espaços.

Utilizar a cidade como lugar de formação é uma opção para resolver o problema da falta de espaço para o desenvolvimento de atividades, além, é claro, de

possibilitar um encontro direto entre o que a escola ensina e o que a cidade necessita que o aluno aprenda. Segundo Moll, utilizar a cidade é realizar um diálogo entre o conteúdo ensinado na escola e os espaços da cidade, é preparar o aluno para uma vida em sociedade:

Pode ser a cidade em suas múltiplas possibilidades e se a forma pode ser definida pela ampliação da jornada na perspectiva do tempo integral, é desejável que seus conteúdos dialoguem organicamente com temas que falem do que é estrutural para a vida em uma sociedade que se pretende afirmar como republicana e democrática (MOLL, 2008, p.14).

Utilizar a cidade para a formação do aluno é colocar a formação escolar em contato direto com os fins para o quais ela foi criada: preparar o aluno para a vida. Para desenvolver essa ação de mapeamento, a equipe gestora será a responsável, e isso deverá ser realizado em janeiro, quando a equipe estará na escola.

3.2.2.4 Reorganização dos espaços existentes dentro da escola como biblioteca, laboratório de informática, quadro de esportes e pátio da escola

A implantação de uma escola integral de Tempo Integral requer da escola uma nova organização temporal e espacial de modo a possibilitar uma otimização da utilização desses elementos dentro da organização. Os espaços dentro dessa nova organização escolar terão uma importância maior dentro do planejamento escolar e deixarão de ser subutilizados, sendo as potencialidades de cada espaço utilizadas de forma a permitir que o aluno tenha acesso a uma formação diferenciada.

A biblioteca, a quadra de esportes, o refeitório, o laboratório de informática serão palcos para muitas atividades de formação como leitura, práticas esportivas, formação de hábitos e aquisição de conhecimentos tão exigidos pela sociedade moderna, como o domínio do uso da informática. As utilizações desses espaços dependem, no entanto, de uma reorganização, uma vez que deixam de ser elementos secundários na estrutura escolar e assumem o papel de palco principal para que a formação aconteça.

Quando pensamos em atividades diferenciadas, necessário se faz que repensemos como esses espaços possam estar organizados de forma a atender com eficiência as necessidades de professores e alunos para essa nova proposta.

Para essa ação, todos os servidores da escola serão responsabilizados: a equipe gestora irá organizar no início do ano letivo, em parceria com os Auxiliares de Serviços da Educação (ASBs), vice-diretor e secretário. No decorrer do ano, os professores e demais servidores serão responsáveis em deixar tudo em ordem, para que se possa garantir seu amplo funcionamento.

3.2.3 O planejamento pedagógico e a transformação da rotina escolar

O planejamento é um meio para se programarem as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Segundo Saviani:

A palavra reflexão vem do verbo latino „refectire“ que significa „voltar atrás“. É, pois um (re) pensar, ou seja, um pensamento em segundo grau. (...) Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E isto é filosofar . (SAVIANI, 1997, p. 23).

É através do planejamento que o professor faz uma reflexão sobre o que será ensinado na sala de aula e como esse ensinamento será executado. Na realidade, o planejamento de ensino é bem mais que um roteiro organizado de unidades didáticas para um ano ou semestre. O planejamento significa a tomada de decisão do professor ou equipe de professores sobre o que será ensinado e como será o processo para que a aprendizagem aconteça, de modo que o aluno possa apropriar-se daquilo que será ensinado.

Na verdade, no ato de planejar o mais importante não é o conteúdo, mas a metodologia que será utilizada para o alcance dos objetivos, e, finalmente a avaliação, que será utilizada como forma de comprovar se realmente houve aprendizagem. Tais elementos visam a assegurar a racionalização, a organização e a coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina. Sobre esses elementos materializam-se os referenciais político-pedagógico da prática pedagógica dos professores. Na realidade, o ato de planejar é a ferramenta mais importante que o professor tem à sua disposição para transformar a rotina da sala de aula e fazer com que a aprendizagem realmente aconteça.

3.2.3.1 Garantir o acompanhamento do desenvolvimento do planejamento na sala de aula

Quando analisamos as respostas dos professores, foi possível detectar que o planejamento está acontecendo de forma individual, desconectados um do outro e do interesse dos alunos, ficando evidenciado que o planejamento coletivo não é uma prática. Para a execução dessa proposta, necessitamos inicialmente criar um espaço coletivo de planejamento, possibilitando aos professores um momento de troca de opiniões, de discussão sobre o desenvolvimento da turma, de forma a se buscarem alternativas que possibilitem melhorar o envolvimento dos alunos com a ação do professor.

A proposta visa um acompanhamento do ato de planejar com apoio da equipe gestora da escola e, em seguida, o acompanhamento da execução desse plano na sala de aula, acompanhando e auxiliando o professor nas atividades com os alunos, sendo o serviço de supervisão o setor responsabilizado por esse acompanhamento. Farão parte desse acompanhamento as visitas às salas de aula, seguindo uma agenda discutida e elaborada junto com os professores. Isso deverá ocorrer semanalmente, de modo que o professor sempre deverá estar em sintonia com o planejamento.

A discussão dessa agenda com a determinação dos dias de visita à sala irá acontecer nos dias escolares de fevereiro de cada ano destinados ao planejamento anual, e, semanalmente, nas visitas às turmas. Os profissionais responsáveis por essa visita serão equipe gestora, o profissional da supervisão pedagógica e professor eventual.

3.2.3.2 Inovação curricular como forma de garantir a participação e atrair o interesse dos alunos

Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber que o currículo da escola pesquisada se encontra estático e sem inovação, tendo ocorrido poucas mudanças na proposta curricular desde que o projeto foi iniciado na escola até os dias atuais. Numa perspectiva mais tradicional, segundo o documento orientador de Minas Gerais de 2017, a palavra currículo já teve diferentes significados, significando a lista dos conteúdos a serem ensinados. Mas nos dias atuais o

currículo não é algo pronto, mas está sempre em construção, e essa deveria ser a concepção a ser seguida pelas escolas, devendo sempre ser construído com a participação da comunidade escolar. Principalmente, buscando ser aquele que pode ser praticado por todos os atores envolvidos no ato educacional.

Segundo o documento orientador de Minas Gerais de 2017, a Educação Integral é:

Um processo educativo que parte do reconhecimento do estudante como sujeito sociocultural e da necessidade de a prática educativa dialogar com a realidade e com os saberes presentes nos territórios, entendidos como “territórios educativos”. Nessa visão a escola passa a dialogar com o bairro, com a cidade, formando uma rede educativa. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, p.9)

Para que o diálogo entre a prática educativa e a realidade aconteça, é necessário que seja repensada a forma de organização curricular, buscando trazer para dentro da escola oficinas que lidam mais com o dia a dia do aluno em seu habitat natural, como forma de valorizar seus conhecimentos prévios, fazendo dele sujeito ativo no processo de ensino. Assim, quando propomos a integração curricular, estamos propondo a alteração do que realmente acontece no dia a dia da sala de aula, e que a escola e o professor estejam realmente caminhando para formar plenamente o indivíduo. Não podem estar preocupados somente em preparar o estudante para as provas da escola, mas realmente para viver na sua comunidade como um ator de transformação social, que é capaz de transformar sua vida e a de sua comunidade. Esse preceito está expresso no documento orientador da seguinte forma:

Nesse sentido, o currículo construído em todas as suas dimensões e ações deve ser elaborado de forma a garantir a flexibilização, o protagonismo juvenil, o desenvolvimento dos estudantes, por meio de ações e atividades que contemplem a abordagem de conhecimentos, as experiências e atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando reflexão crítica e autonomia. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017, P.10)

É necessário que a escola possibilite ao aluno desenvolver suas possibilidades com um currículo que lhe proporcione o desenvolvimento de habilidades. Segundo o próprio documento, é preciso que a escola saia do lugar de transmissora de informações e assuma o papel de formadora de sujeito cultural. A

escolha das oficinas a serem desenvolvidas pela escola deve ser feita de acordo com a legislação vigente, expressa em decretos ou documento orientador, dando à escola opção de escolher dentro de suas peculiaridades a que mais convier ao interesse dos alunos, e aquela que na visão da comunidade escolar esteja mais adequada à realidade da escola.

3.2.3.3 Possibilitar ao aluno ter aulas em outros espaços como clubes, praças, museus, cidades históricas e outros espaços da cidade

O decreto nº 47227 de 2 de agosto de 2017, do governo de Minas Gerais, em seu artigo terceiro, inciso IV, aponta que um dos objetivos da Educação Integral é incluir os campos das artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional e o cultivo das relações entre professores, alunos e suas comunidades. Mais adiante no texto do decreto, o inciso XI aponta para o objetivo da promoção da sensibilidade, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira.

O decreto ainda aponta como uma das estratégias para a afirmação da Educação Integral e Integrada em Minas Gerais a necessidade da constituição de territórios educativos, por meio da integração dos espaços e tempos da comunidade, indicando a necessidade da organização escolar promover meios para que esses alunos tenham acesso a outros tipos de espaços educativos, com a finalidade de ampliar o universo cultural e social deles.

Colocar o aluno em contato com espaços culturais é um dos obstáculos a serem superados pela escola, sendo necessária a organização de visitas a espaços como museus, cinemas, teatros, de modo a permitir que esse aluno tenha acesso a vasta gama de conhecimentos, o que esses espaços trazem dentro de sua própria constituição. Para que a escola possa desenvolver de forma adequada sua função dentro da Educação Integral, será necessário lançar mão de parcerias, para que essas aulas aconteçam em espaços que não sejam a sala de aula.

Para execução dessa ação, a escola, além do planejamento escolar que já é feito, ainda necessitará organizar um planejamento econômico, através das parcerias, com entidades, para complementação de recursos necessários à execução da proposta para a realização de viagens com visitas planejadas a museus, cidades históricas, monumentos, clubes, teatros, entre outros. Essa

atuação deve ser planejada com a participação de toda a comunidade escolar e será organizada durante as reuniões e encontros bimestrais realizados com os pais, uma vez que esses encontros já acontecem a cada 2 meses na escola. Serão responsáveis pelo desenvolvimento dessa ação professores e equipe gestora, tendo como objetivos, além de garantir que o aluno possa ter acesso a uma formação diferenciada em outros espaços educativos, alterar a rotina da escola com a realização de viagens planejadas a espaços de formação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como meta analisar o processo de implementação do Projeto Escola Integral de Tempo Integral na EEAA, localizada no Distrito de Quintinos, município de Carmo do Paranaíba, Minas Gerais, e os possíveis desafios nesse processo. Para que esse objetivo fosse alcançado, primeiramente foi feita uma descrição de como se deu a implantação na escola, iniciada em 2008, seguindo as orientações da SEE de Minas Gerais, esclarecendo como se deu o processo e quais eram suas intencionalidades. Nessa descrição, incluímos o número de alunos atendidos, quantidade de professores envolvidos e a atuação do gestor escolar para que esse processo acontecesse.

Dando sequência ao estudo, procuramos fazer um resgate da história da Educação Integral no país, partindo da década de 30, com um dos expoentes do pensamento no país Anísio Teixeira, percorrendo toda a trajetória histórica pela qual passou a Escola de tempo Integral no país. Assim, foi construída uma linha do tempo da Educação Integral e apresentadas as lutas de estudiosos na batalha pela construção de educação de qualidade para nossas crianças, adolescentes e jovens.

Este estudo foi organizado em três eixos que contemplavam a linha de pensamento da pesquisa, sendo esse primeiro eixo a relação entre o direito social à educação e à Educação Integral e a garantia de direitos, vendo nessa ampliação de tempo de permanência do aluno na escola um garantidor do preceito constitucional de garantir a todos os cidadãos o acesso a uma educação de qualidade. O segundo eixo está ligado à realização do processo no interior da escola, ou seja, ele é uma reflexão sobre o dia a dia no interior da instituição, evidenciando-se a utilização do tempo e espaço na Educação Integral, elencando nesse eixo a situação da realidade do processo dentro da escola, a utilização dos espaços existentes e as iniciativas para o melhor aproveitamento desses espaços. No terceiro eixo, procuramos mostrar a atuação dos profissionais no desenvolvimento dessa ação, destacando o planejamento pedagógico e apostando nele como uma ferramenta de transformação da rotina escolar. Buscamos, com isso, melhorar a prática pedagógica do cotidiano da escola na construção de um elo de ligação entre profissionais, aluno e comunidade escolar, a fim de se construir a qualidade educacional tão almejada.

O referencial teórico utilizado para a realização desse trabalho se tornou uma fonte inesgotável de informação, em que vários expoentes do cenário nacional,

como Jaqueline Moll, Miguel Arroyo e outros, foram utilizados como uma fonte de conhecimentos sobre a Educação Integral. Partimos da implantação CECR até os novos programas com abrangência nacional, como o Novo Mais Educação, que o principal programa de fomento às ações de Educação Integral em nosso país na atualidade.

Ainda durante a realização dos estudos, foi possível observar os avanços já ocorridos em muitas cidades de nosso país, mostrando a necessidade do interesse público pela promoção do desenvolvimento da educação. Além disso, destacamos que já existem muito gestores públicos que estão imbuídos do desejo de se construir uma educação de qualidade, e que é necessário superar as barreiras da escola de turno, nos espelhando em tantas realidades bem sucedidas. A escola de dia inteiro tem colaborado muito para a construção de uma educação de qualidade e com equidade.

A ida a campo com a aplicação dos questionários aos alunos, as entrevista com os professores regentes e com o professor coordenador foi o diferencial da pesquisa, pois através da participação desses atores foi possível entender de fato como o processo vinha se desencadeando dentro da escola, como essa proposta estava de fato estruturada, qual era o nível de envolvimento de cada um dos participantes e quais eram os pontos fortes e fracos da proposta. O campo nos permitiu, também, ir construindo, palavra a palavra, quais eram as principais dificuldades enfrentadas na implementação desse projeto dentro da escola, abandonado por muitos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, impossibilitando que escola fizesse a intervenção adequada em suas vidas. Desafios foram sendo encontrados ao longo das análises, tais como falta de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades, falta de atividades diferenciadas, repetição das atividades do turno que massacravam a participação dos alunos, e falta de um planejamento satisfatório aliado a uma prática pedagógica repetitiva e tradicional, além de a participação do aluno ser, por vezes, inviabilizada pela família.

Outro aspecto importante observado foi a ausência da família e sua falta de apoio para as ações de Educação Integral. Fatos como a utilização dos filhos nos afazeres domésticos foram mostrando que a família, que deveria ser o principal parceiro, tem se transformado em um rival, pois não tem dimensão da necessidade que o aluno tem de uma formação ampla em benefício da construção de um cidadão autônomo e consciente de seus direitos e deveres.

No lançamento de um olhar crítico ao que foi proposto neste trabalho, percebemos que muitas mudanças serão necessárias para que de fato possamos evoluir em qualidade e justiça social dentro do campo educacional, que será preciso agir para que essa transformação aconteça e que para trilhar no caminho do sucesso muitas batalhas deverão ser travadas para que possamos modificar a ação e a atitude de muitos. Alguns agem de acordo com que foram preparados, tendo dificuldades em aceitar as mudanças necessárias para a construção de um novo futuro para a educação das nossas crianças, adolescentes e jovens, que tanto necessitam de um novo alinhamento metodológico para que a escola faça a diferença em suas vidas, sendo a educação precursora de uma nova formação.

Entendemos durante esse processo de produção da pesquisa que a transformação da escola tem um vasto caminho a ser construído, com destaque para a necessidade de que novos olhares gestores sejam levantados em defesa da qualidade, da equidade, que sejam construídos de afeto e carinho aos mais indefesos, e de que o docentes passem a ver com o coração o clamor da criança por uma condução segura que a leve a uma libertação, tirando-a da linha da miséria intelectual e cultural. Precisamos de professores que estejam dispostos a caminhar pelas trilhas da preparação para o exercício da profissão docente com segurança e respeito pelo próximo, procurando sempre fazer o melhor de si para o outro, buscando a efetiva construção de um mundo melhor.

Ainda, foi possível perceber que a formação inicial dos professores necessita ser revista, e que esteja incluída em suas bases de formação uma boa preparação para que os futuros profissionais da educação cheguem à escola mais bem preparados para a docência, a qual, se não é a mais importante, é uma das mais importantes para a humanidade. A sociedade precisa de melhores profissionais, cada vez mais à medida que o tempo vai passando, pois cada dia temos mais famílias mal preparadas, construídas sem uma boa estrutura, seja ela de que tipo for, sendo mais urgente a atuação da escola na formação de profissionais para o futuro, de pais e mães de família.

Na elaboração do PAE, procuramos identificar a falhas apontadas no processo e propor ações que possam pelos menos amenizá-las. Pudemos perceber, assim, que existe um caminho que, se percorrido até o fim com garra e determinação, trará dias melhores. Podemos, então, vislumbrar resultados exitosos,

com os primeiros passos rumo à construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais humana.

A realização desta pesquisa nos proporcionou um encontro de fato com a gestão da escola, priorizando o olhar como pesquisador. Isso nos deu a oportunidade de avaliar de fato como estava a atuação dos profissionais, como era o sentimento dos atores envolvidos com a instituição e como verdadeiramente era a atuação de cada um. Esse movimento nos possibilitou a realização de uma avaliação da gestão, quais eram seus erros e quais eram seus acertos, o que vinha dando certo e o que precisava ser repensado pela gestão.

O olhar de fora, o olhar de agente de pesquisa, nos possibilitou construir um sentimento de que fazer a gestão da escola é bem mais do que garantir o funcionamento, mas fazer gestão é acima de tudo possibilitar aos outros que se desenvolvam dentro dessa instituição, permitindo quebra de barreiras que impedem o sucesso de todos, buscando de forma eficiente o desenvolvimento da equipe rumo a ações de sucesso, e percebendo que, no caso da escola, o sucesso é um bem coletivo, e que o fracasso também o é.

Realizar a pesquisa nos proporcionou um encontro com a realidade vivida no dia a dia da escola. Foi um momento em que nos transportamos do papel de locutor e nos posicionamos como ouvintes, procurando encontrar em cada palavra o seu verdadeiro sentido, com todos e seus sons e sentimentos, nos ajudando a reconstruir o nosso próprio olhar para a construção de uma nova instituição e de um novo espaço.

Esperar que a educação nacional passe por uma revolução é uma necessidade, pois acreditar na educação como ferramenta de transformação social foi o que me fez professor. Sendo fruto de uma sociedade desigual, nasci no seio de uma família de analfabetos e sem perspectiva de futuro, mas o sonho de meus pais me colocou em marcha para que eu pudesse, hoje, sonhar como uma educação transformadora e libertadora, que salva o homem da ignorância, transforma seu futuro e constrói a liberdade de seus sonhos.

Recomendações para trabalhos futuros

Este trabalho investigou os desafios da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, por se tratar de uma nova tendência da educação nacional, e que aparece como uma das vias de soluções dos problemas da educação em nosso país.

Inspirado no ideário de Anísio Teixeira, este estudo apontou algumas vertentes da proposta de Educação Integral em tempo integral nas escolas nacionais, de maneira mais evidente nas escolas da rede pública estadual de Minas gerais, que hoje funciona com um modelo fragmentado, não sendo muito comuns no estado escolas de tempo integral, mas ocorrendo na maioria dos casos escolas com turmas de tempo integral.

No entanto, não fez parte do escopo de pesquisa abordar quais são os aspectos diferenciadores entre uma escola de Educação Integral em tempo integral e uma escola com turmas de Educação Integral em tempo integral. Nossa pesquisa aponta para a visão de muitos professores que o ideal de Educação Integral em tempo integral seria ter uma escola toda nessa modalidade, não turmas de tempo integral dentro de uma escola de turnos.

Este estudo sobre os aspectos que diferem uma Escola Integral de tempo integral e uma escola de turnos com turmas de tempo integral é uma proposta a ser realizada inspirada em outros modelos em execução no país, como no Tocantins, no Amazonas e em muitas cidades brasileiras que já adotam essa prática como sendo mais eficaz do ponto de vista pedagógico e também do ponto de vista de gestão escolar.

Na experiência de Apucarana, no Paraná, é apontada a necessidade de um envolvimento de toda a sociedade civil e do poder público nas ações educacionais, tendo como foco central o envolvimento de todos os seguimentos da sociedade com a área educacional, construindo dessa forma uma cidade educadora, em que todos os munícipes são envolvidos no ato de educar, com a finalidade de construir uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. M. S. de; et al. **Influência da família no processo ensino aprendizagem**. Website. 2015. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Influ%C3%Aancia-da-Fam%C3%ADlia-no-Processo-de-Ensino-Aprendizagem-.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- ANTUNES, Angela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã, Educação Integral**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. 67 p. (Acervo Paulo Freire). Disponível em: <file:///D:/DADOS/Desktop/FPF_PTPF_12_075.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.
- ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline et. al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, p. 33-45, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jan. 2010a. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/altimarpimentel/decreto-n-7083-2010>>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 out. 2016.
- BRASIL. Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual da Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Integral, no Exercício de 2010**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Ministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação**

integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.144, de 11 de outubro de 2016. **Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.** Diário Oficial da União, Brasília, n.196, seção 1, 11 out. 2016. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 5, de 25 de outubro de 2016. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico, em conformidade com o Programa Novo Mais Educação.** Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 2016. Disponível em: < https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000005&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral.** Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15842-manual-operacional-de-educacao-integral-2014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2013:** resumo técnico. Brasília: O Instituto, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação Integral:** uma nova identidade para a escola Brasileira? Campinas: Educação e Sociedade, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paideia**, v.20, n.46, mai-ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

DEMO, Pedro. **Escola de Tempo Integral.** UnB, 2007. Seminário: O direito à Educação Integral: rupturas e resistências. Disponível em: <<http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/ESCOLA-DE-TEMPO-INTEGRAL.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. A trajetória da escola em tempo integral no Brasil: revisão histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. **Anais eletrônicos do 5º Congresso Brasileiro de História da Educação**. Disponível em:

<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/840.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE). **Projeto Escola de Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2009.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE). **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2013.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE). Resolução nº 416, de 04 de junho de 2003. **Institui na rede pública de Ensino de Minas Gerais o Projeto “Escola Viva, Comunidade ativa” de apoio às escolas em área de risco social**. Belo Horizonte, 04 jun. 2003.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE). Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências**. Belo Horizonte, 26 out. 2012. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE). Resolução nº 2.749, de 01 de abril de 2015. **Dispõe sobre o funcionamento e a operacionalização das ações de Educação Integral nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2749-15-r.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE). Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Educação Integral e Integrada** – Documento Orientador Versão 3. Belo Horizonte, 15 fev. 2017.

Disponível em:

<<http://srejanauba.educacao.mg.gov.br/images/stories/formularios/documento-orientador-iii-15-02.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. O PPP da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania: O PPP da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: **Conferência Nacional de Educação para Todos**, 01, 1994, Brasília. Brasília: Cortez, 1994. p. 01 - 06.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec**, n.º 2, 2006. Disponível em: <

<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/136/168>>
. Acesso em: 03 jan. 2018.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. Brasília: **Em Aberto**, v.22, n.80, p.65-81, abr. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

MEIRELES, Manuel. **Ferramentas administrativas**: planilha 5W2H. p.160-177. Disponível em: <http://www.comunicacaoetendencias.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Planilha_5w2h.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MINASI, Luís Fernando. A educação integral ou a escola de tempo integral. **Blog Tia Beatriz**. 2014. Disponível em: <<http://professoramariabeatriz.blogspot.com/2014/08/a-educacao-integral-ou-escola-de-tempo.html>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, Histórias de escola** - Elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLL, Jaqueline. Org. **Ciclos na escola, tempos na vida, Criando Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOLL, Jaqueline. Conceitos e pressupostos: o que queremos dizer quando falamos de educação integral? Educação integral na perspectiva da reinvenção da escola: elementos para o debate brasileiro. **Salto para o Futuro**. Ano XVIII, Boletim. 13 ago. 2008, p. 11-16.

MOLL, Jaqueline. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil** – direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PEGORER, Valter Aparecido. **Educação Integral**: um sonho possível de realização necessária. São Paulo: Texto Novo, 2014.

PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **Filosofia da escola nova**: do ato político ao ato pedagógico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

PIO, Paulo Martins; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi. Práxis e Prática Educativa em Paulo Freire: **Reflexões para a formação e a docência**. 2014. 06 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado Acadêmico, Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Cap. 0. Disponível em:

<<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/PR%C3%81XIS%20E%20PR%C3%81TICA%20EDUCATIVA%20EM%20PAULO%20FREIRE%20REFLEX%C3%95ES%20PARA%20A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20E%20A%20DOC%C3%8ANCIA.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA. Lei Municipal nº 2.325, de 29 de maio de 2015. Plano Municipal de Educação de Carmo do Paranaíba 2014-2024. **Diário Oficial do Município de Carmo do Paranaíba**, Carmo do Paranaíba, 29 mai. 2015.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. A propósito da "Escola Única". **Revista do Ensino**. Salvador, v.1, n.3, 1924. Disponível em: < <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/proesc.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

TEIXEIRA, Anísio. Porque "Escola Nova". **Boletim da Associação Bahiana de Educação**. Salvador, n.1, 1930, p.2-30. Disponível em: < <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/nova.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959, p.78-84. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/cecr.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. Educação Integral nas diretrizes curriculares nacionais e a exigência de um novo ordenamento curricular. **Revista Trajetória Multicursos**. Porto Alegre, v. especial, ano 3, nº 7, 2012.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista semiestruturada para o professor coordenador

Dados gerais do entrevistado	Nome:
	Formação:
	Experiência na educação pública:
	Há quanto tempo atua como professor coordenador?
Eixo I – A Educação Integral como forma de garantia de direitos.	Me fale um pouco da sua visão de Educação Integral em Tempo Integral?
	Para você, quais são os objetivos da Educação Integral?
	Na sua avaliação, quais são os pontos fortes da Educação Integral? E os pontos fracos, em geral?
	Qual é a sua percepção sobre Tempo Integral na EEAA?
	Como você avalia o desenvolvimento dos alunos participantes da Educação Integral em relação à aprendizagem nessa escola? O desempenho deles tem melhorado? A Educação Integral tem contribuído para a melhoria na qualidade de vida dos alunos que participam efetivamente? Em quais sentidos?
Eixo 2 – A utilização do tempo e do espaço na Educação Integral.	Onde acontece a maioria das aulas dos professores?
	Como os espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das ações de Educação em Tempo Integral?
	São realizadas atividades com alunos fora do ambiente escolar? Se sim, como essas atividades são planejadas? Quem participa desse planejamento?
	Acontece algum tipo de atividade diferenciada, que é capaz de interferir na formação cidadã do aluno participante? Qual?
	Como é a organização das salas de aulas para o desenvolvimento das atividades?
	Em sua opinião, por que os alunos dos anos finais abandonam o projeto ?
	Você vê alguma diferença entre o trabalho dos professores dos anos iniciais e dos anos finais? Se sim, quais?
Eixo III – O planejamento pedagógico e a transformação da	Como é realizado o planejamento das atividades da Educação em Tempo Integral?
	Os alunos participam das atividades propostas por todos os professores?

rotina escolar.	Você faz alguma avaliação da participação dos alunos?
	Na sua visão de professor coordenador, em relação às aulas diferenciadas, como deveriam acontecer?
	Como é sua participação no planejamento das atividades da Educação Integral na Escola?
	Os conteúdos da Educação Integral são trabalhados de forma diferenciada dos conteúdos do turno regular do aluno?
	Os professores estão sempre dispostos a realizar atividades diferenciadas e em outros espaços?
	As aulas que acontecem fora do espaço escolar têm um planejamento especial? Como?
	Se você fosse consultado a respeito de sugestões para a melhoria do projeto de escolas de Tempo Integral, quais seriam as mais importantes?
	Com relação ao abandono dos alunos, que fatores você elencaria como causas?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista para professores da escola

Dados gerais do entrevistado	Nome:
	Formação:
	Experiência na educação pública:
	Há quanto tempo atua como professor de Educação Integral e com qual disciplina você trabalha?
Eixo I - A relação entre o direito social à educação e a Educação Integral como forma de garantia de direitos.	O que você entende por Educação Integral em Tempo Integral?
	Pra você, quais são os objetivos da Educação Integral?
	Na sua avaliação, quais são os pontos fortes da Educação Integral? E os fracos?
	Qual é a sua percepção sobre os objetivos do Tempo Integral na EEAA?
	Quais são suas expectativas em relação à melhoria da aprendizagem dos alunos?
Eixo 2 - A utilização do tempo e do espaço na Educação Integral: A práxis pedagógica.	Como os espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das ações de Educação em Tempo Integral?
	Você já realizou alguma atividade com alunos fora do ambiente escolar?
	Como essas atividades são planejadas? Quem participa desse planejamento?
	Você poderia descrever alguma atividade que realizou com os alunos pela qual eles se interessaram mais?
	Como é a organização das salas de aula para o desenvolvimento das atividades?
	Em sua opinião, por que os alunos dos anos finais abandonam o projeto e os dos anos iniciais, não?
	Como entram os alunos na questão da escolha do que vai ser trabalhado na sala de aula? Você vê alguma margem para a participação deles?
Eixo III - O planejamento pedagógico e a	Como é realizado o planejamento das atividades da Educação em Tempo Integral?
	No geral, você acha que os alunos gostam das atividades propostas por você? Eles se empenham em realizá-las?

transformação o da rotina escolar e participação da comunidade.	Você faz algum acompanhamento dos alunos em relação ao que você trabalhou? Se sim, como? Onde isso fica registrado?
	Em sua opinião, quais as maiores diferenças entre as aulas dadas no turno regular e no contraturno?
	A Educação Integral trabalha os mesmos conteúdos curriculares do turno regular do aluno?
	Como é a atitude dos professores frente às atividades diferenciadas em outros espaços?
	As aulas que acontecem fora do espaço escolar têm um planejamento especial? Como?
	Você já participou de capacitações que tratam da prática pedagógica na Educação Integral? Quantas? O que é discutido nessas formações?
	Se você fosse consultado a respeito de sugestões para a melhoria do projeto de escolas de Tempo Integral, quais seriam as mais importantes?
	Com relação ao abandono dos alunos, que fatores você elencaria como causas?

APÊNDICE C

Questionário para os alunos

Este questionário será aplicado aos alunos dos anos finais que iniciaram na Educação Integral em 2016 e que abandonaram o projeto no mesmo ano.

GOSTARÍAMOS DE SABER UM POUCO SOBRE VOCÊ.

1. Qual é o seu sexo?

() Masculino. () Feminino.

2. Qual a sua idade?

() 7 anos ou menos. () 8 anos. () 9 anos. () 10 anos. () 11 anos. () 12 anos. () 13 anos. () 14 anos. () 15 anos. () 16 anos. () 17 anos ou mais.

3. Em sua opinião, as aulas do contraturno são importantes para sua formação?

A. Sim

B. Não

4. Seus professores utilizam espaços diferentes da sala de aula para as aulas do contraturno:

A. sempre

B. quase sempre

C. poucas vezes

D. nunca

5. Você gosta das aulas do contraturno?

A. Sim

B. Não.

6. As atividades do contraturno são diferentes das do ensino regular?

A. sim

B. Não

7. Quando você está em casa, com quem você fica?

A. Com minha mãe e meus irmãos

B. Com meu pai e meus irmãos

C. Com meus irmãos

D. Sozinho

E. Com outras Pessoas

8. Acho as aulas da Educação Integral muito monótonas, pois são a repetição do turno da manhã. Sobre essa frase:

A. concordo

B. concordo totalmente

C. discordo

D. discordo muito

9. A Educação Integral sempre prioriza as atividades de Matemática e Português.

A. Concordo

B. Concordo totalmente

C. Discordo

D. Discordo muito.

10. Meus pais não querem que eu fique na Educação Integral.

A. Concordo

B. Concordo totalmente

C. Discordo

D. Discordo Muito.

11. Não fico na Educação Integral porque ajudo minha família nas tarefas diárias.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
12. Os professores da Educação Integral são melhores que os professores do turno regular.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
13. As aulas da Educação Integral são sempre muito boas em todas as vezes que participei.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
14. Não participo da Educação Integral, pois minha mãe não acha que é importante, e que em casa sempre tenho algo mais a fazer.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
15. Minha mãe acha uma bobagem ficar na escola o dia todo, por isso não participo do projeto em minha escola.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
16. Ouço meus colegas dizerem que a comida da Educação Integral é muito ruim, por isso não fico na escola para o contraturno.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
17. Deixei de participar da Educação Integral, pois não me sentia atraído pelas atividades do contraturno.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
18. Acho o horário da Educação Integral muito desorganizado.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
19. Minha mãe prefere que eu fique em casa, mesmo sozinho e sem ter o que fazer, a que eu vá para a Educação Integral.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente

- C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
20. Na minha sala, a maioria dos colegas não gosta da Educação Integral.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
21. Não gosto da forma como são conduzidas as aulas da Educação Integral.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
22. As aulas da Educação Integral são sempre iguais às do tempo regular.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
23. Os professores da Educação Integral não preparam aulas diferenciadas para o contraturno.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
24. Os professores da Educação Integral dão as mesmas aulas dos professores do tempo regular.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
25. Não gosto de participar das aulas da Educação Integral.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.
26. Minha família não gosta que eu participe da Educação Integral.
- A. Concordo
 - B. Concordo totalmente
 - C. Discordo
 - D. Discordo Muito.